

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana:
Memórias, rugosidades e metamorfoses

Estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do
Tiergarten, Berlim-Alemanha



Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Recife

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana:

Memórias, rugosidades e metamorfoses

Estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha

Dissertação apresentada por Mariana Zerbone Alves de Albuquerque ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Prof^a Dr^a Edvânia Tôrres Aguiar Gomes como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Recife

2006

Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de
Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana : memórias, rugosidades e metamorfoses : estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha / Mariana Zerbone Alves de Albuquerque. – Recife : O Autor, 2006.

233 folhas : il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2006.

Inclui bibliografia.

1. Geografia humana – Geografia urbana. 2. Espaços públicos – Espaços livres públicos – Paisagem urbana. 3. Parques urbanos – Dinâmica sócio-espacial. 4. Alemanha, Berlim – Parque Tiergarten – Parque 13 de Maio, Recife(PE) – Uso e prática sócio-espacial – Memórias e permanências. I. Título.

911.5
912.1

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.) UFPE
BC2006 – 463

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana:

Memórias, rugosidades e metamorfoses

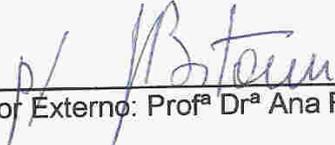
Estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha

Aprovada em 27, de MARÇO, de 2006 pela Comissão Examinadora:

Comissão Examinadora


Orientadora: Prof^a Dr^a Edvânia Tôrres Aguiar Gomes – UFPE


1º Examinador Interno Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel – UFPE


2º Examinador Externo: Prof^a Dr^a Ana Fani Alessandri Carlos – USP

DEDICATÓRIA

Ao amor de minha família, especialmente a meus pais, por acreditarem em minha capacidade e por todo apoio ofertado.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^a Dr^a Edvânia Tôrres Aguiar Gomes, a qual me acompanha desde o início da minha vida acadêmica, o que foi um grande incentivo para realização de minha pesquisa, resultado de sua exigência profissional e de seu estímulo, em função de toda a dedicação e conhecimento para com as Ciências Geográficas.

À Prof^a Dr^a Ana Rita Sá Carneiro, por me proporcionar uma melhor visão acerca do tema a ser trabalhado nesta pesquisa, por sua disponibilidade, auxílio e colaboração.

Ao Senatsverwaltung für Stadtentwicklung Berlin (Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Berlim, Alemanha), pela oportunidade do estágio realizado no primeiro semestre de 2003, o qual me proporcionou um maior conhecimento sobre os espaços livres públicos, sendo crucial para a escolha do tema desta dissertação.

À CAPES pelo auxílio no programa de intercâmbio UNIBRAL realizado em no período de 2002/2003, onde tive a oportunidade de realizar o estágio no Senatsverwaltung für Stadtentwicklung e à Professora Doutora Maria do Carmo Sobral, coordenadora do programa.

Ao Programa Especial de Treinamento de Geografia da UFPE, do qual fui bolsista, de suma importância para minha formação acadêmica e profissional, onde pude consolidar minha base teórica e empírica.

Ao CNPq pela bolsa fornecida, cuja proporcionou a elaboração dessa dissertação.

Ao queridos amigos Ana Karina Andrade, Gabriela Monteiro e Gevson Andrade por todo apoio, colaboração, incentivo e força para o desenvolvimento desta pesquisa. E aos colegas José Augusto Menezes, Paulo Tavares e José Maria Menezes pela colaboração em algum momento da realização deste trabalho.

Ao meu pai, Marcilio Albuquerque, minha mãe Geísa Albuquerque, e a minha irmã Fernanda Albuquerque pelo amor, incentivo, colaboração, paciência e por acreditarem em mim e na minha escolha profissional. Às minhas tias e avós pelo apoio e admiração. A Emerson, por me acompanhar em todo o período do mestrado, me incentivando e apoiando nos momentos de alegria e de adversidades.

Aos professores, colegas e amigos com quem compartilhei a minha trajetória Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, e ao Programa de Pós-graduação da UFPE.

Enfim, a todos que de alguma forma participaram deste importante momento da minha vida.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho elaborado com meta a obter do título de Mestre em Geografia, tem como tema central as memórias, rugosidades e metamorfose referentes aos espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana, com ênfase para os parques urbanos. Contempla exercícios teóricos e trabalhos empíricos voltados à compreensão desse tipo de espaço, envolvendo conceitos, teorias e revisão bibliográfica acerca de metodologias de análise e interpretações geográficas.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo realizar uma análise dos espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana, em especial dos parques urbanos, a fim de compreender a configuração espacial destes, observando a relação entre forma-conteúdo, função, estrutura e processo, identificando as memórias, rugosidades e metamorfoses, tomando como objetos para estudo de caso os parques 13 de Maio em Recife, Brasil, e o Tiergarten em Berlim, Alemanha. Em sua maioria, os parques urbanos foram projetados e executados com a finalidade de proporcionar lazer à população e embelezar o ambiente urbano, entretanto, deve-se refletir acerca dessas funções, principalmente no que se refere à relação forma-conteúdo desses espaços públicos atualmente. Ao analisar esse dois parques urbanos os quais estão em sítio e situação bem distintos, percebe-se diferenciações em vários aspectos, surgindo assim alguns questionamentos acerca deste assunto: Como os parques urbanos são configurados no espaço? Como são formados e estruturados? Qual a função que desempenham? Como se apresentam em âmbito global e local? Desta forma, percebe-se que os arranjos territoriais dos parques urbanos situados nas metrópoles refletem e condicionam formas de gestão sócio-espacial distintas e/ou comuns no plano das relações cotidianas do lugar (CARLOS, 1999), cujas afinidades desafiam diferenciações entre os sistemas político administrativos, sócio-econômicos e culturais.

Palavras-chave: Parques Urbanos, Paisagem, Dinâmica Sócio-espacial

ABSTRACT

This research has as objective to carry through an analysis of the inserted public free spaces in the urban landscape, special of the urban parks, in order to understand the space configuration of these, observing the relation between form-content, function, structure and process, identifying the memories, “rugosidades” and metamorphoses, taking as objects for case study parks 13 de Maio in Recife, Brazil, and the Tiergarten in Berlin, Germany. In its majority, the urban parks had been projected and executed with the purpose to provide leisure to the population and to beauty the urban environment, however, it must be reflected about of these functions, mainly in that if it currently relates to the relation form-content of these public spaces. When analyzing this two urban parks which is in well distinct location and situation, perceives differentiations in some aspects, thus appearing some questionings about of this subject: How the urban parks are configured in the space? How they are formed and structuralized? Which the function that they play? How they are presented in global and local scope? Of this form, it is perceived that the territorial arrangements of the situated urban parks in the metropolises reflect and condition distinct and/or common forms of partner-space management in the plan of the daily relations of the place (CARLOS, 1999), whose affinities defy differentiations between the administrative systems politician, partner-economic and cultural.

Keywords: Urban Parks, Landscape, Socio-spatial dynamic

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Forschung hat als Zielsetzung eine Analyse der in der staedtischen Landschaft eingesetzten oeffentlichen Räume, speziell der staedtischen Parks, um die Raumkonfiguration von diesen zu verstehen; ausserdem die Relation zwischen Form und Inhalt, die Funktion, Struktur und Prozess. Erinnerungen, Verfall und Veraenderungen werden anhand der Fallstudie identifiziert, die als Gegenstände den Park 13 de Maio in Recife, Brasilien und den Tiergarten in Berlin, Deutschland, hat. Hauptsächlich wurden die staedtischen Parks geplant und gebaut mit dem Zweck, der Bevölkerung einen Aufenthaltsort fuer die Freizeit mit der Moeglichkeit, sich in einem schoenen Ambiente zu erholen, zur Verfügung zu stellen. Das staedtische Klima jedoch muß es von diesen Funktionen, hauptsächlich in dem ungefähr reflektiert werden, wenn es z.Z. auf dem Relation Form-Inhalt dieser allgemeinen Räume bezieht. Bei der Untersuchung dieser zwei Stadtparks, die an verschiedenen Orten und in unterschiedlichen Zustaenden sind, finden sich Unterschiede in einigen Aspekten, und so tauchen Fragen zu diesem Thema auf: Wie werden diese staedtischen Parks im Raum verbunden? Wie wurden sie gestaltet und strukturiert? Welche Funktion haben sie? Wie werden sie im globalen und lokalen Bereich dargestellt? Auf diese Art und Weise kann man feststellen, dass die territorialen Gestaltungen der Stadtparks in Metropolen die eindeutigen und/oder allgemeinen Formen des sozialraeumlichen Managements in der Raumplanung (CARLOS, 1999) reflektieren und bedingen, dessen Affinitäten fuer Differenzen zwischen politischen, sozioökonomischen und kulturellen Einrichtungen sorgen.

Schlüsselwörter: Staedtische Parks, Landschaft, Soziologisch-räumlich, dynamisch

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	XIV
-----------------------	-----

Introdução.....	21
-----------------	----

Parte I – Construção do Objeto de Análise

1. Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: algumas referências teóricas.....	24
---	-----------

1.1. Os espaços públicos.....	24
-------------------------------	----

1.2. Espaços livres públicos.....	46
-----------------------------------	----

1.3. A paisagem e os espaços livres públicos.....	57
---	----

2. Os parques urbanos como espaços livres públicos.....	73
--	-----------

2.1. Os parques urbanos ao longo da história.....	73
---	----

2.2. Uma reflexão conceitual sobre parques urbanos.....	100
---	-----

2.3. Configuração espacial dos parques urbanos: Memórias, rugosidades e metamorfoses.....	110
---	-----

Parte II – O Recorte Empírico da Pesquisa

3. Arranjos Territoriais dos Parques urbanos situados em metrópoles: o caso do Parque 13 de Maio,–Recife, Brasil, e do Tiergarten, Berlim, Alemanha.....	118
3.1. Os espaços livres públicos em Recife.....	120
3.1.1. O Parque 13 de Maio.....	134
3.2. Os espaços livres públicos em Berlim.....	159
3.2.1. O Tiergarten.....	179
3.3. Tiergarten e 13 de Maio: Parques urbanos?.....	213
4. Considerações Finais: Tendências e perspectivas para os parques urbanos.....	221
Referências.....	223
Bibliografia.....	230

“O conhecimento de outros lugares, mesmo superficial e incompleto, aguça a curiosidade. Ele é certamente subproduto da informação geral enviesada, mas, se for ajudado por um conhecimento sistêmico do acontecer global, autoriza a visão da história como uma situação e um processo, ambos críticos. Depois, o problema crucial é: como passar de uma situação crítica a uma visão crítica – e, em seguida, alcançar uma tomada de consciência. Para isso é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia” (Santos, 2000, p. 116).

Lista de Figuras

Figura 1: Representação da Ágora Grega.

Fonte: <http://www.yasou.org/ancient/sites2.htm>

Figura 2: Representação do Foro Romano.

Fonte: <http://www.escolas.trendnet.com.br/ftelles/temp/roma.htm>

Figura 3: Representação do Mercado Medieval.

Fonte: <http://www.oftalmo.com>

Figura 4: Esquema de uma cidade Medieval, Nuremberg, Alemanha.

Fonte: <http://www.colmagno.com.br/cassiana/imagem7.htm>

Figura 5: Plano de Versailles em 1789.

Fonte: <http://hanser.ceat.okstate.edu>

Figura 6: Representação de Londres no século XIX.

Fonte: http://www.berkaweb.com/world_cultures/chapter12.asp

Figura 7: O Parlamento de Old Palace Yard, Westminster, Inglaterra.

Fonte: http://www.ellopos.net/gallery/19en/copper_england2.html

Figura 8: Medici Villa Petraia, próximo a Florença, exemplo de um jardim italiano no início do Renascimento.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:VillaPetraia.gif>

Figura 9: Versailles em 1789, o palácio e o jardim.

Fonte: www.millikin.edu/history/frenchrevolution/photo5.html

Figura 10: Representação do jardim inglês no século XVIII.

Fonte: <http://www.georgianlife.homestead.com/Files/garden/Gardens.html>

Figura 11: Representação dos campos de caça ingleses no século XVIII.

Fonte: www.tbheritage.com/Breeders/Grafton/Grafton2.html

Figura 12: Senhora e cavalheiro em uma carruagem por George Stubbs.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/pleasureparks.html>

Figura 13: A noite de Londres, em 1871.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/TownsandCities.html>

Figura 14: Birkenhead Park.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/municipalparks.html>

Figura 15: Parque segundo o modelo dos “Victorians Park”, Inglaterra, 1900.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/municipalparks.html>

Figura 16: Frederic Law Olmsted.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk>

Figura 17: Central Park 1863, from a lithograph by J Bachmann.
Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/american.html>

Figura 18: Ciclismo no Battersea Park, 1900.
<http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/reformparks.html>

Figura 19: Jardinagem na rua, 1900, Nova Iorque.
Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/reformparks.html>

Figura 20: Alley Pond Park, Nova Iorque, 1940.
Fonte: <http://www.nycgovparks.org/>

Figura 21: Sistema de Espaços Livres de Los Angeles , representado pela cor vermelha.
Fonte: <http://www.ucpress.edu/books/pages/8995/8995.plate46.jpg>

Figura 22: Representação da Cidade do Recife no período de Maurício de Nassau, no século XVII.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 23: Praça da República (1878), antigo Parque de Friburgo.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 24: Mercado das Verduras.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 25: Mercado do Corpo Santo.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 26: Faculdade de Direito do Recife.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 27: Projeto Viário de Domingos Ferreira, 1927.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 28: Projeto Viário de Nestor Figueiredo, 1934.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 29: Plano Viário de Atílio Corrêa Lima, 1936.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 30: Câmara de Vereadores (esq.), Faculdade de Direito do Recife (dir. ao fundo).
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 31: Parque infantil no Parque 13 de Maio, 1952.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 32: Festa da Mocidade no Parque 13 de Maio, 1958.
Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Figura 33: Localização do Parque 13 de Maio, Recife, Brasil.

Fonte Mapa do Brasil: Atlas Geográfico Escolar, 2002. Mapa da Cidade do Recife: CARNEIRO, Ana Rita Sá. Espaços livres do Recife, 2000.

Figura 34: Mapa da RPA1 da cidade do Recife.

Fonte: CARNEIRO, Ana Rita Sá. Espaços livres do Recife, 2000.

Figura 35: Rua João Lira, ao norte do Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 36: Faculdade de Direito do Recife.

Fonte: www.recife.pe.gov.br

Figura 37: Câmara Municipal do Recife.

Fonte: www.camara.recife.pe.gov.br

Figura 38: Escola Estadual Sizenando Silveira.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 39: Biblioteca Pública do Estado.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 40: Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br>

Figura 41: Ginásio Pernambucano.

Fonte: <http://www..pe.gov.br>

Figura 42: Rua da Aurora.

Fonte: www.recife.pe.gov.br

Figura 43: *Playground*.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 44: Lago.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 45: Mini-zoológico.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 46: Jardim.

Fonte: Marina Zerbone, 2005

Figura 47: Escultura de Abelardo da Hora.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 48: Banheiros e Administração

Fonte: Mariana Zerbone, 2005

Figura 49: Guarita de Segurança.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 50: Estacionamento de motos e bicicleta.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 51: Acesso norte do parque.

Fonte: Marina Zerbone, 2005.

Figura 52: Área gramada e pista de Cooper no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 53: Árvores, arbustos e caminhos no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 54: Casal namorando no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 55: Transeunte cortando caminho no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 56: Crianças nos brinquedos do Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 57: Famílias reunidas fazendo piquenique no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 58: Comércio ambulante no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 59: Acúmulo de lixo no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 60: Campeonato de xadrez e damas no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 61: Fluxos e Territorialidades no Parque 13 de Maio

Fonte: Unibase da Cidade do Recife 2004.

Figura 62: Gradeado que cerca o Parque 13 de Maio.

Fonte: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 63: Placa restringindo a entrada de cães no parque.

Fonte: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 64: Lixeiro depredado, no Parque 13 de Maio.

Fonte: Mariana Zerbone, 2005.

Figura 65: Imagem de satélite do Parque 13 de Maio.

Fonte: Imagem de satélite do Quick Bird, 2002.

Figura 66: Peter Joseph Lenné.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 67: Planta de Ornamentação e Limites de Berlim e seu entorno.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 68: Plano do Parque "*Friedrichshain*".

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 69: Parque "Humboldthain".

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 70: Berlim em 1920 e seus bairros.

http://mars.acnet.wnec.edu/~grempe/courses/berlin/maps/berlin_1920.jpg

Figura 71: Parque do Povo, "Volkspark Jungfernheide Berlin-Charlottenburg", por L. Lesser, 1927.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 72: Divisão da Cidade de Berlim em Berlim Ocidental e Berlim Oriental.

Fonte: www.wall-berlin.org/ciel_tex12.htm

Figura 73: Plano Geral de Construção de Berlim Oriental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 74: Plano do sistema de áreas verdes e de lazer em Berlim Oriental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 75: Plano da área residencial de "*Hohenschönhausen*" em Berlim Oriental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 76: Plano Principal de Áreas Verdes de Berlim Ocidental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 77: Plano de Ornamentação de Majestoso "Tiergarten", Berlim, 1832.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 78: Tiergarten, pintado por J.H. Stürmer, em 1835.

Fonte: Kuhbier, A. Berlin Grün. 2000.

Figura 79: Representação do Tiergarten em um cartão postal por volta de 1900.

Fonte: <http://www.antiqupaper.de/images/big/berlintiergartenmaedchen.jpg>

Figura 80: Devastação do Tiergarten e estabelecimento da população neste espaço no período da Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Krosigk, Klaus v., 2001.

Figura 81: Plantação de batatas e outros legumes e verduras no Tiergarten.

Fonte: Krosigk, Klaus v., 2001.

Figura 82: Primeiras árvores replantadas no Tiergarten após a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Krosigk, Klaus v., 2001.

Figura 83: Localização do Tiergarten, Berlim, Alemanha.

Fonte Mapa da Alemanha: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003. Mapa de Berlim: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003.

Figura 84: Embaixada da Espanha.

Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Figura 85: Reichstag.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 86: Bellevue.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 87: *Brandenburger Tor*.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 88: *Haus der Kultur der Welt*.

Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Figura 89: *Zoologischer Garten*.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 90: Edifício comerciais e residenciais.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 91: *Siegesäule*.

Fonte: ann.ledoux.free.fr

Figura 92: Passeio de Bicicleta no Tiergarten, no verão.

Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Figura 93: Pessoas relaxando no Tiergarten, no verão.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 94: Biergarten no verão.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 95: Realização de churrascos no Tiergarten no verão.

Foto: Gevson Andrade, 2003.

Figura 96: Conseqüência dos churrascos no Tiergarten: gramado queimado.

Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Figura 97: Passeios de barco nos cursos d'água do Tiergarten, no verão.

Foto: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 98: Jardins floridos no Tiergarten, na primavera.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 99: Movimento realizado por uma ONG para a limpeza no parque no outono.

Fonte: Mariana Zerbone, 2002.

Figura 100: Prática de esportes no Tiergarten no inverno – corrida.
Fonte: José Augusto Menezes, 2005.

Figura 101: Pessoas passeando no Tiergarten no Inverno.
Fonte: Mariana Zerbone, 2002.

Figura 102: Estações de metrô, comércio e residências estudantis no entorno.
Fonte: Kuhbier, 2000. (modificado)

Figura 103: Identificação dos territórios no Tiergarten.
Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de> (modificado)

Figura 104: Panorama da Avenida “*Strasse des 17. Juni*”.
Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Figura 105: “Mercado das Pulgas” às margens do Tiergarten.
Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 106: Parque infantil presente no Tiergarten.
Fonte: Mariana Zerbone, 2002.

Figura 107: Memorial Soviético no Tiergarten.
Fonte: Mariana Zerbone, 2002.

Figura 108: Potsdamer Platz no centro e o Tiergarten à direita.
Fonte: <http://dana.ucc.nau.edu/~cae22/Bilder%20PP.htm>

Figura 109: Universidade Técnica de Berlim (direita), a avenida “*Strasse des 17. Juni*” (esquerda), e o Tiergarten (ao fundo).
Fonte: http://www.survey.tu-berlin.de/Gif-Bilder/uni_2.jpg

Figura 110: “*Löwenbrücke*”, ou “ponte dos leões”.
Fonte: Kuhbier, 2000.

Figura 111: Jardim floridos no Tiergarten, na primavera.
Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Figura 112: Tiergarten à noite.
Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Figura 113: Tiergarten como palco de grandes festividades: *Love Parade*.
Fonte: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003.

Figura 114: Tiergarten como palco de grandes festividades: Maratona de Berlim.
Fonte: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003.

Figura 115: Tiergarten durante a “*Love Parade*”.
Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Figura 116: Presença de policiais no Tiergarten.
Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

INTRODUÇÃO

Os parques urbanos foram projetados e executados, em sua maioria, com a finalidade de proporcionar lazer à população e embelezar o ambiente urbano. Entretanto, atualmente deve-se refletir acerca dessas funções, principalmente no que se refere à relação forma-conteúdo desses espaços livres públicos. Como afirma CARLOS:

As transformações no processo de reprodução da sociedade se realizam concretamente no processo de reprodução espacial gerando novas contradições, como consequência da socialização da sociedade que tem por essência a urbanização que se revela na planificação racional do espaço. CARLOS (2001)

Com isso, surge o interesse em estudar os espaços livres públicos, suas formas e conteúdos, inseridos na paisagem urbana, identificando as memórias, rugosidades e metamorfoses, dando ênfase aos parques urbanos, em função de sua diversidade.

Esta dissertação tem como objetivo realizar uma análise dos espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana, em especial dos parques urbanos, a fim de compreender a configuração espacial destes espaços, observando a relação entre forma-conteúdo, função, estrutura e processo, tomando como objetos para estudo de caso os parques 13 de Maio em Recife, Brasil, e o Tiergarten em Berlim, Alemanha.

A escolha dos parques 13 de Maio e do Tiergarten remete ao papel desempenhado por esses parques em função da centralidade exercida em suas respectivas cidades. Além de que é relevante o estudo de duas realidades distintas, com a finalidade de perceber estruturas diferentes e de não se estabelecer uma verdade absoluta em função de um estudo único e pontual.

Para atingir esse objetivo, elaborou-se uma análise mais complexa dos parques urbanos, permeando os espaços livres públicos, com o intuito de:

- Identificar diferentes tipologias referentes aos espaços livres públicos;
- Compreender a importância das relações sociais nas configurações territoriais dos espaços livres públicos;
- Compreender a função que os parques urbanos desempenham na cidade;
- Analisar o processo histórico dos parques, com o objetivo de identificar as memórias, rugosidades e metamorfoses referentes à forma e ao conteúdo destes espaços públicos;
- Entender a representação dos parques urbanos em nível local e global;
- Identificar as territorialidades existentes nos parques em estudo, com a finalidade de compreender a configuração territorial destes espaços;
- Identificar os usos e as práticas, a fim de compreender a dinâmica interna dos parques.

Esta pesquisa teve início em um estágio realizado no setor de áreas livres e áreas verdes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Berlim, Alemanha (*Senatsverwaltung für Stadtentwicklung*), em 2003, onde surgiu o interesse em

estudar parques urbanos, visto que através deste estágio, foi possível conhecer mais profundamente os espaços livres públicos.

Para o desenvolvimento desta dissertação foi necessário realizar um levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, o qual foi de suma importância para realizar uma revisão dos conceitos discutidos e também com a finalidade de colher dados referentes aos objetos de estudo.

O levantamento iconográfico também foi relevante, pois através dele foram identificados mapas, cartas, fotografias e figuras referentes às áreas de estudo, os quais foram analisados, proporcionando a formulação de conclusões.

Foram realizadas visitas a órgãos responsáveis pela administração dos espaços livres públicos das cidades abordadas nesta pesquisa, com o objetivo de colher dados oficiais referentes ao funcionamento e às legislações dos parques estudados, e também visitas às áreas de estudo, com o intuito de obter dados sobre as mesmas, através da observação e análise, além de fotografar o que fora importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Acredita-se, que a abordagem empregada nesta pesquisa, proporcionará um acréscimo aos estudos urbanos realizados sobre espaços livres públicos, com uma contribuição de cunho teórico-metodológico à análise urbana.

Parte I – Construção do Objeto de Análise

1. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS INSERIDOS NA PAISAGEM URBANA: ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS

1.1. OS ESPAÇOS PÚBLICOS

A origem dos espaços públicos se deu na Grécia antiga, em função da reforma política de Clístenes, surgindo contemporaneamente à democracia Grega. Com a reforma houve a substituição da representação política baseada nas tribos gentílicas por uma representação de base espacial, refletindo-se em uma divisão territorial, surgindo assim uma nova categoria do espaço, o espaço público, lugar da nova ordem mundial¹. Como afirma Paulo C. C. Gomes:

A simetria igualdade e reciprocidade das relações entre esses novos personagens sociais, os cidadãos, definidos pelas leis de isonomia de Clístenes, pressupõe um novo arranjo espacial; o espaço da polis é então pensado e figurado como um círculo. Ao centro, a ágora, antigo espaço aberto destinado ao mercado, é desde então delimitado e ganha o estatuto do espaço público, lugar de encontro dos isoi (iguais). (GOMES, 2002, p.40)

Segundo GOITIA (1982), com o desenvolvimento da democracia nas cidades-estado da Grécia, aparecem aí novos elementos urbanísticos que

¹ Antes da reforma política de Clístenes, “a valorização de cidadania na Grécia era, portanto, a luta pela reorganização do poder, travada contra os genos e as fatrias e suas formas de solidariedade, baseadas em laços de consangüinidade.” (Gomes, 2002, p.131)

denunciam uma participação muito maior do povo nos assuntos da comunidade. Além dos templos, que representavam para os gregos o cume do seu mundo espiritual, e o maior orgulho da sua criação artística, surgem na cidade vários edifícios dedicados ao bem público e ao desenvolvimento da democracia. Estes edifícios geralmente situados à volta da ágora ou praça pública, na qual, em princípio, se encontrava o mercado, e que passou a constituir o verdadeiro centro político da cidade².

Assim, na Grécia, o espaço público era o lugar do reconhecimento da liberdade e da igualdade, condições que permitiam intervir na vida política da polis. J. CORREIA (1999) afirma que no espaço público grego, tal como é descrito por Hannah Arendt, havia uma clara divisão em relação ao mundo da domesticidade, ao universo privado e o espaço público, o qual identificava-se com a ágora. (figura 1)

Em Roma, a *res publica* (coisa pública) era uma determinada propriedade geralmente aberta à população. Muitas cidades romanas eram construídas conforme um padrão em forma de xadrez, com os edifícios públicos localizados no centro, em posições estratégicas. Entretanto, segundo TAVARES (2002), a vida em comunidade privada decorria da necessidade, a vida na *civitas*, no

² À volta desta ágora constituía-se o *ecclesiasteron* (sala para assembléias públicas), o *bouleuterion* (sala para assembléias municipais), o *prytaneion* (onde se reunia a câmara municipal). Aí estava também situada, em geral, a *stoa*, construção alargada que formava por vez um dos lados da ágora, com pórticos de uma ou duas formas, que serviam para a vida de relação e para o comércio. Além desses elementos político-administrativo-econômicos que eram o núcleo da cidade, constituindo aquilo que chamaríamos hoje de centro cívico, havia ainda outro fator importante dentro da cidade grega, que era o que correspondia às diversões e que deu lugar à construção de teatros ao ar livre e estádios para os jogos olímpicos. (Goitia. 1982, p.48)

espaço público, era uma exigência da liberdade. Se no privado as relações se davam em planos desiguais, no público visava-se à igualdade. A existência de um espaço público que induzisse comportamentos e que condicionasse formas de comunicação já era observada em Roma.

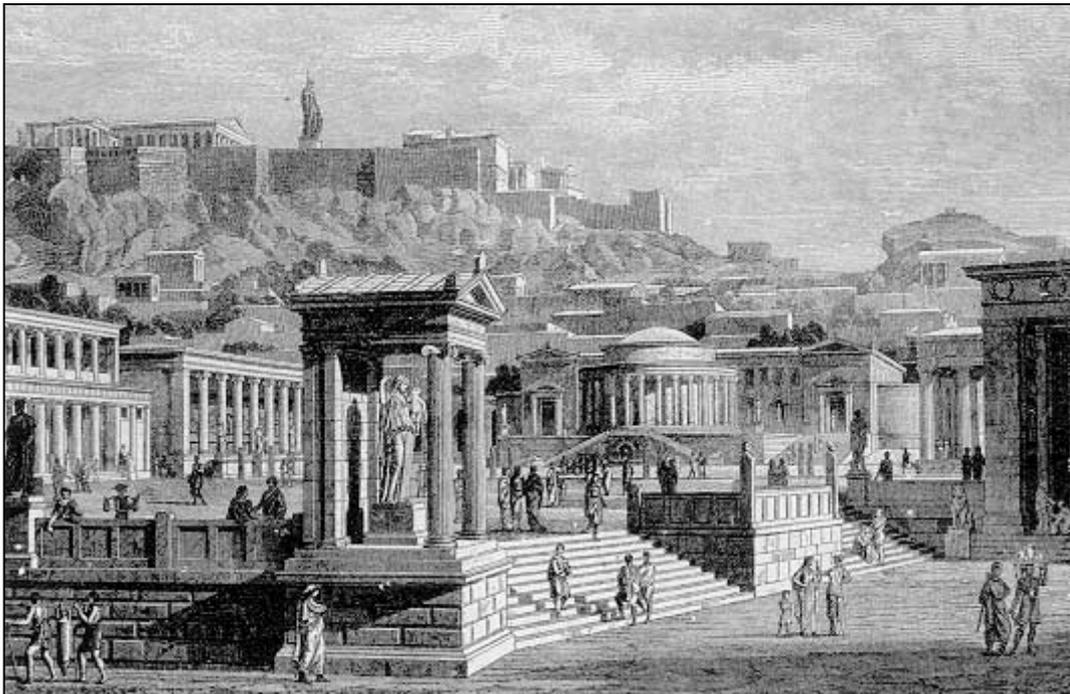


Figura 1: Representação da Ágora Grega.

Fonte: <http://www.yasou.org/ancient/sites2.htm>

Para GOITIA (1982) os romanos procuravam realizar traçados regulares e geométricos e, quando isso não era possível, integravam nas cidades conjuntos urbanísticos-arquitetônicos de grande aparato que constituíam em si próprios a parte mais impressionante e majestosa da cidade. O exemplo mais evidente disto era mesmo Roma, cidade cuja monumentalidade nunca mais foi superada; estes enclaves monumentais, rigorosamente geométricos, dentro da estrutura

irregular da cidade, eram em primeiro lugar, os foros. O Foro da antiga Roma (figura 2) foi originalmente um setor da cidade aberto a reuniões públicas. Posteriormente, construíram-se mercados e templos nessa área e passou a ser o centro do governo.

A religião para os romanos, na evocação de ARENDT (1992), significava literalmente *re-ligare*, ser ligado ao passado, onde o caráter sagrado da fundação visava projetar-se na eternidade. Na verdade, espaço público e religião estão sempre intimamente associados. A palavra e a ação que se projetam num determinado espaço público estão ancoradas na trindade romana do sagrado, da tradição e da autoridade. A ausência de um desses elementos compromete a vivência democrática daquele espaço.



Figura 2: Representação do Foro Romano.

Fonte: <http://www.escolas.trendnet.com.br/ftelles/temp/roma.htm>

A liberdade romana era um legado transmitido pelos fundadores de Roma ao povo romano; sua liberdade ligava-se ao início que seus antepassados haviam estabelecido ao fundar a cidade, cujos negócios os descendentes tinham que gerir (...). Os historiadores romanos sempre se sentiram presos ao início da história romana, pois esse início continha o elemento autêntico da liberdade romana, tornando, assim, política a sua história; partiam, o que quer que tivessem de relatar, ab urbe condita, da fundação da cidade, garantia da liberdade romana, (ARENDR,1992, p.215)

A cidade medieval propriamente dita aparece no início do século XI, desenvolvendo-se principalmente nos séculos XII e XIII. Segundo GOITIA (1982) até esse momento a organização feudal e agrária domina completamente. O crescimento das cidades é originado principalmente pelo desenvolvimento de grupos específicos do tipo mercantil e artesão. O fato que dá verdadeiramente lugar ao nascimento das cidades medievais é o comércio. Com o desenvolvimento do comércio, nos séculos XI e XII, vai se construindo uma sociedade burguesa que é composta não só por mercadores viajantes, mas também por outras pessoas fixadas permanentemente nos centros onde o tráfico se desenvolve: portos, cidades de passagens, mercados importantes, vilas de artesãos, etc, ou seja, indivíduos que exercem todos ofícios requeridos pelo desenvolvimento dos negócios. A cidade atrai, por conseguinte, um número cada vez maior de pessoas do meio rural que encontram ali um ofício e uma ocupação. Esta sociedade burguesa que paulatinamente vai se desenvolvendo é o estímulo para a cidade medieval.

GOITIA (op.cit) ainda afirma que, o fato de muitas vezes ter de se adaptar a uma topografia irregular condicionou a fisionomia especial da cidade medieval.

O traçado das ruas tinha que resolver as dificuldades da localização, o que fazia que elas fossem irregulares e tortuosas. O centro da cidade era sempre ocupado pela catedral ou templo, pelo que a cidade adquiriu uma importância espiritual de primeira ordem. A mesma praça onde se encontrava a catedral servia habitualmente também para as necessidades do mercado, era nela que se erguiam os edifícios mais característicos da organização da cidade. Estes núcleos presididos pela catedral, que eram a condensação das aspirações espirituais plasmadas de toda a cidade, constituíam o verdadeiro centro cívico da organização urbana.

Na Idade Média, o espaço público era o local que proporcionava o acesso, em campo aberto, à fonte e à praça do mercado (figura 3). No segundo sentido, predomina a ideia de bem comum ou interesse comum. Público referia-se a questões de interesse geral e, concretamente, a matérias relacionadas com a Administração e o Estado. Para Duby e Ariès, (1990) o encontro com o público na Idade Média era também o encontro com o alheio, com o totalmente estranho ao privado. Segundo ANTUNES (2005), na Idade Média, senhorial e público eram sinónimos. Publicar significava, sobretudo, requisitar ao senhor. A partir de 1400, a corte torna-se o espaço público onde os senhores feudais e demais cortesãos adquirem a sua representatividade junto ao Soberano. Com o desenvolvimento da burguesia, o Estado consolida-se como organizador do mercantilismo. O interesse público é, neste caso, dar a conhecer os produtos e respectivos valores de circulação monetária. Na Idade Média, com a retração da

vida urbana (figura 4), desapareceu a preocupação com o planejamento de cidades, que voltou no Renascimento, especialmente na Itália (GOITIA, 1982).



Figura 3: Representação do Mercado Medieval.

Fonte: <http://www.oftalmo.com>



Figura 4: Esquema de uma cidade Medieval, Nuremberg, Alemanha.

Fonte: <http://www.colmagno.com.br/cassiana/imagem7.htm>

GOMES (2002) ao analisar as cidades renascentistas observa que muitas vezes vê-se exposto o raciocínio de que as cidades renascentistas do Príncipe são constituídas pelo espetáculo da potência. Parece ser lícito afirmar que essas cidades, reformadas e redefinidas nesse momento, constituíram o arranjo necessário para criar uma nova relação social do poder.

O radiocentrismo dos planos urbanos determina especialmente uma relação de hierarquia e interdependência. A relativa uniformidade do espaço cria

as condições para que socialmente as antigas hierarquias sejam configuradas em um novo desenho da cidade, mais geométrico e mais polarizado.

Ainda segundo Gomes, a qualificação dos espaços pelos usos e atributos ressurge da força da aplicação da lógica em benefício do conjunto da população, e retoma-se a idéia de que há espaços públicos destinados a trocas mais amplas do que aquelas geradas apenas pelo comércio dos bens. (figura 5)³.



Figura 5: Plano de Versailles em 1789.

Fonte: <http://hanser.ceat.okstate.edu>

³ Um exemplo de uma cidade renascentista é Versailles. A importância de Versailles dispensa-nos de dedicar a tão grandiosa criação de Luís XIV um espaço correspondente ao monumento. Escreveu-se muito sobre o palácio, e bastante menos sobre a cidade de que faz indissolivelmente parte. A fundação se pode datar de cerca de 1671. O rasgo mais saliente desta urbanização espetacular e de grande aparato é o tridente de avenidas que convergem para a Praça das Armas, antecâmara de honra da "Avant-Cour" do palácio. Tudo parece querer dizer: está aqui o Rei Sol, está aqui o seu trono. Nunca até esta data, se tinha construído algo tão grandioso e em tão grande escala. (Goitia, p.141)

No século XVII e mais tarde no século XVIII com o Iluminismo, segundo CORREIA (1999), o termo público significava a existência de um espaço de discussão crítica operado nos salões, cafés, clubes e na imprensa (conseqüentemente, assiste-se ao surgimento e tematização da opinião pública). Desta forma, no espaço público iluminista, pensado por Habermas, verifica-se uma relativa articulação entre o público e o privado, já que os próprios espaços de reunião dos públicos passam pelo próprio interior das casas, em volta dos salões. ANTUNES (2005) afirma que durante o absolutismo, o rei era considerado pessoa pública: um unificador dos diferentes membros da sociedade. Nos séculos XVIII e XIX, o termo público passou a designar o Estado e também uma entidade com existência objetiva, que exerce a sua vigilância sobre a pessoa que governa.

A revolução industrial proporcionou uma modificação fundamental nas cidades nos tempos modernos. Segundo GOITIA (1982), esta revolução deixou as cidades desarmadas perante a tirania dos instrumentos de produção. As fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano. As cidades industriais assumiram formas e características diferentes nos vários países, marcadas pelo adensamento no que se refere ao aproveitamento do terreno e aglutinação de interesses. Tirava-se maior partido do solo, no sentido da apropriação do espaço para fins de construção em detrimento de espaços livres e pátios.

GOITIA (1982) ainda afirma que o congestionamento e as condições de vida cada vez mais precárias nas cidades modernas, principalmente nas fortemente industrializadas, invadidas pelas chaminés das fábricas, ameaçadas pelos perigos de uma civilização intensa, sem sossego por causa dos ruídos da civilização mecanizada (figura 6), conduziram a uma nova valorização dos ambientes camponeses e de vida suburbana. Ao lado da cidade industrial levanta-se, orgulhosa a cidade burguesa liberal. Em contraposição às trevas do centro industrial, surgiam grandes avenidas de luz, praças ornamentadas, grandiosos edifícios, palacetes e zonas residenciais (figura 7). A cidade nesse período é marcada pela dicotomia trevas-luzes, referente à diferenciação das classes sociais (burguesia e proletariado).



Figura 6: Representação de Londres no século XIX.

Fonte: http://www.berkaweb.com/world_cultures/chapter12.asp

Os palacetes da burguesia opulenta, com seus volumes proporcionados e rodeados de jardins, bordejando amplas avenidas arborizadas, situam-se entre as mais felizes criações do século XIX.(GOITIA, 1982, p.173)



Figura 7: O Parlamento de Old Palace Yard, Westminster, Inglaterra.

Fonte: http://www.ellopos.net/gallery/19en/copper_england2.html

O espaço público no século XIX foi bastante renegado em função dos interesses capitalistas determinados a partir da Revolução Industrial. Houve um aumento da produtividade do trabalho humano em proporções nunca vista antes, a geração de riquezas decorrente de tal revolução propiciou o amadurecimento do capitalismo, ao qual passou a ser associado o desenvolvimento da técnica. Não havia uma relação social intensa entre os habitantes das cidades, pois estes tinham apenas a função de produzir. Os trabalhadores moravam em bairros operários, construídos em virtude da necessidade de albergar a mão-de-obra,

onde se desenvolveram condições de vida verdadeiramente ínfimas. Em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels (1988) denuncia as precárias condições de vida dos trabalhadores e o ar poluído pelas fábricas da cidade de Manchester, berço da revolução.

Londres – escreveu Hardy, em 1887 – parece incapaz de se ver. Cada indivíduo tem consciência de si próprio, mas ninguém é consciente da coletividade como um todo, fora, talvez, um ou outro basbaque que olha ao seu redor, boquiaberto, com ar um tanto parvo.⁴ (WILLIAMS, 1990, p.291)

A popularização do registro do tempo foi essencial para a criação de um sistema bem articulado de transporte e de produção. Ele passou a governar todo o dia desde o amanhecer até a hora do descanso, e o tempo passou a ser considerado, a partir daí, não como uma sucessão de experiências, mas como uma coleção de horas, minutos e segundos, suscitando o aparecimento de hábitos como o de acrescentar e poupar o tempo, elementos essenciais para o desenvolvimento econômico. O tempo abstrato se converteu em um novo âmbito da existência. Nesse sentido, o tempo assumiu o caráter de espaço fechado: podia ser dividido e preenchido, podia inclusive ser dilatado por meio do invento de instrumentos que acabam por poupar o tempo (MUMFORD, 1982).

⁴ The early life of Thomas Hardy; F.E. Hardy; Londres, 1928; 271, apud R. Williams, 1990, p.291.

Entretanto, em função do caos, o planejamento urbano foi um forte aliado para tentar organizar essas cidades. A necessidade de planejar o desenvolvimento urbano, enfrentando problemas de saúde pública, saneamento básico, abastecimento, poluição, lazer e outros, se acentuou e se tornou extremamente aguda com a formação dos grandes aglomerados fabris - consequência da Revolução Industrial - e com a invenção dos modernos meios de transporte terrestre (ferrovia, metrô, automóvel), que simultaneamente trouxeram para o tráfego urbano novos problemas e novas soluções técnicas. Mas por muitas vezes as intervenções de caráter modernista não levavam em consideração a continuidade cultural das cidades, representando um desastre para elas (op.cit).

O século XIX foi pródigo em buscar soluções radicais para a cidade e a sociedade e não era para menos, tendo em vista a qualidade da vida urbana, principalmente na Inglaterra. Industriais esclarecidos acharam que tinham que corrigir os males de que haviam sido a causa ⁵. A cidade-jardim foi uma solução que deu certo porque se propunha a organizar a cidade capitalista. Os princípios eram muito simples: zoneamento funcional e muito verde, além da limitação da população. E era isto que todo mundo queria: ar puro e organização.

Uma observação primordial e quase imediata é o fato de, até o final do século XIX, essas propostas de novas sociedades estarem quase sempre unidas a um desenho espacial. A arte de construir espaços era

⁵ Um dos primeiros foi Robert Owen, proprietário de uma fábrica de têxteis que, em 1816, planeou uma cidade de tipo coletivo onde se combinava a atividade industrial com a agricultura, e que se bastava economicamente a si própria. Foi a antecipação às cidades-jardim do século XX, nascidas na idéia de Ebenezer Howard. (Goitia, 1982, p.162.)

vista também, simultaneamente, como a arte de projetar novas formas sociais. Cidade, política e espaço compunham um único objeto. (GOMES, 2002, p.156)

Ao longo da história, o espaço público vai sendo percebido de acordo com a estrutura existente no momento e com os interesses predominantes. De forma recorrente e inevitavelmente dependente da corrente dominante, o espaço está sempre ligado a três elementos, configuração espacial, poder e as relações sociais, onde cada um desses possui mais relevância em um determinado momento da história. Na antiguidade o espaço público está mais relacionado ao poder, à determinação do poder, enquanto que na idade média o espaço público é o local das relações sociais e a partir do renascimento constata-se uma maior relevância na configuração espacial. Mas em nenhum momento esse três elementos deixam de estar presentes, articulados dialeticamente.

Essa rápida revisão bibliográfica sobre a formação do espaço público ao longo da história, evoca de maneira mais nítida a seguinte questão: o que vem a ser realmente um espaço público?

As definições de espaço público variam de acordo com o enfoque que é dado nas diferentes áreas do conhecimento. Generalizando, segundo LEITÃO (2002), na filosofia, a noção de espaço público está associada à idéia de expressão do pensamento, do direito à palavra, da construção do argumento através do exercício do discurso livre, sem o qual não se pode falar em liberdade

ou em democracia. Na sociologia, de forma geral, o espaço público é fundamentalmente o espaço do encontro com o Outro, com o diferente de si. É o espaço onde as relações íntimas do grupo primário se enfraquecem e se fortalecem as relações coletivas que possibilitam as trocas fundamentais, o convívio com a diferença da Civilização.

Até hoje, para o urbanismo a noção de espaço público não foi objeto de definição rigorosa. Para LEITÃO (2002), atestam esse fato às teorias urbanísticas elaboradas e difundidas durante o século XX, nas quais o espaço público foi sempre tratado de modo “contingente e parcial”, privilegiando-se apenas a circulação (Hausmann, Cerda) ou a organização comunitária da vida coletiva, a exemplo das utopias de Fourier. De modo geral, a definição de espaço público, no urbanismo, é dada aos espaços de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade. Esses espaços podem ser verdes, a exemplo dos parques, jardins, cemitérios, etc., como também não verdes, como ruas, praças, pátios, etc. Entretanto, esta não é a única visão urbanista do que vem a ser espaço público, existem outras definições elaboradas por diferentes urbanistas.

GOMES (2002), identifica que Camillo Sitte, importante urbanista, foi um grande admirador do modelo urbano das cidades medievais e, que inspirado nele concebia o espaço público das cidades modernas como um lugar de festas, mercado e manifestações culturais, louvando a irregularidade do desenho das ruas e recomendando uma composição do espaço quase teatral.

Para algumas correntes do pensamento urbanista, o espaço público aparece como a estrutura fundamental sobre a qual se apóia a grande duração que assegura a permanência da cidade. P. PANERÁI (1994) afirma que além de sua justificação funcional como espaço de circulação (não apenas de veículos), o espaço público se define primeiramente como espaço do público. Aberto e acessível a todos, a todo momento, ele pertence à coletividade, ele é, para retomar a expressão latina, coisa pública (*res publica*). Seus traçados se confundem com o plano da cidade. O espaço público, com efeito, se define pelo seu estatuto de domínio público, diferente daquele das propriedades disponíveis para a edificação. Nesse sentido o espaço público não se confunde com os edifícios abertos ao público, como lojas, casas de espetáculos etc.

Segundo CAMPOS (1995), entende-se por espaço público todo tipo de espaço intermediário entre edifícios em áreas urbanas, onde o acesso é em geral permitido ao público, podendo estar agrupados como abertos ou fechados.

Já para NOGUERA (2003), a característica essencial dos espaços públicos é que configuram uma rede contínua que se estende em toda área urbana. Ele ainda afirma que esta rede de espaços públicos assume diferentes papéis:

- a) Estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e o entorno territorial;
- b) É o suporte funcional básico para a mobilidade urbana interna;

- c) Constitui a referência do parcelamento do solo para a edificação e os usos primários, enquanto que serve de acesso e fachada independente de cada parcela;
- d) Torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade;
- e) Provêm de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão;
- f) Facilita a obtenção das redes de serviços urbanos (água, eletricidade, gás, telefone etc.).

Ele ainda afirma que, por outra parte, a rede de espaços públicos se materializa através das características físicas dos seus componentes reais: ruas, avenidas, praças etc.

Los espacios públicos se caracterizan por su configuración y por su tratamiento, que expresa un determinado compromiso entre sus diversos papeles. (NOGUERA, 2003, P.26)

O estudo sobre a cidade e o urbano pela geografia passou por diferentes etapas em sua construção e continua desenvolvendo suas idéias. Primeiramente este estudo se deu através da descrição da morfologia de ruas e atividades, através da elaboração de monografias urbanas que tinham como foco a tipologia da forma da cidade. Em segundo plano, passou-se a analisar a cidade a partir do

sistema de aglomerações, onde o fato urbano estava relacionado com o conjunto de cidades; um exemplo desse período é a Teoria das Localidades Centrais de Christaller. Em terceiro plano buscou-se analisar a organização interna das cidades, com influências do modelo funcionalista e da Escola de Chicago, mas essa também era uma preocupação marxista, dando ênfase à produção do espaço e à divisão territorial do trabalho.

Segundo GOMES (2002) só muito recentemente a geografia vem se mostrando mais sensível, nestes estudos urbanos, às representações institucionais no espaço e aos verdadeiros sistemas de valores e quadros de referência que exprimem por meio de imaginários complexos e diferenciados que têm uma importância fundamental na definição da vivência urbana e de sua dimensão espacial.

A geografia tem deixado um pouco de lado a análise da morfologia urbana por si só, e atualmente, tem buscado a análise do espaço urbano a partir das relações entre as tipologias urbanas, as práticas espaciais e relações sociais, levando em consideração a definição de espaço de Milton SANTOS (1986), considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Com isso o espaço público passa a ter uma maior relevância nos estudos geográficos, visto que, são nesses espaços onde se identifica uma intensa

relação entre as morfologias urbanas, as relações sociais e práticas espaciais. Estes elementos, sempre em tensão, são responsáveis pela constante modificação da configuração territorial desses espaços. Segundo CAMPOS (1995), as práticas existentes no espaço urbano são também geradoras de regras de convívio, domínios, hierarquias que se materializam e se acumulam na tentativa da própria sociedade de adequar aquele espaço às novas condições e à complexidade de novas atividades contemporâneas. São representações legitimadoras de momentos específicos desta sociedade.

O espaço urbano não pode ser visto como espaços estáticos, pois estão sempre em processo de transformação e contínua adaptação às condições da sociedade moderna, registrada em diversas formas de utilização dos espaços públicos por seus usuários. (CAMPOS ,1995, p. 07)

O espaço público também pode ser visto como o espaço do cotidiano:

... o cotidiano é muito mais que o inconsciente fluir de dias sempre iguais; é no cotidiano que o cidadão se encontra diante de coações e vigilância; mas na repetição também pode surgir a essência do imaginário. (...) Há, portanto, criação de um mundo prático e sensível a partir de gestos repetitivos. Há brechas no cotidiano que abrem espaço para o criativo. (CARLOS, 1996: 99-100).

GOMES (2002) afirma que a cidadania é aqui concebida como algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida pública, ou

seja, onde há vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial. A partir dessa visão, entende-se que o espaço público é o local onde a cidadania pode ser concretizada, desta forma é necessário analisar o espaço público levando em consideração a cidadania.

O exercício da cidadania está estreitamente ligado ao direito à cidade, este que se manifesta como uma forma superior de direitos: direito à liberdade, à individualização, na socialização, ao habitat e ao habitar. Para LEFEBVRE (1991), o direito à cidade não pode ser formulado como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser concebido como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Uma cidade que possa ser usufruída por todos/as, tanto do ponto de vista de sua materialidade, quanto de seu potencial subjetivo. A vida urbana deveria ser entendida como lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontrando a sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

Os espaços públicos são elementos de suprema importância na gestão urbana, pois são nesses espaços que se manifesta a vida da cidade. Apesar de ser regido por leis oficiais, o espaço público é permeado de normas definidas

simbolicamente pelos usuários da cidade, desta forma, de acordo com as necessidades pessoais de uso e apropriação do território⁶.

As pessoas que transitam por esse espaço normatizado, entretanto, nem sempre são objetos da mesma lei que rege o conjunto associativo, ou seja, há maneiras também regulamentares de distinguir os compromissos formais, as normas que regem os direitos e os deveres, de indivíduos diferentemente associados ao espaço.(GOMES,2002, p. 36)

Sob a análise geográfica, o espaço público se caracteriza por ser um espaço de busca de materialização da cidadania. A geografia vem trabalhando por muito tempo a categoria “espaço”, mas esta não costuma analisar profundamente o espaço público, deixando essa competência para outras áreas do conhecimento, como a arquitetura e o urbanismo. Porém os urbanistas trabalham esse recorte a partir da disposição das formas no espaço, sem ressaltar a importância das relações sociais articuladas com os objetos presentes. Este é o papel da geografia, fazer esta articulação espaço público - relações sociais, e compreender as dinâmicas existentes nesses espaços. Com isso é possível perceber que este espaço não é estático, cristalizado, ele possui uma dinâmica em função da diferenciação dos usos e das práticas sócio-espaciais ao longo do tempo, o que proporciona uma constante modificação do espaço.

6 Território é “parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder. Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem. Por meio deste controle é possível a imposição de regras de acesso, de circulação e normatização de usos, de atitudes e comportamento sobre o espaço.” (p.12. P.C.C. Gomes)

Desta forma, procurar-se-á analisar aqui, o espaço público como um espaço em constante transformação, como palco das relações sociais, entretanto, que se modifica de acordo com a estrutura urbana em determinado momento da história.

1.2. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Os espaços livres públicos estão presentes na vida urbana desde a antiguidade, sendo para a civilização grega um dos principais espaços na cidade, onde se estabeleciam as relações sociais, com ênfase para o lazer. Porém, foi a partir das conseqüências da revolução industrial que surgiu na Europa, a necessidade de construções de espaços livres públicos, com a finalidade de amenizar o ambiente, o qual estava bastante degradado e conturbado, e de proporcionar lazer à população.

Os urbanistas trabalham bastante com os espaços livres públicos como objeto de análise dando ênfase à morfologia, entretanto o objetivo neste trabalho é analisar o espaço livre público sob uma visão geográfica, levando em consideração a forma-conteúdo, estrutura e processo. Mas antes disto é necessário compreender o que é denominado de espaço livre público, ou às vezes de espaço aberto público, por alguns urbanistas.

CAMPOS (1995) afirma que os espaços públicos abertos compõem a própria trama viária e os sistemas de áreas abertas, verdes ou não, enquanto que os espaços fechados representam os edifícios institucionais de uso predominantemente público e comunitário. Os espaços públicos abertos são áreas situadas dentro de uma concentração urbana, não cobertas por edifícios ou estruturas permanentes, permitindo assim o livre acesso e movimento de pessoas sem restrições ou obstruções físicas, cujas atividades se realizam fora da intimidade de habitação. Esses espaços públicos abertos podem ser classificados em diferentes categorias; para isto, Campos adota em seu trabalho a classificação de Clawson: sistema viário; parques, largos e praças abertas; espaços que circundam edifícios de uso público; e cursos d'água navegáveis, como rios e lagos.

Outra corrente urbanística define os espaços públicos como resultantes do que sobrou, o que é deixado de lado no crescimento das estruturas urbanas. Para S. PORTIANSKY (2004) curiosamente, os espaços públicos, em especial os abertos, resulta do remanescente que se deixa de lado no crescimento das estruturas urbanas, podem converter-se em instrumento para o ordenamento das cidades através de sua construção e requalificação. Nos núcleos urbanos os espaços públicos abertos são ruas, praças e parques. Esta conceituação tende à idéia de que o espaço aberto, concebido como um sistema, permite hierarquizar o território e desenhar seu crescimento. No território cultural, este sistema se compõe de uma variada gama de espaços de diversas funções: usos, tamanhos,

proporções, tratamento, características naturais e graus de culturalização, etc., constituindo os que formam os recursos naturais e dos usos disponíveis para a vida social: praças, ruas, parques, etc.

CARNEIRO & MESQUITA (2000) analisam o espaço urbano, sob o aspecto físico, como um complexo de espaços edificados e espaços livres, ambos resultantes de atuações humanas institucionalizadas ou não e que, em alguns casos, estão articulados entre si, de acordo com a lógica interna. As autoras definem os espaços edificados como áreas ocupadas de forma significativamente densa pelas construções que atendem às atividades do meio urbano, enquanto que os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, definem-se como áreas parcialmente edificadas ou com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação (avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos), ou com a presença efetiva de vegetação (parques, praças, jardins). São ainda denominados espaços livres, áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínios fechados; áreas remanescentes de ecossistema primitivos – matas, manguezais, lagoas, restingas, etc – além de praias fluviais e marítimas. Alguns desses espaços que, a rigor, devem ser preservados pela municipalidade por suas qualidades ambientais, muitas vezes, com flora e fauna próprias, são reservadas ou áreas potenciais para ampliar o conjunto dos espaços livres protegidos e/ou existentes.

Ao denominar esses espaços de “livres”, elas se apóiam na condição de oferecer livre acesso, permitindo às pessoas agirem livremente, segundo Lynch. Carneiro & Mesquita utilizam a expressão “espaços livres”, ao invés de “espaços abertos” como utiliza Campos, e justificam a escolha com o argumento que em inglês esses espaços são chamados de “open spaces”, podendo ser traduzido como espaços livres, baseando-se no uso já consagrado pela Universidade de São Paulo.

CARNEIRO & MESQUITA (op.cit) ainda classificam os espaços livres em de domínio público (nacional, estadual e municipal) e de domínio privado (pessoa física ou jurídica), com base no regime jurídico do Recife. Os espaços livres públicos são abertos à população em geral, sob condições pré-estabelecidas pelo poder público (parques, praças, etc.), e os espaços livres privados podem-se limitar tanto ao uso familiar, quanto ao de uma coletividade específica (quintais residenciais, condomínios residenciais, clubes sociais, pátios de escola, de hospitais, etc.). Além desses há espaços de domínio público e/ou privado, tais como as unidades de conservação, os campi universitários e os cemitérios.

NOGUERA (2003), ao trabalhar o caso de Barcelona, afirma que o espaço urbano se configura em duas categorias de solos inter-relacionados fisicamente: as redes de espaços públicos e os espaços parcelados. A primeira com caráter de espaço vazio e contínuo, e a segunda com caráter de espaço compartimentado e edificado.

O autor define como característica essencial dos espaços públicos a configuração de uma rede contínua que se estende por toda a área urbana, entretanto esta rede de espaços públicos assume diferente papéis: estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e seu entorno territorial; aporta os canais de comunicação intra-urbana, é, portanto o suporte funcional básico de mobilidade urbana interna; constitui a referência de parcelamento do solo para a edificação e os usos privativos; torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade; provem de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão; facilita o estabelecimento das redes de serviços urbanos. Por outra parte, a rede de espaços públicos se materializa através das características físicas de seus componentes reais: ruas, avenidas, praças, etc., os quais estabelecem o alcance espacial, o solo ocupado, do sistema de espaços públicos da cidade.

Em outro momento NOGUERA (op.cit) afirma que o espaço da cidade está decomposto em duas categorias de solo articuladas entre si: a rede de espaços livres e os espaços parcelados. Sobre os espaços parcelados se situam as habitações, as atividades econômicas, o comércio e os equipamentos. No âmbito das redes dos espaços livres se desenvolvem três sistemas funcionais básicos: o de espaços cívicos, o de espaços verdes e os de espaços para a mobilidade. A cada um desses sistemas corresponde algum tipo de espaço específico, mas o mais freqüente é que os espaços livres públicos participem de alguma forma dos três sistemas funcionais citados. Com isso se faz necessário definir esses três tipos de sistemas funcionais.

Entende-se por espaço cívico aqueles que fundamentalmente possuem lugar de encontro e relações entre os cidadãos, ainda que sejam ocasionais ou motivados, pertençam à esfera das relações interpessoais ou se dê como marco de convocatórias coletivas. É o espaço onde o pedestre tem a utilização prioritária ou exclusiva. Os espaços verdes têm como função principal dotar a área urbana de uma certa proporção de vegetação com objetivos de melhoras do micro-clima urbano, neutralização da contaminação atmosférica e criação de paisagem que incorpore alguns componentes da natureza, entre outros. Os espaços principais do sistema de mobilidade são os especificamente destinados ao tráfego de rodas, por onde circulam os veículos privados e públicos.

Outra análise que pôde ser realizada foi sobre os termos referentes ao espaço público e o espaço livre na Alemanha, em especial em Berlim. A palavra em alemão “offen” significa aberto, entretanto a expressão “öffentliche Raum” quando traduzido para o português não possui o sentido de espaço aberto, mas sim de espaço público. Este termo é definido de acordo com o Senatsverwaltung für Stadtentwicklung Berlim (Secretaria de desenvolvimento urbano de Berlim) como um local de comunicação, de reflexão individual e interação social e consolida-se como um componente importante da cultura do cotidiano e para a constituição da identidade do local. Já o termo alemão “Freiraum”, traduzido para o português como “área livre”, compreende os parques, praças urbanas, ruas, jardins domiciliares, cemitérios, áreas de esporte e recreação, como também bosques e áreas de agricultura. Com isso, entende-se que os espaços livres não

são necessariamente espaços públicos, pois estes espaços estão diretamente relacionados com a posse do espaço, se é pública ou privada.

Segundo LEITÃO (2002) foi apenas com o urbanismo culturalista, especialmente difundindo nas obras e nos escritos de Camillo Sitte e Ebenezer Howard, que os espaços abertos de uso comum, num determinado território, começaram a chamar a atenção dos que projetavam as cidades. O momento seguinte é marcado pelo urbanismo, do qual a Carta de Atenas é o principal registro teórico. Nele, a diferenciação entre cheios e vazios, espaço construído e superfície livre, se realiza numa escala tal que, por vezes, dificulta a convivência das pessoas num espaço de uso comum. É a partir dos anos 60, tempo que começa a constatar notadamente na Europa, “o insucesso do urbanismo do movimento moderno” (Merlin e Choay), que se inicia uma reflexão mais consistente sobre o papel, a forma e a função dos espaços públicos nas cidades. É nesse contexto que têm lugar os planos de requalificação das áreas históricas – que privilegiam os espaços de memória e não a construção do novo; e que a Europa dá início à reconquista da cidade, movimento urbanístico cuja ênfase é dada aos espaços públicos destinados ao estar coletivo, ao caminhar e não à circulação do automóvel, como havia sido no urbanismo modernista.

Após a análise de diferentes visões do que vem a ser espaços públicos, livres e/ou abertos, chegou-se à conclusão que o termo que se fará uso nesta pesquisa será “espaços livres públicos”, visto que este termo define de um modo mais restrito estes espaços presentes na cidade, os quais se caracterizam pela

acessibilidade e por ser palco de materialização das relações sociais do cotidiano.

Ao fazer uma análise das definições desse termo, espaço livre público, é possível perceber que elas se sobrepõem em diversos aspectos, mas com a presença de alguns pontos distintos. Muitas vezes o espaço livre é confundido com o espaço público e vice e versa. Mas após toda discussão acima sobre espaço público, pode-se entender que o espaço livre público é um local possível de manifestação do público, mas que nem todos espaços livres são necessariamente públicos. Para a geografia, esses espaços livres públicos precisam ser palco das relações sociais e das práticas espaciais, além de conter as características morfológicas determinadas pelo urbanismo.

Os espaços livres públicos podem ser encontrados no espaço urbano apresentando diferentes funções e formas, mas estes têm em comum características que os definem. Estes espaços primeiramente devem ser acessíveis a toda a população, não havendo barreira impedindo a circulação e também ser um espaço de materialização das relações sociais através das práticas espaciais. Estes espaços encontram-se distribuídos ao longo da cidade e muitas vezes estão relacionados com o bem-estar social, com o verde e com o lazer. São nos espaços livres públicos que a vida social se manifesta.

Para melhor compreender os espaços livres públicos, se faz necessário conhecer as diferentes tipologias desses espaços e suas características: Faixa de Praia ou de Rio, Jardins, Largos, Parques, Pátios, Praças e Sistema Viário.

Todavia, estas tipologias relacionadas, são modelos, visto que estes espaços são bastante diversificados, possuindo formas e conteúdos que se diferenciam de acordo com a estrutura em que se encontram e o processo por quais passam.

a) Faixa de praia e de rio

É o espaço livre natural que se desenvolve na área litorânea ou à margem dos rios, podendo conter equipamento de esportes e de lazer contemplativo.

b) Jardins

Segundo CARNEIRO & MESQUITA (2000) os jardins são espaços livres públicos de contemplação que contém cobertura vegetal representativa, com a finalidade de melhoria climática, ambiental e valorização da paisagem.

c) Largos

Largos são, de acordo com CARNEIRO & MESQUITA (2000), espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o

fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias.

d) Parques

Como afirmam CARNEIRO & MESQUITA (2000) os parques são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

e) Pátios

Os pátios são classificados por CARNEIRO & MESQUITA (2000) como espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo que dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de proporcionadores de encontro social e eventualmente destinados a atividades lúdicas temporárias.

f) Praças

As praças são espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador de circulação e de

amenização pública, com área equivalente à quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos, como afirmam CARNEIRO & MESQUITA (2000).

g) Sistema Viário

Para CAMPOS (1995) o sistema viário é constituído de artérias destinadas (em princípio) ao deslocamento e circulação de veículos e de pedestres, que interligam vários setores urbanos, conformando uma rede de canais em uma única estrutura. Compõem esta categoria as ruas, avenidas, vias férreas, as calçadas, entre outros. Uma das grandes artérias reside em parte pela sua extensão, uma vez que, na maioria das cidades ou agrupamentos urbanos, o sistema viário constitui o principal uso do solo urbano. Contudo, o principal valor desta classe de espaços públicos está pelo seu valor social.

Estas definições foram tomadas apenas para dar uma visão geral da diversidade dos espaços livres públicos, mas atentando que estes são bem mais complexos do que estas definições elucidadas. Posteriormente se aprofundará aqui no conceito de parque urbano, visto que esse é o objeto de análise dessa pesquisa.

1.3. A PAISAGEM E OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Os significados dados à palavra “paisagem” têm variado através do tempo. Pode-se dizer que por uma parte, houve uma tendência geral em ampliar o conceito de paisagem, mas também, por outra parte, dar maior precisão e significados mais concretos e melhor definidos.

A transformação axial na visão do mundo, de cosmo para paisagem pode ser rastreada na mudança do significado das palavras ‘natureza’, ‘paisagem’ e ‘cenário’. No uso moderno, as três palavras compartilharam de um núcleo comum de significado: cenário e paisagem são muitas vezes usados como sinônimos e ambos implicam natureza. No entanto, a união não foi sem sacrifício. A palavra natureza aparece junto com cenário e paisagem porque perdeu muito domínio semântico e as palavras cenário e paisagem são quase sinônimas devido a perda de precisão de seus significados. (Tuan, 1974)

Destas três palavras o termo natureza foi o que mais perdeu significado no uso popular. Na medida que o termo adquiriu o significado de *physis* dos gregos pré-socráticos, designava a Totalidade ou o Todo. Ainda quando se fala filosoficamente de natureza ‘Fala-se de muitas coisas; De sapatos e navios e cola, De repolho e de reis’ – Natureza é ‘Os céus acima, a terra abaixo, e as águas sobre a terra’.(op. cit.)

O significado de cena ou cenário é o que menos sofreu mudança. A cena é o palco originalmente do teatro grego ou romano. Um segundo significado, agora o mais amplamente aceito, é o de paisagem ou vista, uma cena pitoresca, ou representação pictórica de uma paisagem. Cenário e paisagem agora são quase sinônimos. A pequena diferença existente entre eles reflete suas origens diferentes. Tradicionalmente a palavra cenário tem estado associada com o mundo de ilusão que é o teatro. A diferença está em que a palavra paisagem, em seu sentido original, se referia ao mundo real e não ao mundo da arte e do faz de conta. (op. cit.)

O termo “paisagem” procede da linguagem comum, mas nas línguas românicas, deriva do latim *pagus*, que significa país, com o sentido de lugar e de setor territorial. Assim desta derivam as diferentes formas: *paisaje* (castelhano), *paysage* (francês), *paesaggio* (italiano) e paisagem (português), entre outras. As línguas germânicas, por sua parte, apresentam um claro paralelismo através da palavra originária *land*, com um sentido praticamente igual, e de que derivam *Landschaft* (alemão), *landscape* (inglês), *landschap* (holandês), entre outros. Este significado de espaço territorial mais ou mesmo bem definido, remonta-se ao momento da aparição das línguas vernáculas, e pode-se dizer que este sentido originário, com certas precisões, é válido ainda atualmente (BOLÓS, 1992).

O final do século XV aparece uma segunda acepção do termo dentro da linguagem que, pode-se denominar de “os cultivadores das terras pitorescas”.

Sua origem se encontra na Escola de paisagistas holandeses, onde os paisagistas eram os pintores de paisagens, e as paisagens eram as imagens de uma porção da superfície em terra firme, a qual havia sido representada em tela ou em papel pelo pintor ou desenhista. Na Inglaterra, no final do século XVII, o termo *landscape* era utilizado neste mesmo sentido (op. cit.).

Em meados do século XVII surgiram definições de paisagem as quais estavam relacionadas com a imagem que representa a vista de um setor natural, ou como superfície terrestre, relevo de uma região em seu conjunto, produzido ou modificado por forças geológicas, como também, território ou parte da superfície terrestre que a visão pode observar simultaneamente, incluindo todos os objetos discernidos (op. cit.).

A partir do século XIX, o termo “paisagem” é profusamente utilizado pela Geografia, que em geral concebia a paisagem como sendo o conjunto de formas que caracterizam o setor determinado da superfície terrestre.

A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX representam para a concepção científica da paisagem o período de estabelecimento da maior parte de suas bases teóricas.

O estudo das relações homem natureza (em suas diversidades) e as suas representações sob forma de Paisagem, tem como ponto de partida para a

Geografia, as obras dos seus precursores clássicos Humboldt⁷ e Ritter. Especialmente quanto ao estudo das relações dos homens com a natureza, e a influência da natureza sobre os homens, na perspectiva das representações das paisagens, destaca-se o aporte de Carl Ritter, fundamental para o desenvolvimento da Antropogeografia⁸ física (GOMES, 1997).

No entanto, a dualidade entre o natural e o cultural, no estudo das relações homem e natureza, e a representação de paisagens, toma maior dimensão através da abordagem de Otto Schlüter, no início do século. A geografia cultural e a geografia social encontram-se em sua obra, convergindo para o entendimento da paisagem cultural (op. cit.).

Partindo-se da idéia do Homem como construtor da paisagem, retorna-se na investigação da paisagem cultural ao cerne da Antropogeografia. A estrutura da paisagem seria para Schlüter o resultado da interação entre a natureza e cultura, ou seja, um complexo contínuo de encaixe. Com isso ele lançou a pedra básica para a paisagem cultural (op. cit.).

⁷ Para Humboldt (1874), a Natureza (incluindo o homem) vive graças a uma troca de formas e movimentos internos. A Natureza é o que cresce e desenvolve perpetuamente, o que só vive por uma troca de contínua de formas e de movimento interior. (BOLÓS, 1992).

⁸ Antropogeografia, ramo do conhecimento geográfico aprofundado por Friedrich Ratzel, através do entendimento histórico do espaço e do estudo do comportamento humano condicionados pelos fatores físicos espaciais. Com esse trabalho são antecipados questionamentos sobre os determinantes na relação homem e natureza, e elaboradas as primeiras representações de paisagem. Segundo a cultura instituída, e com o aporte da argumentação científica. (Gomes, 1997)

Schlüter afirmou que devem ser considerados os fatores históricos e naturais em conjunta interdependência em qualquer que seja o conjunto de atividades humanas que constitua o fundo da paisagem. Com isto fica claro que a investigação da paisagem cultural, no sentido de Schlüter, ia além de uma simples observação e descrição das marcas humanas, buscando identificar e reconhecer a profundidade e interdependência dos fatores sociais, naturais e históricos que finalmente poderiam conduzir para a compreensão da paisagem. A paisagem cultural seria a expressão das transformações temporais no espaço, também resultante das construções humanas fixadas como cultura; por outro lado, esta configuração espacial poderia também ser entendida segundo as leis de ordens sociais bem como parâmetros individuais (op. cit.).

Enquanto a natureza é regida por leis naturais e necessárias de causa e efeito, a cultura⁹ é a prática da liberdade, do pensar e do agir, através das múltiplas linguagens. (VERAS, 1999, p.61-62).

Esta ênfase ao trabalho de Schlüter não desconsidera a importância das preocupações e méritos dos que antecederam. No entanto, as perspectivas adotadas anteriormente privilegiam a dominação da natureza, que condicionava processos sociais e econômicos. Perspectiva alterada a partir de Schlüter que privilegiou, em suas abordagens a observação e análise da produção da paisagem pelo homem. Depois que Ratzel buscou unilateralmente definir a

⁹ “A cultura, assim, é ‘...a criação coletiva de idéias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo’.” (Moraes, apud VERAS, 1999, p.62)

relação homem e natureza – onde o homem seria influenciado pela natureza – Schülter identificou as atividades do homem como marcas e a paisagem cultural como resultado do conjunto das forças imprimidas pelo homem. (GOMES,1997)

Em 1925 Carl Sauer definiu a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural. Sauer afirma que a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado. A sua obra representa uma visão determinista da geografia norte-americana, ao mesmo tempo uma antecipação da geografia cultural que em breve estabeleceria. (CORRÊA e ROSENDAHL,1998)

A paisagem geográfica, vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, é analisada morfologicamente, vendo-se integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural (op.cit).

Na terceira e quarta década do século XX, a sociedade começa a tomar clara consciência de sua inserção a esse complexo conjunto denominado “Natureza”, e graças a qual pode viver. Como conseqüência, se populariza a problemática referente à conservação da paisagem considerando como meio a sociedade humana. Neste momento, os estudos de paisagem adquirem

importância crescente, em princípio só entre os geógrafos, mas posteriormente os especialistas de muitas outras disciplinas se interessaram por essa nova ciência.

A partir de 1945, a geografia regional em posição de destaque no âmbito alemão, privilegiava o estudo de forma e função dos espaços, nas suas relações recíprocas. O ponto crítico reside na tentativa de, usando um conceito de paisagem universal e totalitário, definir excepcionalmente a geografia como uma superdisciplina de síntese. Apesar disso, a geografia regional é impensável sem a idéia de paisagem como esforço de representações das relações entre homem e natureza. (GOMES,1997)

A retomada do conceito de paisagem, que se verificou após 1970, trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. A partir disso, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998):

- Dimensão Morfológica – conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana
- Dimensão Funcional – apresenta relação entre as suas diversas partes
- Dimensão Histórica – produto da ação humana ao longo do tempo
- Dimensão Espacial – à medida que ocorre em certa área da superfície terrestre

- Dimensão Simbólica – portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias.

A importância do conceito de paisagem na história do pensamento geográfico se modificou de acordo com as correntes filosóficas vigentes em cada período da Geografia. Em alguns momentos esse conceito foi esteve em posição secundária, enquanto que outros conceitos como região, espaço, território e lugar se sobressaiam.

No período da Geografia Tradicional¹⁰ (1870-1950), no qual os geógrafos estavam vinculados ao positivismo e ao historicismo, os principais conceitos eram a Paisagem e a Região. Entretanto, durante o período da Geografia Teórico-quantitativa (1950-1970), que tinha como base o neopositivismo, não era ressaltado o conceito de paisagem, pois o foco principal era o Espaço. Com o surgimento da Geografia Crítica por volta de 1970, o Espaço continua sendo o principal conceito trabalhado na Geografia, porém agora, tem-se como fundamentação o materialismo histórico dialético. Contemporâneo à Geografia Crítica surge a Geografia Humanista, ligada à fenomenologia, onde o conceito mais valorizado é o de Lugar, mas não suprime os conceitos de Território, Paisagem e de Espaço (espaço vivido). Hoje, a paisagem aparece como um

¹⁰ O caminho percorrido pela evolução histórica da disciplina mostra que as pesquisas pautadas pelo princípio da causalidade científica caminharam ambicionando trabalhos científicos exatos, precisos. Dessa forma, predominaram na geografia, até o final do século XIX, pesquisa científico-naturais. A questão social só foi inserida no início deste século através da obra de Ratzel. Esta busca pela exatidão científica e a crescente especialização nos conhecimentos dos geógrafos, na virada do século XIX para o XX culminou por fazer necessário a delimitação do objeto da geografia, e com isso a ampliação nas escalas de observação, emergindo daí a paisagem. (GOMES, 1997)

conceito-chave da geografia, tendo em vista a capacidade de unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina.

Esse conceito e sua incontável multiplicidade de aspectos detém hoje, mas destaque e expressão que no tempo das grandes controvérsias do final dos anos 60. Na atualidade, desenvolve-se uma inflacionária e crescente evolução e abrangência do termo, tornando difícil aproximar-se, com clareza, da definição e aspectos que um termo científico, utilizável ou aplicável nesta extensão que a paisagem comporta (GOMES, 1997).

Sítio e história imprimem fatores individuais no quadro de valorização e destaque da paisagem, contribuindo para caracterizá-la, para garantir a defesa ou não de sua forma e revelar elementos que contribuíram na elaboração de um quadro classificatório das paisagens como um todo. O limite entre paisagem resulta de dentro para fora do alcance da forma estabelecida. Através de uma espacial influência humana pode a paisagem cultural ultrapassar os limites de uma unidade espacial natural. (op.cit).

Em um quadro de estudo das paisagens, nenhum elemento isolado, quer seja de ordem natural ou social, é determinante para a apreensão da totalidade das paisagens enfocadas. Por outro lado o inverso também é verdadeiro, sob pena de cair-se na superficialidade do apenas visível, palpável e não verdadeiramente articulado nas dimensões cinegéticas necessárias à compreensão de seus arranjos e composições. (op.cit).

A evolução do empenho em caracterizar os elementos e componentes da paisagem, dentro da perspectiva da dinâmica e das forças atuantes na constituição da paisagem, não pode ter outra base para a sua representação de forma e transformação que não contemplasse a dimensão relacionada a tempo e espaço. A paisagem cultural não seria possível sem a consideração das mudanças ao longo do tempo. Os lapsos de tempo e cotidiano, associados ao tempo de permanência mais remoto dos eventos e fenômenos, propiciam a dinâmica espaço-temporal definidora dos ingredientes de representação das paisagens. (op.cit).

A paisagem é, portanto, “uma parcela do espaço real objetivado, um produto antropológico produzido historicamente, que cristaliza intenções, interesses, necessidades e possibilidades. A sua leitura, todavia, veiculada pela infinidade de interpretações que vagueiam pela valorização subjetiva do espaço, nos conduz ao lugar, não mais somente como registro histórico, mas como elemento revelador de uma época e de uma cultura, que envolve pré-ideações, projeções, enfim, formas de consciência do espaço.” (VERAS, 1999, p.65).

O geógrafo encontra-se, inicialmente, diante da paisagem que representa o aspecto visível, diretamente perceptível do espaço. Ora a paisagem se define a partir de sua morfologia. As formas¹¹ decorrem dos dados do meio ambiente

¹¹ A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo que é a representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão-somente, produto da história, na medida em que a aparência reproduz a história. (CARLOS, 1999, p.24).

natural ou são conseqüências da intervenção humana que imprime seu selo no espaço. (DOLFUSS, 1973)

Toda paisagem é composta, é formada por elementos geográficos que se articulam, um em relação aos outros. Pertencem alguns ao domínio natural, abiótico, como o substrato ecológico, o clima, as águas. Os demais constituem o domínio vivo, a biosfera, formada pelo conjunto das comunidades vegetais e animais que nascem, se desenvolvem e se dissolvem utilizando o suporte construído pelo domínio natural abiótico. Finalmente, os últimos chegados, porém atores decisivos, os grupos humanos, instalados no domínio natural, transformam, modificam, alteram o domínio vivo. Modelam grande parte das paisagens terrestres, que são conjunto desigualmente frágeis e mutáveis. (op.cit).

Uma forma de classificar as paisagens está de acordo com sua funcionalidade. Entende-se aqui como funcionalidade o que é relativo à função. Uma divisão funcional da paisagem pode classificá-la em paisagem rural, urbana ou natural, com as respectivas diferenciações dentro de cada tipo (PLA, 1992). Essa divisão é em larga escala, visto que, a paisagem é singular e composta características individuais que se modificam de acordo com uma dinâmica própria, mas há alguns elementos em comum, os quais se sobressaem e determinam essas classificações.

Observando essa divisão funcional da paisagem, percebe-se que a dita funcionalidade não foi sempre a atual. Essa funcionalidade foi motivada por circunstâncias históricas, políticas, econômicas, entre outras, quem têm motivado ao longo dos séculos, funcionalidades, de acordo com as características da paisagem.

Nas paisagens naturais o ser antrópico nunca será o elemento dominante, mesmo que possa estar presente. A dominância corresponde aos elementos abióticos, aos elementos bióticos e aos dois simultaneamente. Das duas energias básicas, natural e antrópica, a natural (solar, gravidade e energia interna da Terra) será a encarregada de manter o funcionamento do sistema. (PLA, 1992)¹².

As paisagens rurais têm como energia para o seu funcionamento, em parte, a energia natural (basicamente a solar) e em outra parte a energia antrópica. Entende-se aqui como rural o relativo ao campo, em oposição ao urbano. Tanto o rural como o urbano têm o elemento antrópico como fator fundamental. Entretanto nas paisagens urbanas o elemento antrópico é predominante, enquanto que na paisagem rural os elementos abióticos e bióticos possuem uma importância considerável. (op.cit).

¹² In BOLÓS, Maria de (Org). **Manual de Ciencia del Paisaje**: Teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Ed. Masson, 1992.

As paisagens urbanas se caracterizam pelo predomínio dos elementos antrópicos sobre os bióticos e abióticos. Um dos fenômenos do século XX é a explosão urbana, que afeta todas as regiões mundiais. A energia que mantém em funcionamento a estrutura urbana é basicamente antrópica. Existem múltiplas relações entre os diversos elementos que as configuram. De acordo com as necessidades da sociedade, as estruturas urbanas se modificam, assim como também as relações entre o espaço arquitetônico e o espaço cultural. (op.cit).

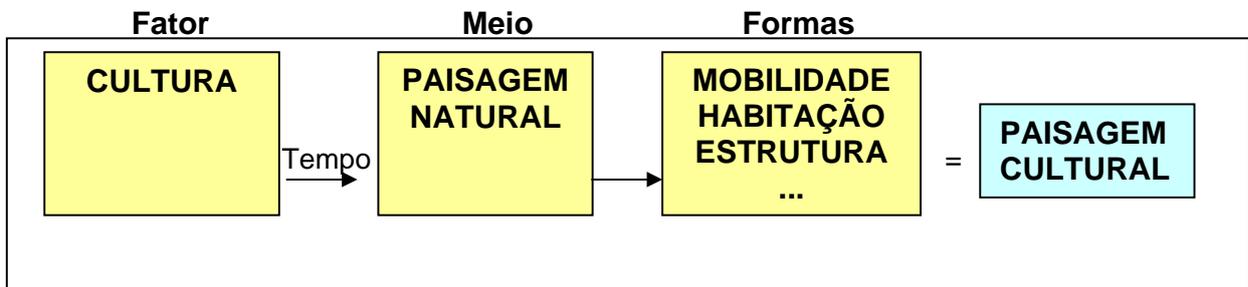
Essa soberania do homem na paisagem urbana em relação aos elementos naturais, tem como consequência a formação de uma paisagem artificializada. São criados vários elementos artificiais necessários para o desenvolvimento da vida humana, ou seja, é um ambiente produzido pelo próprio homem. Com isso, até mesmo a natureza torna-se artificial, com a implementação de elementos que reproduzem o ambiente natural.

O palco principal para a manifestação dessa naturalização do artificial no espaço urbano é o espaço livre público. As ruas, praças, jardins, parques, faixas de praia e de rio, entre outros, locais de intenso fluxo de pessoas, onde a expressão do urbano acontece, são compostos por diversos elementos, os quais representam artificialmente os elementos naturais, como lagos, fontes, árvores, gramados. Esses elementos integrados e modificados ao longo do tempo, de acordo com necessidade da população, são de grande importância para a dinâmica da paisagem urbana. Os elementos naturais presentes nos espaços

livres públicos proporcionam possíveis formas de encontrar o equilíbrio na paisagem urbana.

Essa naturalização do artificial está diretamente relacionada com os aspectos culturais. É a cultura que define como devem realizadas essas transformações na paisagem urbana. A paisagem urbana é essencialmente uma paisagem cultural. Como afirma SAUER (1925)¹³, a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado.

Modelo para análise de paisagens culturais segundo Sauer



Fonte: KEMPER, In: Petermanns Geografische Mitteilungen, 147, 2003/2.

Nem homens individuais, nem grupos humanos ou instituições são os agentes decisivos. É a cultura que influencia no comportamento dos indivíduos através de padrões, valores e normas, internalizados por estes indivíduos. A

¹³ KEMPER, Franz-Josef. Paisagens, textos, práticas sociais. Caminhos da Geografia Cultural anglo-saxônica. In: Petermanns Geografische Mitteilungen, 147, 2003/2

cultura possui uma força própria, a qual tem influência sobre o espaço. Kroeber¹⁴ entende a estrutura da realidade em camadas onde o mundo social e cultural é super-orgânico, está acima dos outros níveis. A cultura constitui um nível autônomo da realidade que exerce uma força causal sobre o agir e o pensar dos homens. Abaixo do mundo social e cultural está o mundo bio-psíquico dos homens, o qual está acima do mundo orgânico das plantas e animais e do mundo anorgânico, o qual se configura como a base.



Fonte: KEMPER, In: Petermanns Geografische Mitteilungen, 147, 2003/2.

Cada indivíduo pode fazer suas próprias representações da natureza e das relações que se pode estabelecer entre eles para com a natureza. Ao longo desse processo, os elementos naturais são subordinados ao ideário do urbano, como um projeto de espaços gerenciados/dominados pelas engenharias técnicas e econômicas. Sobre essa base são construídas as representações das cidades, que se reproduzem através das práticas cotidianas, nos diversos segmentos

sociais. Essas representações revelam relações estabelecidas culturalmente com os elementos da natureza presentes nos espaços da cidade. (GOMES, 2001¹⁵)

As escalas geográficas e históricas selecionadas, bem como as abordagens privilegiadas, assumem, assim, importante significado nesse esforço de apreensão e representação. Em especial, considerando que essencial e aparentemente, as cidades evocam pluralidades que marcam os esforços de suas apreensões, sob forma de raridades e interseções. (op. cit.)

CARLOS (1999) afirma que a paisagem urbana enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano.

A paisagem urbana nada mais é a paisagem cultural referente ao espaço urbano, ou seja, onde os elementos culturais são caracterizados pelo urbano.

2. OS PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

¹⁴ op. cit.

¹⁵ GOMES, Edvânia T. A..Agendando Velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In: SPÓSITO, M. E. B. Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, 2001.

O interesse em fazer a pesquisa parte do princípio que os parques urbanos são espaços livres públicos que podem ser encontrados em diversas partes do mundo, entretanto, estes não se apresentam com os mesmos padrões de forma e conteúdo. Na discussão teórica também se percebe uma significativa diversidade de conceitos e definições. Então, a partir disso, torna-se necessário questionar o que vem a ser um parque urbano, fazendo uma relação entre forma-conteúdo, função, estrutura e processo, a fim de compreender sua configuração espacial.

Os parques urbanos surgiram no século XVIII na Inglaterra, porém, no século XIX foi quando ocorreu um maior desenvolvimento, com a criação dos grandes jardins contemplativos, dos parques de paisagem, dos parkways, dos parques de vizinhança americanos e dos formais e monumentais parques franceses (SCALISE, 2002). Entretanto, os parques urbanos foram sofrendo algumas modificações ao longo do surgimento de novas tendências e estilos criados por diferentes países, e isso fez com que hoje seja possível encontrar essa grande diversidade de parques urbanos.

2.1. OS PARQUES URBANOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A história dos parques se confunde com a história dos jardins renascentistas, ou melhor, os jardins foram as inspirações para a criação dos parques na Europa, em especial na Inglaterra. O Renascimento, com início em meados do século XV, foi um período de ressurgimento da cultura, havendo uma

renovação do pensamento em relação às artes, ciências, filosofia e literatura. Os jardins foram elementos que se destacaram em meio a essas novas idéias, principalmente em países como a Itália, França e Inglaterra.

Os jardins italianos desta época se inspiraram nos jardins da Roma Antiga que possuíam muitas estátuas e fontes monumentais. Na Itália, os sítios se encontravam nas colinas e nas encostas, em razão das vistas panorâmicas e também do clima. Sendo assim, foi proposto que para o aproveitamento das irregularidades do terreno, se fizesse uso de escadarias e terraços acompanhados de corredeiras de água. Os jardins eram tidos como centros de retiro intelectual onde sábios e artistas podiam trabalhar e discutir no campo, longe do calor e das moléstias do verão da cidade. A vegetação era considerada secundária e se caracterizava por receber cortes adquirindo formas determinadas, conhecidas anteriormente nos jardins romanos por topiárias. Em seguida esta mesma vegetação era distribuída pelos terraços e, no plano mais elevado do jardim, dominando a composição, se encontrava o palácio. Nestes jardins a paisagem era “desenhada com régua e compasso”, caracterizando a simetria de linhas geométricas. Havia também muito contraste entre as formas naturais e as criadas pelo homem. (figura 8)

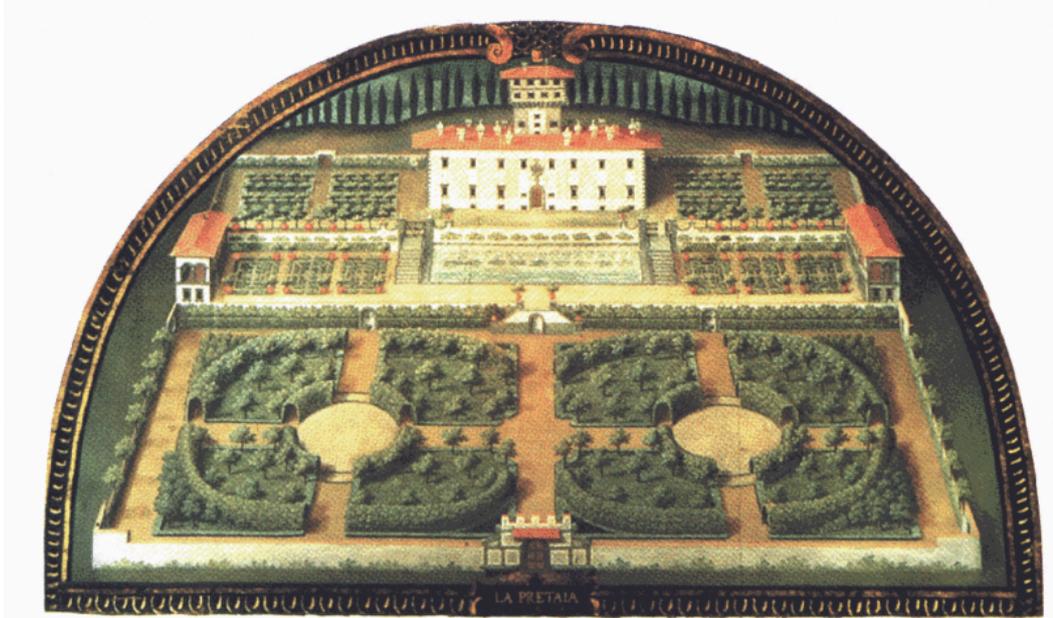


Figura 8: Medici Villa Petraia, próximo a Florença, exemplo de um jardim italiano no início do Renascimento.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:VillaPetraia.gif>

Os países da Europa seguiram a França no século XVII, período no qual teve sua maior riqueza e poder, no que dizia respeito à estética. A princípio, o estilo francês se baseou nos jardins medievais, que utilizavam canteiros com flores e ervas medicinais, sendo que havia também a horta que lhes concedia o abastecimento. Mas, com o passar do tempo, novas idéias foram sendo introduzidas por arquitetos italianos que trabalhavam na corte francesa. Com isso, pode-se dizer que os jardins franceses tiveram características semelhantes aos jardins italianos. Como características deste estilo, pode-se citar a rígida distribuição axial, a simetria, a perspectiva, o uso de topiárias e a sensação de grandiosidade. As formas geométricas podiam ser percebidas tanto nos

caminhos e passeios quanto na vegetação, admitindo-se poucos desníveis. Os principais jardins foram construídos pelo famoso arquiteto/paisagista de Luiz XIV, André Le Notrê. Sua obra mais marcante foi o jardim do Palácio de Versalhes (figura 9).

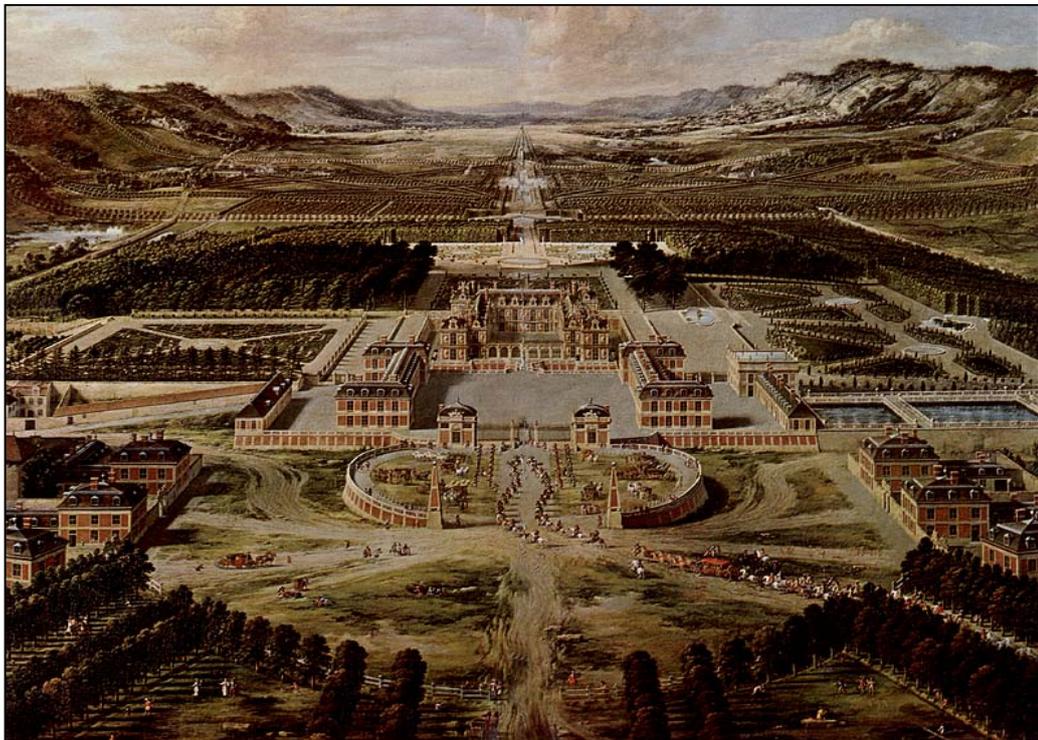


Figura 9: Versailles em 1789, o palácio e o jardim.

Fonte: www.millikin.edu/history/frenchrevolution/photo5.html

No reinado de Luiz XV, o estilo francês entrou em decadência em função da busca exagerada da forma e simetria. Na Inglaterra, de um estilo formal, os jardins passaram a ter uma maior aproximação com a natureza. Inspiravam-se basicamente nas idéias orientais do velho império chinês que possuía os jardins dos acidentes naturais. Tais jardins ficaram conhecidos como "jardins

paisagísticos”, tinham como características básicas a irregularidade e a falta de simetria nos caminhos, e foram planejados com maior liberdade. Além disso, não eram encontradas esculturas vegetais, arcos e monumentos. Esses jardins procuravam imitar a natureza em seu traçado livre e sinuoso e a água presente se encontrava disposta em lagos ou riachos (figura 10). Tais inovações iam de encontro às idéias do romantismo da época. A Inglaterra também teve seus mestres paisagistas como William Kent e William Chambers, este último foi quem introduziu a idéia chinesa nos jardins de seu país. Um dos objetivos deste estilo descrito era que as pessoas percebessem como jardim, toda a natureza que estava ao seu redor.

As primeiras características do jardim inglês são as seguintes: Linhas graciosas; amplas extensões verdes (gramados); ruas amplas; terreno acidentado e possibilitando a visão de belas perspectivas; pequenos bosques, compostos de plantas da mesma ou de espécies diferentes, com ou sem divergência nas colorações; plantas isoladas; plantação de árvores mortas; construção de ruínas. Este estilo foi utilizado na Inglaterra e em alguns locais da Europa, por quase dois séculos e depois entrou em decadência, dando lugar ao estilo misto. Os ingleses acabaram dando origem aos parques e jardins públicos que tiveram por finalidade refrescar as áreas urbanas.

Entretanto, a intenção dos parques surgiu no século X, na Inglaterra, muito antes da revolução industrial. Estes parques estavam diretamente relacionados com as reservas de caças, localizados no entorno dos Palácios Rurais. A palavra

“parque” , como a palavra ‘ “floresta”, foi usada originalmente para identificar uma área privada, em que os ricos, em especial os monarcas, mantinham animais para a caça (figura 11).



Figura 10: Representação do jardim inglês no século XVIII.

Fonte: <http://www.georgianlife.homestead.com/Files/garden/Gardens.html>

Os parques, que originalmente eram bosques cercados para a formação de reservas de caça, foram criados na Inglaterra a partir do século X, não antes, e houve um aumento significativo do número de parques, diretamente proporcional ao número de novos palácios rurais, no século XVI. Boa parte dos cercamentos e das construções de casas se deu às custas de aldeias e plantações inteiramente arrasadas. Os proprietários rurais ingleses do século XVIII, adotando estes mesmos procedimentos, tiveram gerações de antecessores que praticavam a imposição e o roubo. (WILLIAMS, 1990, p. 169)



Figura 11: Representação dos campos de caça ingleses no século XVIII.

Fonte: [www.tbheritage.com/ Breeders/Grafton/Grafton2.html](http://www.tbheritage.com/Breeders/Grafton/Grafton2.html)

A transição da reserva de caça para o parque com tratamento paisagístico não é fácil localizar no tempo. Há exemplos dos séculos XVI e XVII, mas a transformação sistemática se dá basicamente no século XVIII em diante. Londres, no século XIII, era cercado por muitas áreas privadas para a contemplação. Este projeto se deve às idéias românticas de um arcadismo e de exposição de riqueza. Havia um custo para entrar nestes parques, a fim de manter a plebe de fora (figura 12).



Figura 12: Senhora e cavalheiro em uma carruagem por George Stubbs.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/pleasureparks.html>

Os proprietários rurais setecentistas, ao viajarem pelo continente europeu e colecionarem quadros de Claude e Poussin, aprenderam novas maneiras de ver a paisagem e, ao voltarem para a Inglaterra, criaram novas paisagens para serem desfrutadas de suas próprias casas. Sem dúvida, não há como não perceber uma mudança de gosto na disposição de parques decorativos: jardins formais seiscentistas de inspiração francesa, italiana e holandesa aos parques paisagísticos do período dos melhoramentos, no século XVIII. (WILLIAMS, 1990, p.170).

Os campos de caça passaram a ter um tratamento paisagístico, com a finalidade de construir lugares de contemplação, onde a natureza representa o belo, porém esta natureza passa a ser aprisionada e manipulada pelo homem,

passando a ser um objeto paisagístico, um elemento artificial, e não mais um elemento natural e espontâneo. O que estava sendo feito por essa nova classe, com um novo capital, novos equipamentos e novos especialistas contratados, era, de fato, uma redistribuição da “natureza” de modo a adaptá-la a seu ponto de vista. Se perguntar quem afinal, é o gênio do lugar, constata-se que é o proprietário, aquele que possui a terra e a melhora (WILLIAMS, 1990).

O traçado geométrico dos cercamentos, com suas sebes e estradas retilíneas, é contemporâneo das curvas e irregularidades dos parques. E, no entanto, são partes inter-relacionadas de um mesmo processo, que se opõem superficialmente em termos de gosto, as apenas porque, num dos casos, a terra está sendo organizada para a produção, para ser trabalhada por arrendatários e trabalhadores; enquanto está sendo organizada para o consumo: a vista, o descanso organizado do proprietário, a paisagem. (WILLIAMS, 1990, p.173).

No século XVIII, o significado da palavra parque foi ampliado e modificado gradualmente para compreender uma parte de terra cercada, utilizada para alguma finalidade recreativa, podendo ser parques nacionais, de lazer, ou de contemplação. Os mais abastados eram acostumados a usar parques para todos os tipos de finalidades sociais.

No começo do século XIX, as cidades novas da Grã-Bretanha, criadas pela revolução industrial, pareciam o caos (figura 13). As pessoas comuns tinham sido forçadas a sair das suas terras, com pouca escolha, para viver nos “slums”, trabalhando freqüentemente, além de acordar nas fábricas. A energia e

a drenagem de água eram inadequadas e alugueis e preços elevados. Os parques de contemplação eram confidenciais, além do alcance dos pobres e eram fechados aos domingos. As habilidades de sobrevivência eram esquecidas, e as terras para a agricultura eram confiscadas pelos ricos.

Inicialmente, os centros e as cidades cresceram em uma forma desordenada. Não havia conseqüentemente nenhum incentivo para a criação de qualquer parque. Somente no final do século XIX fez-se o planejamento de cidade como tal vem sendo visto, como uma necessidade social.



Figura 13: A noite de Londres, em 1871.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/TownsandCities.html>

De fato, pode-se mesmo dizer que os parques construídos no século XVIII constituem o ápice da arte rural burguesa, não estando presentes na paisagem urbana neste momento. Os parques estavam localizados nos arredores dos centros industriais, favorecendo apenas a essa burguesia. No século XIX, tendo em vista o caos que se instalava, alguns urbanistas, tomaram a iniciativa de replanejar essas cidades, proporcionando uma melhor qualidade de vida, e utilizaram como recursos os espaços verdes, principalmente os parques.

Os quatro primeiros parques urbanos nasceram na Grã-Bretanha eram conhecidos como “Victorians Parks” ou “Parques Reais”. O primeiro foi em Preston, seguido rapidamente por Birkenhead (figura 14), Derby e Southampton.

Estes parques foram construídos na subscrição pública. Eram oportunidades para investidores, porque suas plantas incluíram a venda da seleta área residencial em torno de seu perímetro - uma casa era mais desejada se houvesse uma visão para o verde do parque.

A idéia dos “Victorians Parks” ou “parques reais” (figura 15) então, foi um modelo para a criação de parques públicos em toda parte da Inglaterra, e por volta de 1900, em quase cada cidade surgiu ao menos um. Descobriu-se então que além dos parques maiores, os menores eram para o uso por povos locais.

Neste momento, seguindo o desenvolvimento dos parques urbanos na Inglaterra, houve um impulso para o surgimento destes em diversos países.

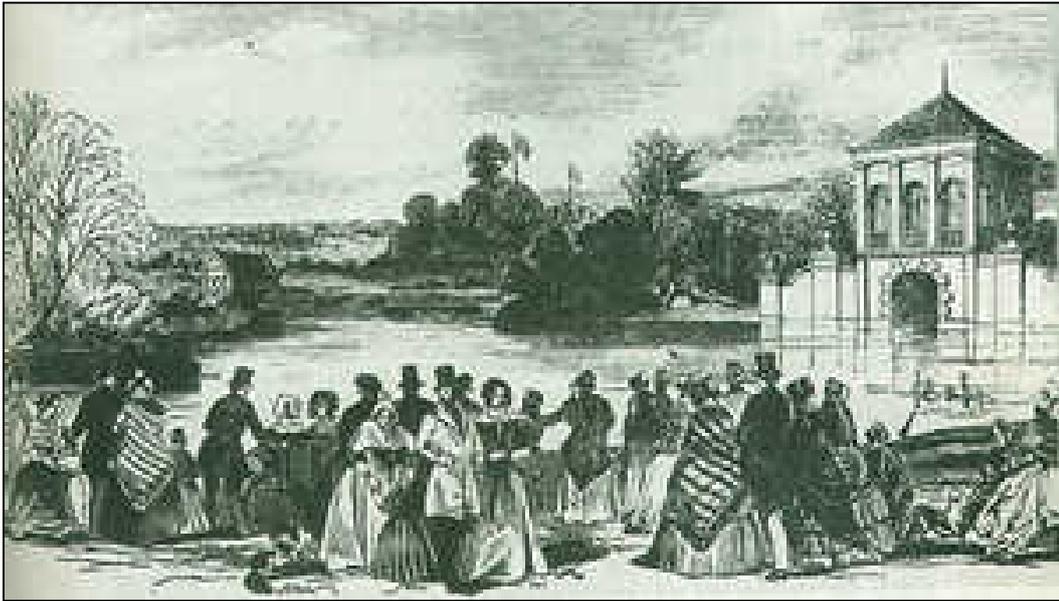


Figura 14: Birkenhead Park.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/municipalparks.html>



Figura 15: Parque segundo o modelo dos "Victorians Park", Inglaterra, 1900.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/municipalparks.html>

Ao longo da história, os jardins italianos, franceses e ingleses, e também os parques ingleses atingiram grande expressão num momento em que estes estavam diretamente relacionados àqueles que detinham o poder. Com as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo, por exemplo, o declínio da monarquia, a revolução industrial, entre outros aspectos, os parques começaram a alcançar a sociedade em geral. Um bom exemplo foi o Central Park de Nova York, uma obra com objetivos bem definidos direcionados à população.

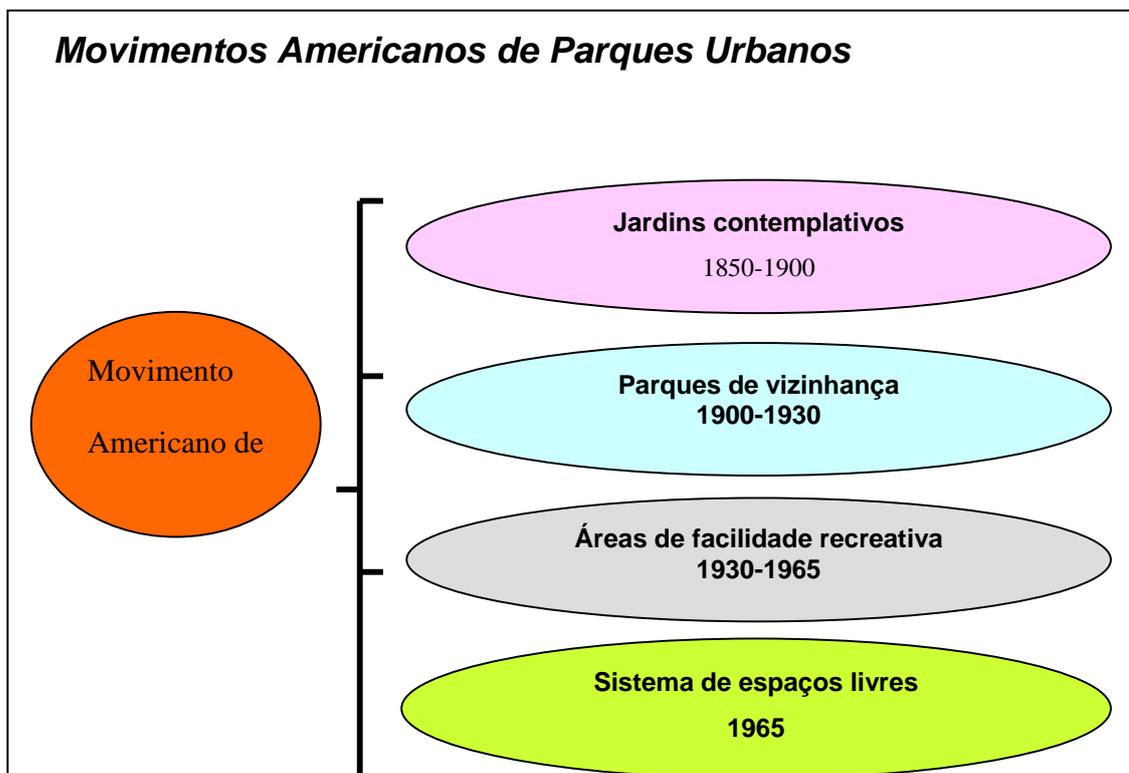
No fim do século XIX em contraposição as formas de expansão crescente dessas cidades emergem movimentos em defesa dos espaços livres naturais em suas bordas. Dentre os argumentos destacava-se a funcionalidade do fornecimento de ar fresco, a destinação de lugares para que os jovens se exercitassem, bem como áreas de esportes.

Os norte-americanos identificaram em suas próprias cidades a necessidade de refinamentos no tratamento artístico e funcional de parques e espaços livres. Eles obtiveram seu conceito de parque urbano a partir de soluções tradicionais.

Os parques injetaram ar fresco, árvores, lagos e luz do sol nas grades desagradáveis, rígidas das cidades. O exercício, a instrução e a restauração física pretendiam melhorar o ponto de vista do empobrecido morador do “*slum*”.

Os visitantes despendiam e ou desfrutavam freqüentemente o dia inteiro no parque.

Assim emerge o movimento americano dos parques, o qual é composto por quatro períodos: jardins contemplativos, parques de vizinhança, áreas de facilidade recreativa e o sistema de espaços livres.



Fonte: CRANZ, Galen, 1997.

Segundo Galen CRANZ (1997) projetistas de cada momento manipularam elementos similares: - água, árvores, flores, trajetos da circulação, margens, esculturas, e arquitetura, mas em combinações variadas e com ênfases diferentes a fim de avançar objetivos sociais específicos. As atividades e as formas físicas foram modificadas para manter o ritmo com as novas definições do comportamento individual e de atitudes emergentes na cidade. Todos os quatro modelos dividem uma dinâmica maior: cada um originou-se de um esforço para resolver os problemas urbanos que surgiram dos processos gêmeos de industrialização-urbanização. Assim, todos são mecanismos deliberados do controle social. As ideologias mais novas são sobrepostas freqüentemente em nos tipos mais antigos de parque.

O modelo dos “*Jardins Contemplativos*” prevaleceu por um período de 50 anos, que compreende 1850 a 1900. Por volta de 1840, a urbanização e a industrialização tinham começado a mudar a vida americana. A propagação das cidades proibiu o ida diária ao campo. Com o ritmo da produção das fábricas, o tempo livre, o lazer, e a contemplação não eram mais tão longos comparados ao trabalho. Os reformistas transcendentalistas eram a favor de lugares grandes, abertos, verdes a fim de introduzir a população aos cenários naturais, as quais dão relevância aos rigores de seus trabalhos. (CRANZ, 1997).

O Jardim Contemplativo se caracterizava, segundo CRANS (1997), por ser uma paisagem, composta por árvores alternadas e prados, montes ondulados, canais e seus meandros, além de lagoas, refletindo a idealização de

uma cena agrária, mas sem as decorações arquitetônicas exigentes, esculturas, ou as camas da flor. Estes encontravam localizados sempre na borda da cidade onde a terra era mais barata, mas a posição periférica foi considerada também como uma maneira de se distanciar da vida da cidade, e além disto, os projetistas discutiam que os parques em uma outra paisagem quebrariam a ilusão bucólica.

Frederick Law Olmsted¹⁶ (figura 16), projetista de muitos dos grandes parques desta época, acreditava que o ponto-chave da forma urbana era a semelhança com a região selvagem pura, mas esta opinião foi moderada, pois ele reconheceu a impraticabilidade de conseguir a ilusão de uma região selvagem em qualquer lugar perto de uma cidade. Conseqüentemente, escolheu a paisagem pastoral como a maneira a mais pragmática e a mais apropriada para se enquadrar no contexto urbano (CRANS, 1997).

Os jardins de contemplação continham o mínimo de edificações, as estruturas eram arejadas geralmente sem paredes, construídas freqüentemente em um estilo rústico. Esculturas semelhantes a edifícios também foram restringidas. Estes jardins de contemplação foram associados aos jardins formais aristocráticos europeus. Os trajetos da circulação eram provavelmente um dos elementos os mais distintivos do jardim de contemplação. Em função das ruas da

¹⁶ Uma nova especialidade, a de paisagista, foi desenvolvida, o caminho foi aberto por Frederic Law Olmsted, projetista do Central Park na cidade de Nova Iorque e do Golden Gate Bridge Park, entre muitos outros. O trabalho no Central Park começou em 1858. Olmsted foi auxiliado por Calvert Vaux. Sua tentativa de criar uma atmosfera da região selvagem no "Ramble", no coração do Central Park, influenciou o projeto de muitos parques da cidade nos Estados Unidos.

cidade serem retas e em ângulos retos, os caminhos de carruagens e de pedestres dos parques eram curvos. Esta separação dos pedestres e dos veículos era uma inovação que modificou uma parte do planejamento urbano.



Figura 16: Frederic Law Olmsted.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk>

No Central Park (figura 17) em Nova Iorque, por exemplo, foram introduzidos românticos e irregulares ramos de arbustos, entremeando-se com pequenas áreas livres e sinuosos trajetos, que proporcionavam novas vistas em cada volta, dando a impressão de uma área muito mais espaçosa que era realmente.

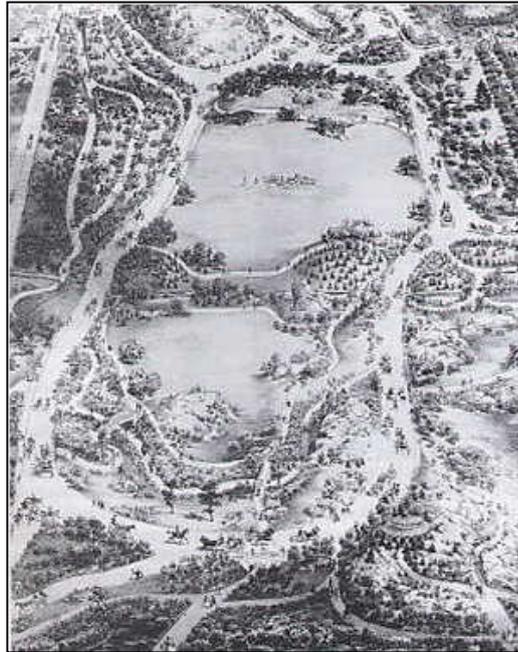


Figura 17: Central Park 1863, por J. Bachmann.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/american.html>

Os planejadores criaram ajustes para atividades do grupo em resposta a dois interesses sociais. Na metade do século XIX, na América, a família foi percebida como ameaçada pelos vícios da vida moderna da cidade. Os promotores do parque esperaram reforçar a família fornecendo um ajuste para atividades familiares. Estes mesmos homens foram preocupados também que a democracia não deve ser destruída pela urbanização e pela industrialização. As diferenças da classe tornaram-se mais óbvias quando os trabalhadores e os proprietários viveram em distritos separados. Os jardins contemplativos forneceram um ajuste em que todas as classes sociais poderiam interagir.

Apesar da intenção democrática, entretanto, sua apelação era classe superior-média. Os planejadores excluíram aspectos da cultura popular - como o álcool, música, e dança, associados com imigrantes e seus “slums” aglomerados. (op. cit.)

Posteriormente aos jardins de contemplação surgiu um novo momento dos parques no contexto americano. De 1900 a 1930 compreende o período do “Park Reform” que compreende os “Parques de Vizinhança”.

O mais resistente legado do "Park Reform" é o ‘playground’; certamente os usuários consultaram freqüentemente este modelo como um espaço de exercícios ao contrário dos jardins contemplativos. Esse modelo é conectado ao movimento de reforma maior da era progressiva e aos motivos que geraram o playground, a casa do campo, e o estilo utilitário da paisagem.

Desde 1880, os reformistas têm se interessado na construção de playgrounds para crianças. Os progressistas interessados na reforma da vizinhança discutiram que as necessidades recreativas devem ser encontradas diariamente em locais próximos, ao invés da realização de excursões ocasionais para os subúrbios da cidade (op. cit.) (figuras 18 e 19). As duas idéias, as necessidades para playgrounds e as necessidades para parques locais, apareceram juntas por volta de 1900 e deu a ascensão ao “Park Reform”. O deslocamento do jardim de contemplação ao playground marcou a mudança a mais afiada na historia americana dos parques até esse ponto.

CRANS (1997) afirma que o parque típico da vizinhança era um bloco quadrado ou dois, cercado pela habitação. Os trajetos no parque da reforma eram retos e em ângulos perfeitos. As estruturas dos parques se assemelham às fábricas adjacentes, edifícios residenciais, e aos edifícios comerciais. Um novo tipo do edifício emergiu: a casa do campo, que incorporou chuveiros, quartos de comunidade, quartos de reunião, e um ginásio, arquitetonicamente convencionais, não tiveram nenhum dos detalhes pitorescos de áreas de edifícios de prazer. Os playgrounds e as quadras esportivas ladeiam o edifício em lotes retangulares. As flores não foram totalmente proibidas; a única restrição para seu uso era espaço. A grama foi suprimida pela areia, pelos blocos de cimento, e pelos edifícios.



Figura 18: Ciclismo no Battersea Park, 1900.

<http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/reformparks.html>



Figura 19: Jardinagem na rua, 1900, Nova Iorque.

Fonte: <http://www.cyberium.co.uk/parkhistory/reformparks.html>

Uma divisão entre o movimento da recreação e o movimento do parque originou-se neste momento. Algumas cidades tiveram as comissões separadas, uma para parques e outra para a recreação. O conflito entre a recreação ativa e passiva que continua até os dias atuais começou durante este tempo. Os parques de vizinhanças foram orientados para o encontro das necessidades da classe de trabalhadores, como também para as elites empresariais, os filantrópicos, e os profissionais. Sua posição nos distritos residenciais, e a ênfase no exercício físico, na supervisão, e na organização indicam uma aceitação da cultura industrial e de um esforço de racionalização.

Nos anos 30 do século XX, os administradores abandonaram os esforços idealistas de usar os parques como um mecanismo da reforma social. Os parques não justificavam mais sua existência em função da mudança social

ocorrida. A recreação foi aceita como uma função municipal e uma instituição estabelecida, melhor que um movimento de reforma. O uso freqüente do termo "recreação" veio para servir a todos os grupos de todas as idades, não apenas para as crianças nos 'playgrounds'. Esta foi uma importante ruptura entre o parque do 'playground' e a instalação¹⁷ recreativa emergente. Este novo período "Áreas de Facilidade Recreativa" se estende de 1930 a 1965.

A estandardização da estrutura organizacional, do projeto do parque, e da programação prosseguiu rapidamente nesta época. A fim economizar recursos financeiros, as plantas do playground foram duplicadas, sem levar em consideração às diferenças em relação à topografia ou às singularidades do local. O equipamento de ginástica, as mesas de piquenique, arquibancadas, e mesmo os centros de recreação foram requisitados em quantidades múltiplas (op. cit.).

A operação de ascensão dos parques projetados aconteceu, pois as pessoas tiveram a necessidade de espaços íntimos, verdes, pequenos e abertos em seus pátios e necessitou-se em larga escala para quadras esportivas, principalmente para o basquete. O parque urbano serviu às necessidades mais explícitas e mais diretas da população sem considerar as mais perspicazes necessidades para estimular outras partes do físico. Transformou-se uma tomada singular, com a intenção, altamente utilitária. O resultado trivial dos

¹⁷ O termo "instalações" era apropriado porque a nova construção não era necessariamente um edifício. A recreação ativa era a senha desta época. (CRANS, 1997)

parques urbanos desta época entrou em conflito com a habilidade da população de pensá-los como potencial interessante, divertido, acoplando, estimulando-o, ou modificando-o.

Dos anos 30 do século XX aos anos 60, o lado social, as áreas selvagens e os aspectos dos parques de vizinhança desapareceram gradualmente. Sua finalidade original foi esquecida, talvez influenciado pelo sucesso de áreas que forneciam o divertimento para as massas. Tendeu-se a transformar as áreas de esportes e os jogos (figura 20)., em função da facilidade da manutenção, até mesmo as áreas foram cobertas freqüentemente com o asfalto. Os subúrbios se expandiram, os carros foram introduzidos, trazendo galerias de divertimento e cores brilhantes em parques americanos. A natureza foi enfraquecida.

Nos anos sessenta, quando as classes médias estavam saindo dos centros das cidades, parques como Central Park de Nova Iorque, passaram a serem percebidos como sendo inseguros e negligenciados. Um processo similar ocorreu mais tarde no Reino Unido, como diminuições dos padrões de manutenção por parte das autoridades locais. Este foi o tempo de reinventar os parques.

Após 1965, algum sentimento sobre a importância dos parques, estritamente definido, diminuiu, quando as idéias sobre o significado do espaço livre e verde recolheram a força do novo conceito em que os parques, as ruas, as praças e os lotes vazios faziam partes de um sistema contínuo. Os cidadãos e os

profissionais viram todos os espaços não-construídos como fontes físicas potenciais relevantes. Com isto surge o momento do “Sistema de Espaços Livres”



Figura 20: Alley Pond Park, Nova Iorque, 1940.

Fonte: <http://www.nycgovparks.org/>

Boston abriu caminho à idéia do sistema de parques metropolitanos, que ligou parques cruzando a cidade com as avenidas e os bulevares conectando os

“parkways”, sendo modelo para outras cidades americanas, como é o caso de Los Angeles (figura 21).

O novo tipo do parque tinha como característica principal os ambientes livres, enquanto que os equipamentos de ginástica foram abandonados. As formas eram extremamente resistentes, tinham poucas peças móveis, e eram não eram destruídas facilmente, além de uma manutenção mais barata. O lote infantil era uma outra versão do mesmo formulário, feita freqüentemente em um espaço extremamente pequeno e em um estilo abstrato.

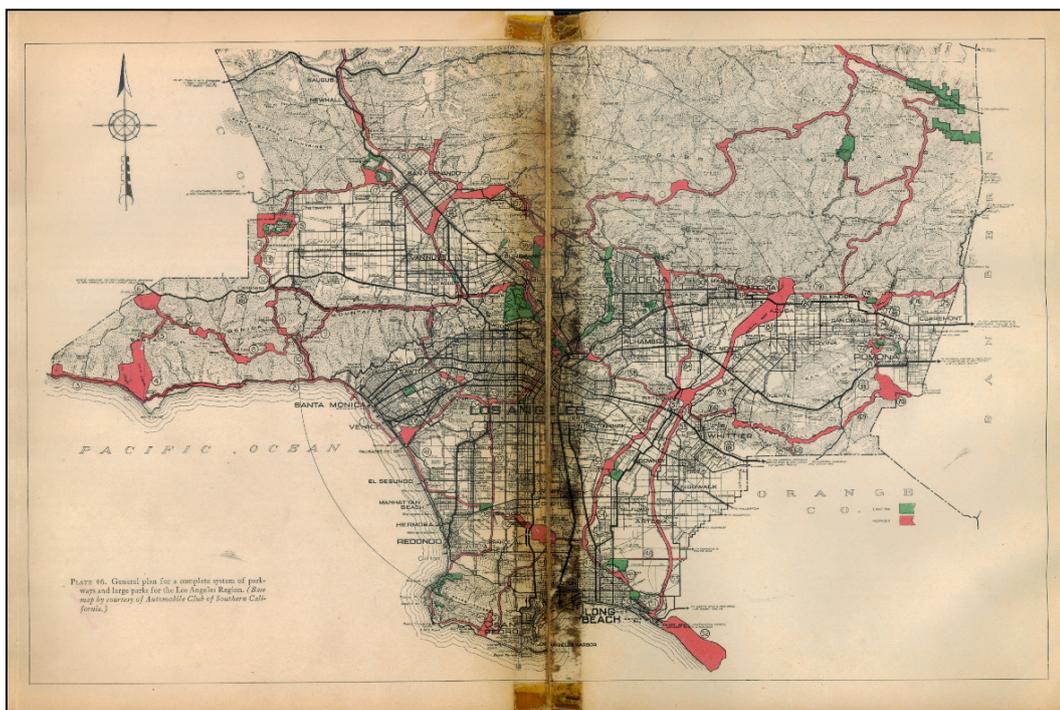


Figura 21: Sistema de Espaços Livres de Los Angeles , representado pela cor vermelha.

Fonte: <http://www.ucpress.edu/books/pages/8995/8995.plate46.jpg>

Finalmente, a praça urbana ou o “parque de bolso” foram popularizados na mesma época. Estes parques criaram o significado de pequenos oásis para

oferecer o mesmo tipo de relevância do pensamento de Olmsted requerido em dois mil acres. (op. cit.).

A filosofia do espaço livre viu cada pedaço de terra como um potencial valioso em uma rede de espaços livres. Os pontos agradáveis do descanso para os trabalhadores em pausas para o almoço tiveram a intenção de ajudar a manter o distrito de negócios central atrativo. A ideologia subjacente do sistema dos espaços livres é que a cidade é uma forma de arte com valores gravados. Esta nova atitude para a cidade e seu espaço livre ocorreu precisamente quando a cidade interna foi percebida como um espaço se deteriorando.

A partir de 1970, os parques passaram a ser englobados pelo termo mais geral, "espaço verde", em um momento onde a ecologia estava em destaque. O espaço verde poderia ser todo bolsão de natureza de um trajeto da bicicleta, um lote vago, uma frente de água urbana, uma passagem de pedestres, pois os projetistas e os grupos da comunidade plantaram árvores e arbustos onde eles podiam. Eram "um contraponto visual e acústico à cidade".

Todos esses modelos se segmentaram em um período de 35 a 50 anos. E a partir de meados dos anos 60 do século XX até agora são mais de 30 anos. Então, qual será a próxima mudança?

A lição a mais importante na história dos parques é a que a forma sempre reflete os objetivos sociais imediatos, uma ideologia sobre a ordem, e uma

atitude subjacente para a cidade. É na inter-relação entre a reprodução do cotidiano e da totalidade que se pode encontrar os primeiros traços da correlação entre uma ordem próxima e uma ordem distante¹⁸. Ao mesmo tempo que o espaço carrega em si simbolismos próprios do cotidiano, do particular e do vivido, transmite também mensagens hegemônicas do poder e da dominação, expressões do geral e do concebido. (LEFEBVRE, 1991).

A história dos parques pode ser dividida em períodos, mas nenhum modelo desapareceu. Melhor dizendo, cada novidade emergiu ao lado de modelos já existentes, de modo que em algum dado momento, pode-se encontrar exemplos de diversos tipos, pois eles coexistem no espaço. (SANTOS, 1996).

¹⁸ Primeiro há que se esclarecer que o próximo e o distante na obra de Lefebvre não seriam dimensões numéricas, quantitativas, que em termos do tempo significariam duração e do espaço distâncias materiais, escalas cartográficas, correlações físicas restritas ao assim chamado mundo material. Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social, que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. (LIMONAD, 2003)

2.2. UMA REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE PARQUES URBANOS

Esta pesquisa parte de uma inquietação: o que vem a ser um parque urbano? Ao fazer um levantamento dos conceitos e definições de parques urbanos, observa-se uma diversidade de tipos, não havendo uma unicidade na definição.

No Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa (1988) encontra-se a definição de parque como sendo “Bosque cercado para caça” ou “Extensão de terreno arborizada e fechada que circunda uma propriedade, ou a ela está anexa” e ainda (Bras.) “Jardim público arborizado”. (1988, p.484).

No Dicionário Ruth Rocha da Língua Portuguesa (1995) define-se parque como sendo “terreno mais ou menos extenso, com árvores de grande porte, guardando semelhança com a floresta, destinado ao lazer”. Ou ainda como “terreno que cerca castelo ou grandes residências”. (1995, p.456).

Segundo o Dicionário Júnior da Língua Portuguesa (1996), parque significa ser um “terreno grande, com muitas árvores, próprio para passeio” (1996, p.395).

O Minidicionário Antônio Olinto da Língua Portuguesa (2000) define parque como “jardim extenso e murado” (2000, p.641).

Para a Grand Larouss, parque (parc) é “um terreno fechado, arborizado, tendo por finalidade a recreação ou caça” (sendo que o verbete se estende em exemplos de jardins) (apud SCALISE, 2002, p.17).

Já na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira a definição de parque é “terreno de uma certa extensão, murado ou vedado, em que há arvoredo abundante onde se passeia e se caça” (apud SCALISE, 2002, p.17).

Para LIMA (1994) o parque urbano é uma área verde, com funções ecológicas, estéticas e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

CLAWSON (Apud CAMPOS, 1995) classifica os parques, largos e praças abertas como tipo de espaço urbano aberto de propriedade pública, tendo no lazer em seu mais amplo sentido a sua finalidade comum e predominante. E ainda diz que estes apresentam limites mais perceptíveis do que os elementos do sistema viário, em geral, definidos pelos edifícios que o envolvem.

GILMET (2002) afirma que os parques podem cumprir distintas funções: recreação, contemplação, esportes, educação (zoológicos, jardins botânicos), camping. E que estas funções condicionam o projeto de elaboração dos parques.

Segundo NOGUERA (2003), parques urbanos são espaços concebidos especificamente para facilitar a presença de vegetação na cidade, compatível

com o uso de intensidade moderada pelos cidadãos. A diferenciação entre jardins e parques em função de sua superfície é pouco relevante. Logicamente os parques, por serem maiores, possuem uma configuração autônoma, enquanto que as trocas entre os jardins costumam estar mais integradas na trama urbana. É preciso destacar que também há jardins e peças singulares dentro de parques extensos.

Para KLIASS (1993) os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados a recreação. E ainda completa que, na verdade, o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população.

Ao expressar seu entendimento de o que vem a ser um parque, OLMSTED afirma:

... reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupo ou em maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou ainda coleções disso ou daquilo. Reservio a palavra parque para lugares com amplidão e espaços suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito do cenário. (OLMSTED apud: KLIASS, 1993, p.19).

CARNEIRO & MESQUITA (2000) definem os parques urbanos como espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas. Em outra oportunidade CARNEIRO (1998) afirma que considerados até a pouco no Brasil como espaços destinados a atender basicamente a função de recreação da população das cidades, os parques urbanos, hoje, ampliam não só o seu uso, mas também o seu papel no contexto social e ambiental passando a serem conhecidos como espaços educativos, sociais e proporcionadores de um ambiente mais saudável para a cidade.

Já SCALISE (2002) define parques urbanos como um grande espaço aberto público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado em torno de acidentes naturais, por exemplo, ravinas, córregos, etc... fazendo divisa com diversos bairros; os limites principais de um parque urbano são ruas, sua organização espacial (paisagem) apresenta um equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais. O parque urbano pode abrigar o uso informal de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, playgrounds, piscinas etc. Estes são equipamentos públicos urbanos defendidos a partir de experiências inglesas, francesas e americanas e surgiram de ações concretas, em situações geográficas e historicamente específicas. A provisão de espaços públicos é

função do município e ocorrem a partir da necessidade de existência de tais equipamentos, ou de sua presença nos planos e da tendência contemporânea das reivindicações por parques e áreas verdes.

SCALISE (2002) ainda diz que, dentre as possíveis formas de encontrar o equilíbrio entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente, o parque urbano surge com novos contornos culturais e estéticos, desenhando o perfil, entorno e identidades, devendo ser encarados nos seus diferentes tempos, funções e usos.

Ao analisar essas definições, observa-se que os parques urbanos possuem muitas diferenças entre si, no que diz respeito às dimensões, formas, funções, conteúdo. Algumas definições de parques urbanos dão mais ênfase à questão ambiental, outros à recreação, ou ao aspecto social. Em relação à dimensão, há autores que consideram parques a partir de uma quadra urbana, e outros apenas como um espaço amplo. Os equipamentos existentes nos parques são os mais diversos possíveis.

Desta forma, percebe-se que não apenas as formas dos parques urbanos se diferenciam, mas também seus usos e suas funções. Ao longo de sua formação e da construção de suas definições, os parques se confundem com outras tipologias de espaços livres públicos, eles permeiam, contêm, foram, transformaram-se, em jardins, praças, passeios públicos, entre outros. Isso está relacionado com a peculiaridade de cada parque, refletindo a sua dinâmica e o

contexto em que se situa, além do momento que foi idealizado, projetado ou modificado, tornando-se muito complexa a existência de uma definição homogênea de parque urbano.

Cada cidade tem relações específicas com os parques, porém, antes de tudo, estes são a representação da natureza em um contexto urbano, ou seja, a tentativa de reprodução de um ambiente natural em um espaço artificial. De qualquer maneira, esses parques, mesmo com esta característica, não deixam de ser um ambiente produzido pelo homem, pois se trata de uma natureza aprisionada e manipulada, de acordo com suas necessidades. Os parques urbanos são espaços artificializados, resultados deste processo de humanização, entretanto em busca de uma naturalização do espaço urbano, com o objetivo de promover a sustentabilidade do meio ambiente urbano, proporcionando lazer à população, entretanto estes espaços, devido à dinâmica urbana, podem possuir outras funcionalidades.

A natureza conhece cada vez mais um processo de humanização, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada vez mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. As técnicas mais e mais vão incorporando-se à natureza[...] (SANTOS, 1988, 89).

Um dos questionamentos é se a função atual desses parques urbanos sofre uma influência direta do sistema de gestão implantado. No que diz respeito à gestão

destes espaços, NOGUERA (2003) diz que, em primeiro lugar, e de maneira imediata, a gestão se refletirá em regulamentos e normas de utilização; em segundo lugar, e de maneira mais comprometida, se refletirá no condicionamento e no tratamento urbanístico mais adequados às utilizações dos espaços que se deseja proteger ou priorizar. Sendo assim, os parques urbanos sofrem ações políticas e administrativas pelos poderes que regem a cidade, podendo provir do meio privado ou público.

Os sistemas de áreas verdes e parques apresentam uma grande fragilidade frente à práxis urbana, respondida pelo binômio administração pública e iniciativa privada. Para a efetivação de um verdadeiro sistema de parques urbanos é necessário criar condições institucionais para que a sua atuação seja efetiva junto aos órgãos de planejamento e aos setores executivos da administração com objetivo de atender desde a legislação até as posturas municipais, viabilizando áreas, elaboração de projetos, implantação, operação e manutenção de parques. (KLIASS, 1993, p.32).

Atualmente, em muitas cidade, tornou-se comum a parceria entre a administração dos parques com outras agências públicas e com organizações não governamentais. Além de criar novos e renovados parques, caminhos verdes, trilhas e outras vantagens para a comunidade, a mudança nas atitudes públicas tem encorajado muitas cidades a suportar a renovação de investimentos. Em boas parcerias uma parte das vantagens é contra-balanceada com outras obrigações. Assim, com a adição de suas outras virtudes, procurar outras colaborações tem o valor em seus próprios direitos, ajudando no fortalecimento da “infra-estrutura cívica” local. Parceiros não-governamentais

oferecem uma união flexível, uma adaptabilidade organizacional, credibilidade comunitária, e amplos componentes.

A dinâmica dos parques urbanos, não consiste apenas em regras estabelecidas pelo poder administrativo, tendo em vista que o usuário possui um papel relevante neste contexto. As relações sociais cotidianas exercem uma forte influência na organização espacial dos parques urbanos. Por muitas vezes, as funções desempenhadas no momento atual não condizem com a função inicial planejada para esses espaços públicos.

Para uma melhor compreensão dos parques urbanos é preciso conhecer rigorosas informações sobre as características e das necessidades dos usuários dos parques. Com isto surgem alguns questionamentos: Quem usa este parque? Os usuários vivem em comunidades nos arredores ou em comunidades distantes? Será que alguns grupos estão sendo esquecidos ou excluídos? Como as pessoas usam os parques? Por que membros da comunidade fazem (ou não) usos dos parques? Será preciso melhorar ou modificar os serviços existentes nos parques? Qual a avaliação das características dos visitantes? Os parques podem ajudar a resolver conflitos entre grupos? Estas questões podem ajudar a identificar a dinâmica específica de cada parque, desta maneira, ajudando no investimento e na administração dos parques.

Refletindo em cima destas questões, percebe-se que o parque urbano pode ser considerado autônomo. Segundo KLIASS (1993), na verdade, o parque

é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população. Com isso, a gestão dos parques urbanos diz respeito não apenas a aplicação de leis, normas, conservação e manutenção, o contexto é mais complexo, pois este depende da relação que o usuário tem com o parque, como é feito esse uso.

Os parques urbanos são configurados no espaço em função da interseção de diferentes vetores. A designação de parques urbanos é concebida pela administração do município, entretanto estes espaços são moldados pelas relações sociais, as quais configuram o território. Como afirma SANTOS (1996), é o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade obriga a agir em conjunto e solidariamente.

Os parques são, em muitos casos, reconhecidos como uma das melhores contribuições para as qualidades físicas e estéticas dos bairros urbanos. Os parques são valorizados até mesmo por quem não os usam, no entanto afirmam que recebem benefícios provenientes deles. O valor dos parques nos bairros é confirmado de acordo com a ligação entre os valores dos imóveis e a proximidades de espaços verdes. A conexão entre parques urbanos e qualidade de vida tem recebido uma atenção da comunidade imobiliária.

Tratados diversas vezes como elemento paisagístico, os parques urbanos são transformados em mercadoria, privilegiando a especulação imobiliária, não

dando a atenção necessária a estes espaços como local de socialização. Há uma “mercantilização” dos parques urbanos, a fim de valorizar as áreas no entorno, sem reconhecer sua importância para o cotidiano da cidade. Para melhor compreender esta questão, pode-se observar como exemplo um trecho de um artigo de um jornal da cidade do Recife, onde coloca o Parque da Jaqueira como referência de lazer e amenidade nas proximidades de um empreendimento imobiliário.

A construtora Gabriel Bacelar está lançando no mercado o Edifício Saint Antoine, que será instalado na Avenida Dr. Malaquias, a uma quadra do Parque da Jaqueira, principal equipamento de lazer da Zona Norte do Recife. (Jornal do Commercio, Recife, 10/02/2005)

Para SANTOS (1985) o espaço é formado pelos seguintes elementos: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas. Ele ainda afirma que o meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. Ao aplicar esse conceito de espaço ao parque urbano, pode-se afirmar que este é formado a partir das relações entre os usuários, as empresas de manutenção e promotora de eventos, a administração municipal, coexistindo em uma área escolhida para uma determinada função, estando esta composta pelo trabalho humano materializado e geografizado em forma de bancos, lagos artificiais, caminhos, pistas de *cooper*, *playground*, entre outros.

Para que se faça uma análise dos parques urbanos é preciso perceber que estes em um contexto global são apenas abstrações, e só se materializam no âmbito local, possuindo uma dinâmica própria, em função dos aspectos particulares que os compõem: o sítio, a localidade, o clima, os usos, os aspectos culturais, entre outros.

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. (SANTOS , 1996, p107.)

2.3. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS PARQUES URBANO: MEMÓRIAS, RUGOSIDADES E METAMORFOSES

As cidades evocam pluralidades em função das suas práticas sócio-espaciais, pelas estratégias de intervenção, pelas táticas, e pelas territorialidades e territórios de seus diferentes grupos sociais. (GOMES, 2001)

Essas pluralidades se consolidam e se modificam ao longo do tempo. As cidades contêm aderências, ou seja, níveis de mudanças e permanências. São essas aderências que caracterizam a paisagem, com a permanência de

elementos antigos que revelam outras épocas, e a modificação com a inserção de novos elementos ou mesmo a transformação dos já existentes.

Segundo CARLOS (1999), a cidade é construída pelo habitante que constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade. Desta forma, cada indivíduo é responsável pela configuração do espaço urbano através das práticas espaciais.

A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução, e de modo pelo qual foi produzida. A vida cotidiana, com suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo. Sob essa aparência estática se esconde e revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem, produto de uma relação fundamentada em contradições, em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais. (CARLOS, 1999).

Mas, ao fazer a leitura das cidades, há uma tendência de linearização de seus processos evolutivos, não correspondendo ao processo dinâmico de construção da paisagem. Criou-se um modelo básico cultural em função das sociedades mais avançadas. Espelhou-se nas cidades européias, como se todas percorressem ou tivessem que percorrer as mesmas etapas e marcos históricos, numa sucessão de estágios inelutáveis (GOMES, 2001). Porém, esses modelos atuam nas formas e não no conteúdo das cidades.

A existência de cada cidade tem uma lógica e uma fundamentação histórico-cultural própria, que a despeito de inexoravelmente articulada, com as demais, seja internamente no nível específico de análise considerado –local, regional, nacional – seja no nível global, subsistem sob a forma do seu patrimônio (cultural, físico-natural, social, econômico e político), subvertendo tentativas hegemônicas da imposição de um roteiro de qualidade universal. (GOMES, 2001, p 233).

Cada cidade é única, com características peculiares em função das distintas influências e dos diversos elementos que a compõem, inseridos e modificados em um tempo singular pertencente somente a ela própria. É preciso compreender que a paisagem é socialmente estabelecida, ou seja, negociada através do tempo, é interpretada, através de processos associativos que determinam juízos perceptivos, sendo por fim, normatizada na historicidade.

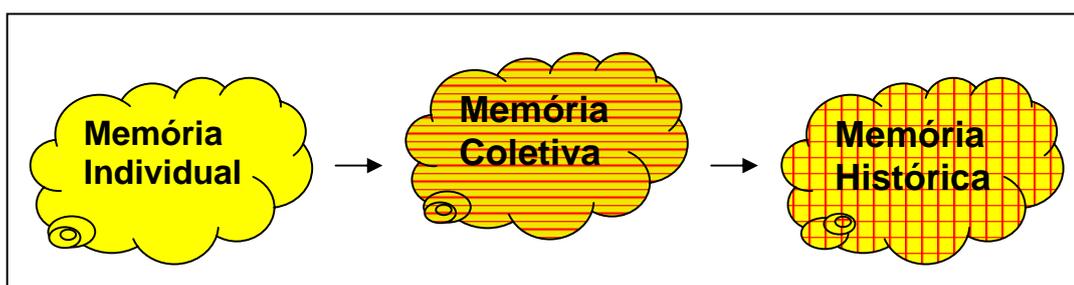
Em meio de tantas definições a respeito da paisagem vistas anteriormente, o conceito aqui trabalhado é o de paisagem como quadro paisagístico do vivenciado ou vivido, ou seja, recorte espacial de uma determinada parcela da superfície da Terra, cujos atributos naturais e paisagísticos evocam sentimentos de amenidades e recordações vitais, capazes de rápida apreensão e descrição pelo observador. (GOMES, 1997).

Esta é uma das bases do conceito geográfico de paisagem. Além de que esta definição se relaciona, em essência, com o conceito de paisagem dos cientistas literários, teóricos e historiadores da arte, como também dos arquitetos

e paisagistas estruturadores da paisagem. Com isto, a paisagem, neste ponto de vista, desempenha ultimamente um importante papel no conjunto de pesquisas interdisciplinares acerca de percepção ambiental. A paisagem vista nesta abordagem, não é só uma expressão de composição lingüística complexa, mas sim também uma específica e traduzível estrutura de concepção do meio. (GOMES, 1997).

Com isto, percebe-se que a memória está diretamente relacionada com a paisagem. Nas paisagens são fixados diversos elementos, os quais se tornam as permanências, devido a suas resistências, os quais estão vinculados à memória, seja ela, individual, coletiva ou histórica.

Os três níveis de memória



Fonte: ABREU, 1998

A memória individual é a memória do particular ao sentido do lugar. O lugar é o subjetivo, é o ponto da solidariedade, é a extensão do acontecer do

indivíduo que precisa se encontrar no outro, para se aderir a um recorte espacial cheio de lembranças, memórias. Esta pertence apenas ao indivíduo. (ABREU, 1998)

Já a memória coletiva pode ser definida como sendo um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Possui um caráter familiar, grupal, social. É uma memória compartilhada, que por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado, ela estende-se até onde pode. Com isto, a memória coletiva está então, sempre se redefinindo. (op. cit)

A memória coletiva é, portanto, uma memória viva. Entretanto, a memória tende a se transformar em histórica apenas quando o que se quer lembrar já está muito distante no passado, quando a memória social se apaga ou se decompõe. (HALBWACHS, 1990).

A paisagem é um depósito de memórias, e a memória e a história abastecem e são reabastecidas pela paisagem. Entretanto, a paisagem denuncia o que muitas vezes a história não consegue, indícios diretos, forçando-a a aprofundar suas investigações, visto que a paisagem espelha práticas, às vezes de origens remotas.

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades contemporâneas, depois de um longo período em que só se cultuava

o que era novo. Porém, quando se busca do passado para se assegurar no presente, em qualquer circunstância, podem ocorrer alguns problemas, há o risco de distorções, ou seja, de construção de simulacros, 'Disneyficações', recortes seletivos, criando áreas perplexas dentro da cidade, além do culto à cidade como estética, onde a forma está acima do conteúdo social.

O mesmo pode acontecer com os parques urbanos, principalmente se este passado corresponder a outro espaço, o qual não esteja em sincronia com o sítio atual. Estes elementos que constituem a paisagem urbana precisam estar integrados, fazendo parte do cotidiano das pessoas que forma a cidade.

Como foi exposto, vários modelos de parques urbanos foram criados ao longo da história, de acordo com as necessidades locais. Essa sucessão de parques urbanos não acontece linearmente, visto que, mesmo com a chegada de novos modelos, muitos do já existentes permaneceram, fazendo parte do cotidiano, e da configuração da paisagem.

Essas diferentes formas e modelos de parques urbanos foram multiplicados por diversas partes do mundo, mesmo com todas as diferenças existentes. Em alguns casos esses modelos foram implantados tal como o original, mas em outros casos eles apenas serviram de influência para outros projetos.

Entretanto, essa inserção de modelos em realidades diferentes ocasiona, por muitas vezes a construção de simulacros, pois esses elementos são

inseridos na paisagem, mas não correspondem à cultura local, havendo desta forma uma distorção de sua funcionalidade, visto que os indivíduos passam a modificar esses elementos, a fim de adequá-los aos seus costumes, suas necessidades.

Com isto, para que o parque urbano esteja integrado à paisagem, é preciso que ele seja um lugar para cidade, e não um elemento que não possua uma sincronia com a dinâmica urbana, é necessário que haja uma identificação com o lugar. Os parques urbanos como espaços livres públicos, são de enorme importância para o cotidiano da cidade. São neles que se expressam as diversas atividades que movimentam e caracterizam o urbano. É onde se produzem as memórias, tanto as individuais e históricas, mas principalmente as coletivas, visto que no espaço livre público há a expressão do sentido de coletividade, de integração das relações sócias do dia a dia.

Essa memória pode estar relacionada a vários aspectos, tal como a importância histórica que este tem para a cidade ou para o bairro, desde o momento de sua criação, mas também os eventos que ocorreram nesse espaço, tanto de cunho político, social, artístico, entre outros, os quais ficaram registrados para a prosperidade. Mas essa memória pode pertencer a grupos que usufruíram desse parque por um determinado momento de suas vidas, proporcionando boas ou más recordações, mas que representam algo em suas memórias, ou que ainda freqüentam esse local, produzindo uma suas memórias a cada dia. A memória também pertence a cada indivíduo, cada um percebe a paisagem

diferentemente dos outros, havendo diferentes relações com o banco, com a vegetação, com as áreas de lazer, com os ambulantes, com os animais, com as crianças, ou seja, com o que proporciona alguma representação afetiva a ele.

Com isso, entender como os processos se entrecruzaram sincrônica e diacrônicamente num determinado lugar é, portanto o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades. E os espaços que proporcionam a integração das relações sociais, das práticas sócio-espaciais, tal como os parques urbanos, são de suma relevância para a produção e preservação da memória da cidade. Não basta, entretanto, resgatar o passado, a memória das cidades está sendo produzida a cada dia, por isso, tem-se também que estar atento ao presente, e preocupar-se sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade. Não há como impedir que muitas dessas memórias acabem desaparecendo. Muitas podem ser salvas, bastando para isso que se esteja atento ao seu valor futuro, que se consiga deixar de pensar exclusivamente no aqui e no agora.

Parte II – O Recorte Empírico da Pesquisa

3. ARRANJOS TERRITORIAIS DOS PARQUES URBANOS SITUADOS EM METRÓPOLES: O CASO DO PARQUE 13 DE MAIO – RECIFE, BRASIL, E DO TIERGARTEN, BERLIM, ALEMANHA

Os arranjos territoriais dos parques urbanos situados nas metrópoles refletem e condicionam formas de gestão sócio-espacial distintas e/ou comuns no plano das relações cotidianas do lugar (CARLOS, 1999), cujas afinidades desafiam diferenciações entre os sistemas político administrativos, sócio-econômicos e culturais.

A identificação de semelhanças entre duas realidades sócio-econômica e histórico-culturais emblematicamente distantes intrigou a ponto de mover essa pesquisa norteadas pela seguinte questão: Há diferenças e/ou semelhanças entre arranjos contemporâneos de parques urbanos situados, por exemplo, no Brasil e na Alemanha, cujos projetos tiveram origem na mesma escola de arquitetura ou tendência, e que absorveram impactos históricos? Até que nível a importância das redes no mundo globalizado interfere na quebra das relações do cotidiano mais próximas e funda uma nova relação? Qual o nível de prevalência da ordem próxima e da distante? (Lefebvre, 2001) Quais as permanências e as

transformações que se verificam historicamente nos parques situados nas regiões centrais das metrópoles?

A admissão da diferença das escalas de grandeza entre os dois parques, ilustrado pela relação do Tiergarten (220 ha) que compreende mais de 30 Parques Treze de Maio (6,9 ha), a singularidade climática e até o sistema político-administrativo entre as duas realidades, dentre outros aspectos, não representam impedimento nesse esforço analítico, ao contrário, desafiam a busca dos nexos que aproximam objetos tão distantes em si e, no entanto, tão correlacionáveis em termos das práticas territoriais que comportam.

A centralidade espacial ¹⁹ que abrigam os citados parques, a posição estratégica que os animam na articulação da funcionalidade dos espaços da cidade, onde funcionam como espaços de lazer, de reposição das energias, e de beleza cênica, permitem a construção de algumas inquietações: As funções de recreação e lazer se reproduzem, tal qual os locais para eventos cívicos? As territorialidades se repetem da mesma forma?

A necessidade de compreender a dinâmica sócio-espacial desses parques, e as funções e apropriações dos seus espaços e territórios remetem a revisitação do contexto histórico da criação e transformação realizada e expressa

¹⁹ Castells afirma que “Descobrir os ‘centros urbanos’ não é a partir do dado ‘o centro da cidade’, mas retrazar as linhas de força do conjunto de uma estrutura urbana mostrando suas articulações.” (CASTELLS, 1983, p. 324). Ele ainda diz que o centro urbano pode ser tratado como “meio de ação e interação”, ou melhor dizendo, a estrutura urbana dos diferentes modos de relações sociais. (CASTELLS, 1983, p. 318).

em cada um deles. Só a partir do resgate de seus marcos significativos é possível realizar exercícios de observação para compreensão da situação atual dos parques nos seus contextos internos e externos aos seus limites, dialogando com a cidade.

Na intenção de se elaborar uma análise desses parques urbanos, onde existe um sistema de relações sociais cotidianas, e levando em consideração a função que os parques exercem para a sociedade, busca-se um melhor entendimento da dinâmica da paisagem.

Comentar sobre parques urbanos implica, primeiramente, em considerar o que seja parque, dificultada pelas diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos. (SCALISE, 2002, p.17)

3.1. OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM RECIFE

A história das áreas livres no Recife está registrada a partir dos processos de colonização a que essa cidade historicamente foi submetida, destacando o século XVI particularmente com os portugueses e sucessivamente pelos holandeses. Nesse sentido os principais registros são posteriores a este século.

A presença de espaços livres públicos se intensifica no século XVII, entretanto o primeiro registro de espaços livres públicos remete do final do século XVI, o

então Pátio da Ermida de Santelmo, localizado onde surgiu o espaço urbano do Recife, o antigo istmo, atualmente ilha, onde se situa o Bairro do Recife, a partir do qual foram abertos, posteriormente, caminhos de penetração em direção ao continente, que viriam caracterizar a configuração urbano-territorial da cidade do Recife e espaços adjacentes. Nesse primeiro período de colonização, este assentamento era chamado de *'Recife dos Navios'* e depois de *'O Povo'*. (GOMES, 1997)

O pátio da ermida de Santelmo, erguida em 1585 e posteriormente reconstruída como matriz do Corpo Santo, identificado desde os primitivos registros da ocupação do Recife, constituiu possivelmente o primeiro espaço público do Recife urbano português. Naquela época, o Recife possuía uma população de cerca de '200 vizinhos', entre pescadores, trabalhadores portuários e soldados. (Menezes, 2000, apud ALMEIDA, 2001, p. 54).

A intensificação do surgimento de espaços livres públicos no século VXII deve-se a ocupação dos holandeses no período de 1630 a 1664. Quando se deu a ocupação, o Recife já possuía um traçado urbano definido, com quadras e arruamentos demarcados pelos casarios, que seguiam do istmo até Olinda com uma sucinta fileira de edificações voltadas para o mar. (Menezes, 1999, apud Almeida, 2001). Não se verifica ter havido na península, o atual bairro do Recife, mudanças significativas quanto ao desenho urbano das quadras existentes. Porém foi inevitável o crescimento para a ilha de Antônio Vaz devido à falta de espaço para as novas moradias do Recife, mas a ocupação da ilha só é

realmente efetiva a partir da administração do Conde alemão João Maurício de Nassau (1637-1664) a serviço dos holandeses (figura 22). É tributado a Maurício de Nassau o surgimento e expansão do núcleo urbano do Recife, considerando a opção adotada de transferência da sede de comando de Pernambuco, para o então incipiente assentamento '*d'O Povo*', ou também chamado '*Arrecife dos Navios*'. (GOMES, 1997)

Em 1639 foi elaborado o primeiro Plano Urbanístico para estruturar a expansão da cidade, criando a Cidade Maurícia, elaborado pelo arquiteto Pieter Post, nos moldes de uma Estruturação Urbana, com um traçado regular e compatível à topografia, que valorizava os recursos naturais e viabilizava o escoamento e a canalização das camboas e a construção de um fosso. (ALMEIDA, 2001). Nesse momento há um destaque para as inserções de novas construções, entre essas os espaços livres públicos, relacionados em sua maioria aos edifícios cívicos.

Com uma área de cerca de 100.000 m² e uma população, somente no Recife, de 2.700 pessoas - o que representaria um índice de 27 mil pessoas por km² ³¹, faz-se necessário, nesse período nassoviano, a adoção de alternativas para abrigar tão elevado contingente populacional. São iniciados os sobrados na Cidade Maurícia, acenando para expansões futuras. (GOMES, 1997)

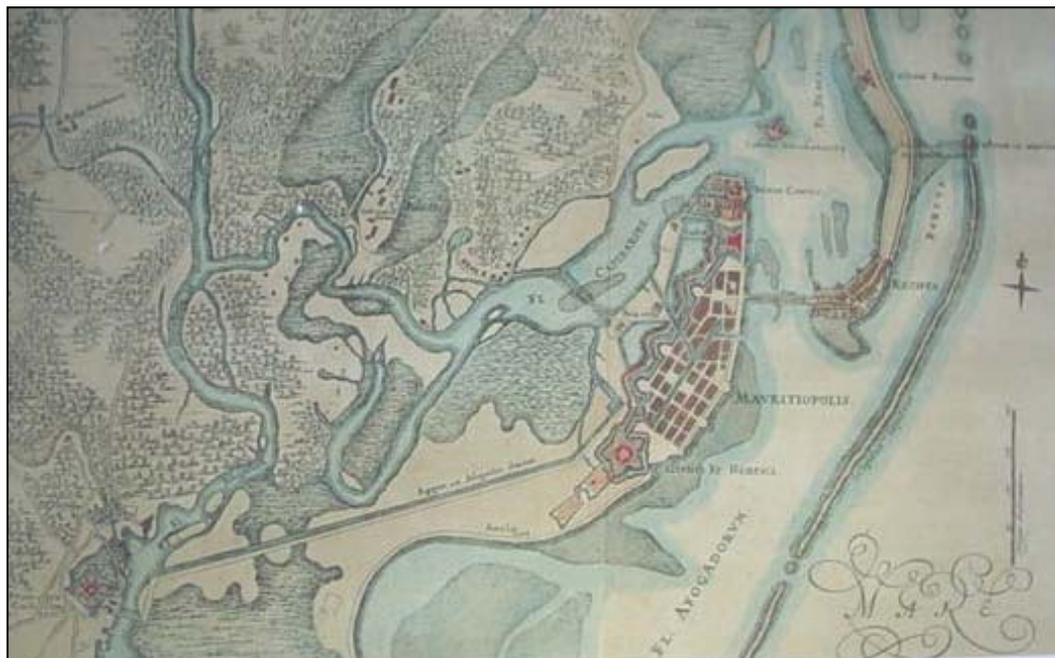


Figura 22: Representação da Cidade do Recife no período de Maurício de Nassau, no século XVII.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

(...) A partir dessa nova estruturação, construíram-se casas, ruas, pontes, diques, palácios, jardins, além dos grandes espaços públicos de caráter cívico, que permaneceram até hoje, apesar de alguns terem sofrido modificações. São exemplo o Parque de Friburgo²⁰, no lugar onde fica a atual Praça da República (figura 23), o Terreiro dos Coqueiros (a Praça D' Armas), atual Praça da Independência, e a Praça do Comércio, atual Praça Rio Branco. (ALMEIDA, 2001, p.57).

²⁰ "O Parque de Friburgo, construído ao redor do Palácio de mesmo nome, além de ter fins paisagísticos, possuía um caráter utilitário e de defesa, constituindo-se ainda num verdadeiro jardim zôo-botânico que tinha como ponto focal o palácio direcionado por uma alameda de palmeiras, conferindo ao Recife uma posição pioneira no continente americano em termos paisagísticos." (Almeida, 2001, p.57).



Figura 23: Praça da Republica (1878), antigo Parque de Friburgo.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Além das ruas, pontes, e jardins, os mercados também compunham a estrutura urbana neste período. Mercados como do Peixe, no local do atual Mercado de São José, o do Recife, o da Carne, o das Verduras (figura 24), o primitivo Mercado Velho no Pátio do Corpo Santo (figura 25.) e o Mercado dos Escravos, na Rua dos Judeus, atual Rua do Bom Jesus. Entretanto, a localização exata da maioria deles não se guardou (ALMEIDA, 2001).

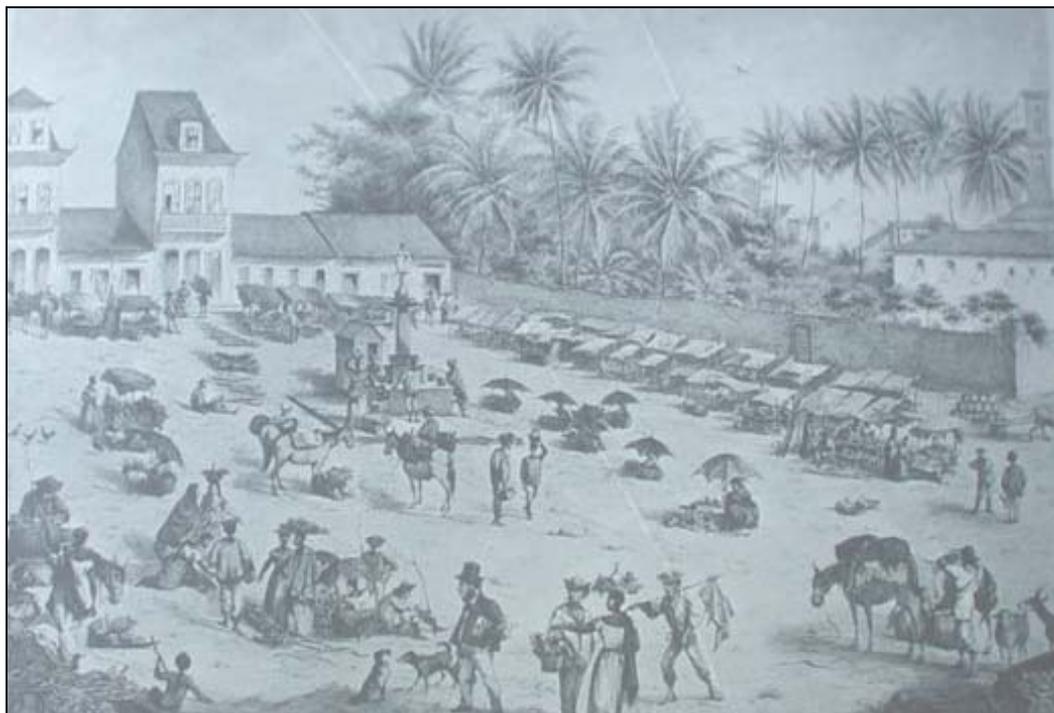


Figura 24: Mercado das Verduras.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.



Figura 25: Mercado do Corpo Santo.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Após a expulsão flamenga, com a retomada luso-brasileira no final do século XVII, inicialmente, retornam-se aos parâmetros do urbanismo colonial português, porém mantendo-se a já existente estrutura urbana holandesa, sendo que boa parte dos espaços públicos e das construções herdadas na Ilha de Antônio Vaz são modificadas ou destruídas, a exemplo do antigo Palácio de Friburgo e do seu jardim, que foram abandonados até a ruína. Nesse momento as intenções urbanas voltam-se, sobretudo, para a construção de igrejas e conventos, que passaram a ser erguidos com monumentalidade. (op. cit.).

A maioria das igrejas construídas entre os séculos XVII e XIX eram guarnecidas por um pátio, quase sempre desprovidos de vegetação, o que caracteriza até hoje esse tipo de espaço livre público (op. cit.). Percebe-se, desta maneira que no século XVIII, a presença dos espaços livres públicos no Recife, em sua maioria, estava relacionada ao religioso, diferentemente do período holandês. Porém essa intenção religiosa passa a ser menos freqüente no século XIX, pois nesse momento o interesse volta-se para transformações referentes ao melhoramento urbano, com construções cívicas e profanas, baseando-se nas tendências européias, que tem início no Recife com Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista.

Uma mudança no rumo da urbanização do Recife se configura a partir de 1830 no governo de Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista, quando uma transformação urbana, equivalente àquela ocorrida no período nassauviano, pôde ser registrada, marcando o século XIX. Nesse período retoma-se a urbanização incluindo

intervenções nos espaços públicos existentes, além da criação de novos espaços, iniciam-se os chamados melhoramentos urbanos em resposta às tendências internacionais de caráter europeu quanto ao crescimento e a valorização urbana dentro das concepções modernas da época. (ALMEIDA, 2001, p.66).

A criação de novos espaços livres públicos e o tratamento paisagístico dos já existentes é enfatizada a partir da segunda metade do século XIX sob influências francesa, inglesa e alemã. A partir de então, frente às reformas urbanas e influências estrangeiras, as praças são bastante valorizadas e inseridas na cidade do Recife.

Na administração do Conde da Boa Vista, inicia-se uma fase de prosperidade, rendendo vários melhoramentos ao Recife. Inicialmente como presidente da província, ele criou a repartição de Obras Públicas, através da qual contratou engenheiros europeus do mais alto gabarito a fim de desenvolver no Recife obras urbanas de embelezamento (ALMEIDA, 2001).

A primeira grande reforma urbana do Recife (1907-1918), iniciada no governo do Conde da Boa Vista, deu origem ao atual arruamento e ao conjunto urbano edificado, aos quais as providências da revitalização urbana municipal se dedicam, fomentando novos usos e incentivando com o projeto “Cores da Cidade” e a recuperação da infra-estrutura, a consolidação do bairro como pólo turístico (GOMES, 1997).

A influência estrangeira foi um condicionante importante nas transformações ocorridas nesta época. Os comerciantes ingleses introduziram o hábito de passeio pelas ruas e o uso de roupas leves. Engenheiros e arquitetos franceses construíram edifícios significativos até hoje e de grande valor arquitetônico, sobretudo de cunho cultural, onde também havia praças, tais como a Praça da República onde se situa o teatro Santa Izabel projetado por Vauthier. O Teatro e o Palácio do Governo definiam uma área aberta onde foi construída a Praça da República no local do antigo Parque de Friburgo. (ALMEIDA, 2001, p.68).

Mesmo após a administração do Conde da Boa Vista, foram erguidas várias edificações relacionadas aos espaços livres públicos já existentes, sob a administração de Mamede Ferreira no departamento de Obras Públicas (1850-1856) e a influência dos engenheiros franceses, tais como Cemitério Público, o Palácio do Governo e a nova Academia de Direito (figura 26). Neste momento surge então a proposta de criação do Jardim 13 de Maio, atual Parque 13 de Maio.

Têm início na segunda metade do século XIX propostas para um jardim no bairro da Boa Vista, Jardim que veio a ser o atual Parque 13 de Maio, onde se propunha uma ligação com a rua da Aurora pela rua Santa Isabel através de alamedas arborizadas, passando ainda pelo rio Capibaribe até unir-se à outra margem do rio na atual Praça da República, estendendo-se ainda pela rua do Sol até a Praça da Independência. (ALMEIDA, 2001, p.70).

Neste momento havia uma preocupação com a cidade como um todo, entretanto os espaços livres públicos foram mais valorizados nas áreas de ocupação inicial, estendendo-se até o bairro da Boa Vista.



Figura 26: Faculdade de Direito do Recife.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

A partir da 2ª metade do século XIX grandes transformações sociais são realizadas pela expansão mundial do capitalismo, das quais o Recife também participa, tendo com bandeiras a modernização, o saneamento e o embelezamento da cidade, princípios que marcaram a transição entre os séculos XIX e XX (ALMEIDA, 2001). A necessidade de modernizar e higienizar a cidade marcou o século XIX através de idéias de inspiração europeia.²¹

Desde as grandes obras de Paris realizadas pelo Barão de Haussman na 2ª metade do século XIX, praticamente todas as cidades de porte, inclusive o Recife, tiveram planos e sofreram intervenções urbanísticas nas suas áreas

²¹ O movimento higienista “resultou das preocupações das elites com a falta de salubridade na cidade, proporcionou intervenções urbanas baseadas em aterros, construções de canais e retirada de habitações consideradas impróprias, contemplando ainda a criação de espaços públicos e áreas verdes no intuito de sanear a cidade”. (Almeida, 2001, p.71).

centrais, sobretudo durante a primeira metade do século XX, com o intuito de modernizá-las (op. cit.). Continuam as intervenções urbanas no Recife no século XX, frutos de diferentes projetos urbanísticos, repensáveis pela modificação da paisagem da cidade, onde se destaca o Engenheiro Saturnino de Brito.

No início do século XX, o Engenheiro Saturnino de Brito atuou, propondo modificações na paisagem através da retirada dos cemitérios das igrejas, e a eliminação de mocambos localizados nas áreas mais centrais, por exemplo, modificações essas que se concretizaram com a atuação do interventor Agamenon Magalhães na década de 1940. O diagnóstico da cidade apresentado por Saturnino de Brito, baseou-se em técnicas pioneiras de drenagem e de construções que valorizaram a paisagem, a exemplo de canais com as margens arborizadas e alternativas para o tratamento de esgoto e para a preservação das matas e dos mananciais, incluindo a arborização de ruas e criação de parques. (op. cit.).

Os planos urbanísticos elaborados para o Recife no século XX dividiram-se em dois períodos. Na década de 1930, quando foram introduzidos os preceitos do CIAM's (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), tendo como seus autores Domingos Ferreira (1927) (figura 27), Nestor Figueiredo (1934) (figura 28), Atilio Corrêa Lima (1936) (figura 29) e Ulhôa Cintra (1943), que em geral concentram seus objetivos na definição do sistema viário. E da década de 1950 com Baltar (1951) que traduziu, sobretudo, os preceitos da economia humanista (op. cit.).

As três últimas décadas do século XX também registraram alguns planos para a cidade do Recife que enfatizaram os espaços públicos distribuídos de modo hierarquizado, porém a maioria dos aspectos relacionados aos espaços livres públicos não foi realmente efetivada. Nesses planos, os parques propostos para o Recife não chegaram a ser concebidos como um sistema, mas sim pontualmente.

Em 1970 foi realizado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), constou-se a falta de espaços públicos destinados ao lazer e ao esporte, o que vinha sendo suprido até então por meio de áreas informais. Entretanto, este plano não chegou a ser implementado no tocante à criação de espaços públicos de lazer, sendo priorizada a questão habitacional (op. cit.).



Figura 27: Projeto Viário de Domingos Ferreira, 1927.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.



Figura 28: Projeto Viário de Nestor Figueiredo, 1934.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.



Figura 29: Plano Viário de Atilio Corrêa Lima, 1936.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

Por volta de 1981, foi realizado um grande projeto, o Projeto Recife, que abrangia as áreas do entorno do rio Capibaribe e incluía uma proposta de um conjunto de parques para esta área que foi batizada de Projeto Parque Capibaribe. Neste estudo, foram identificados espaços condizentes para a criação de onze parques, o que competia também o interesse metropolitano e a posição estratégica no ordenamento do solo. Deste grande plano, apenas as questões habitacionais e de infra-estrutura foram realmente efetivadas (op. cit.).

Em 1987, um sistema de parques foi proposto pela FIDEM, objetivando implantar doze parques destinados ao lazer de massa, sendo distribuídos nas cidades da região metropolitana do Recife, seguindo aproximadamente o eixo do rio Capibaribe. Esses parques deveriam ser articulados entre si e dotados de equipamentos e infra-estrutura a fim de atender as necessidades de recreação e promoção de cultura, porém nunca chegaram a ser implementados. (op. cit.).

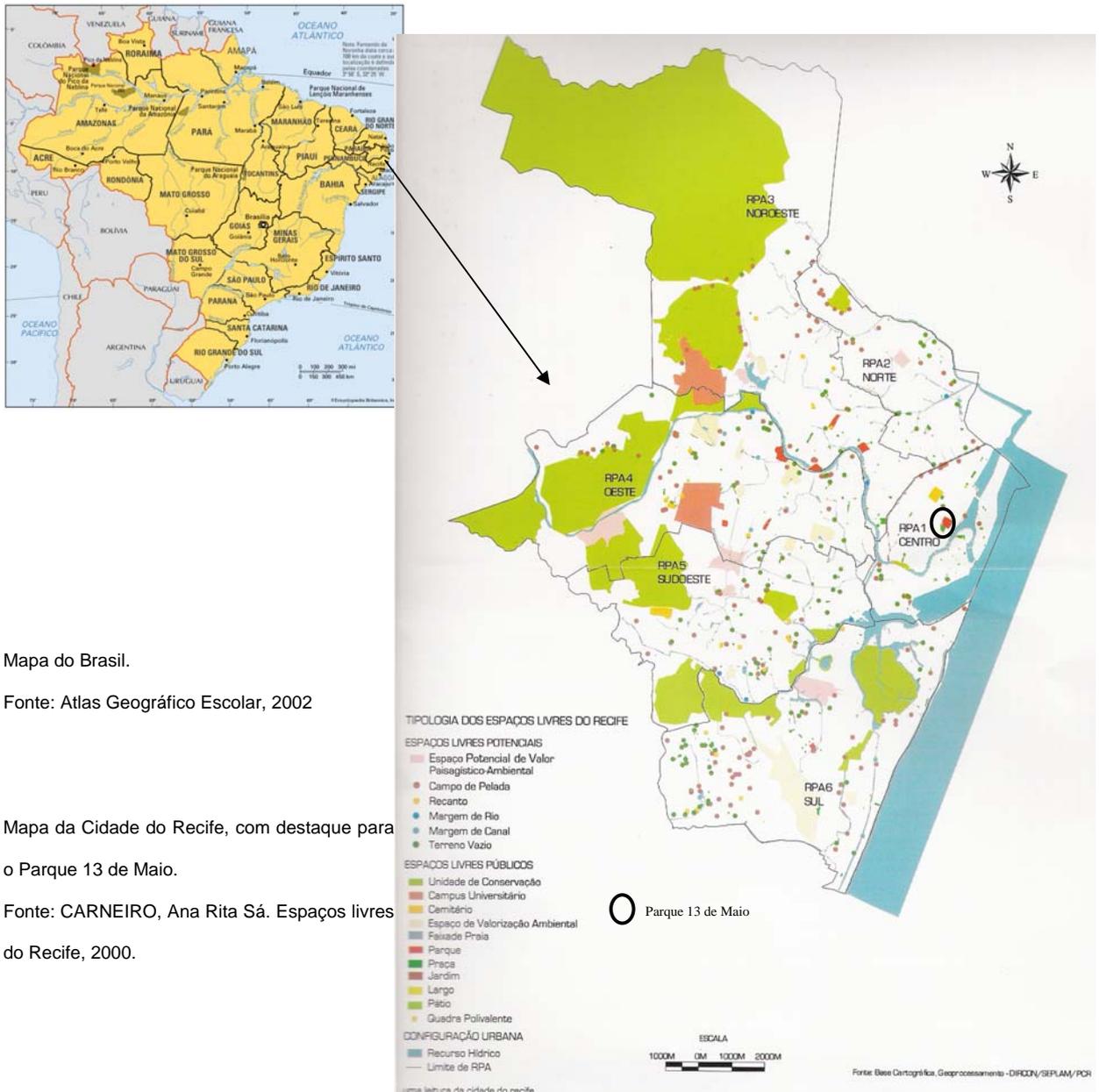
Entretanto, em 1998, dentro de um programa de planejamento estratégico que incluiu a participação da população, a Prefeitura do Recife elaborou o Projeto Capital, que teve num dos seus enfoques o Recife como cidades das águas, sendo pensados seus espaços públicos e a relação com a paisagem natural (op. cit.).

Atualmente, existem intervenções pontuais em elementos dos espaços livres públicos já existentes, não havendo um grande projeto de requalificação dos espaços presentes, ou para a criação de novos espaços.

3.1.1. O PARQUE 13 DE MAIO

O Parque 13 de Maio, com seus 6,9 ha, o qual encontra-se localizado no Bairro de Santo Amaro, na porção centro-oriental do Recife, é o mais antigo parque da cidade (figura 33).

Figura 33: Localização do Parque 13 de Maio, Recife, Brasil.



Mapa do Brasil.

Fonte: Atlas Geográfico Escolar, 2002

Mapa da Cidade do Recife, com destaque para o Parque 13 de Maio.

Fonte: CARNEIRO, Ana Rita Sá. Espaços livres do Recife, 2000.

Remontam ao século XIX as intenções de criação do Passeio Público, que veio a ser o Jardim 13 de Maio e, finalmente, Parque 13 de Maio um espaço que foi alvo de vários projetos de influência europeia, e contou com a participação de técnicos de origem inglesa, francesa, italiana e espanhola, no período de compreendido entre 1860 e 1923, vindo somente a ser inaugurado em 1939, quando da celebração do 3º Congresso Eucarístico Nacional. (CARNEIRO & MESQUITA, 2000)

As tentativas para a sua construção datam do 2º império. Em 1860, uma comissão encarregada de apresentar projeto para o mesmo, indicou que a sua melhor situação seria no terreno que se acha sem edificações alguma às margens do Capibaribe, entre o hospício e o teatro, em frente à ponte projetada naquele lugar, não só por achar aquela localidade muito aprazível e central da cidade, como também por ser bem ventilado, e de fácil aquisição visto não ter edificações algumas, além do que tem bastante extensão para o mister que se pretende.

Neste relatório se diz ainda que o “passeio público” projetado tinha em vista comemorar a feliz visita de sua Majestade Imperial a esta província. A idéia de construção do Parque 13 de Maio data, assim, de 1860, tendo sido de autoria do engenheiro W. Martineau o primeiro projeto elaborado para o mesmo. Em 1875 apareceu outro projeto de autoria de Beringer. Em 1888, a Câmara Municipal impedia as construções nos terrenos destinados ao parque. Em 1888 é nomeada uma comissão para dirigir a sua construção, sendo lançada a primeira

pedra, a construção teve início no dia 13 de maio do ano seguinte. O seu nome é uma homenagem à abolição da escravatura, evento este que aconteceu em 13 de maio de 1888, um ano antes do lançamento da primeira pedra do parque.

No governo Barbosa Lima, em 1895, foi lançado um empréstimo de 500:000\$000 para as obras do passeio público, contratando-se a sua execução com o engenheiro Pierre Coortadon. Em 1920, os arquitetos Morales de Los Rios e José do Rego Monteiro apresentaram dois projetos para a construção do parque e em 1921 apareceu mais um risco da autoria do arquiteto Giocomo Pulumbo.

No mesmo ano, os terrenos foram transferidos para a Municipalidade, a qual ficou afeta a construção do parque. Mas, o que aconteceu foi o loteamento dos terrenos, mas uma vez que haviam sido cedidos à prefeitura para a construção de um logradouro público e não haviam sido cedidos a prefeitura para a construção de casas particulares, voltaram ao Domínio da União, que por sua vez, os cedeu à 7ª Região Militar.

No ano de 1938, o prefeito Novais Filho, com apoio do Governo do Estado e contando com a boa vontade dos generais Cristóvão Barcelos e Manoel Rabelo, consegue do Sr. Ministro da Guerra, O General Eurico Dutra, que a área do projetado parque retorne a posse da municipalidade.

As obras do Parque 13 de Maio, cujo projeto é de autoria do diretor de obras da prefeitura, engenheiro Domingos Ferreira, representam, ainda, a esforço do prefeito Novais Filho em dar ao III Congresso Eucarístico Nacional, um ambiente digno de grandeza e da magnificência das solenidades religiosas que se realizaram nesta capital, em setembro de 1939. O Parque 13 de Maio foi inaugurado no governo de Agamenon Magalhães, pelo prefeito Novais Filho.

O projeto idealizado pelo engenheiro Domingos Ferreira, foi executado pelo seu autor de acordo com a concepção renascentista e guarda características dos desenhos anteriores, como a marcação de dois eixos perpendiculares sugerindo dar continuidade aos jardins da Faculdade de Direito, delimitando espaços geométricos irregulares, definidores de áreas de estar, de canteiros e fontes. Apesar da influência estrangeira, o projeto foi concebido dentro do propósito de enfatizar a beleza da paisagem tropical e incorporou espécies vegetais nativas, inclusive da floresta amazônica. (CARNEIRO & MESQUITA, 2000)

Constata-se que nos discursos de inauguração, o Prefeito Novais Filho e o engenheiro José Estelita ressaltam o argumento americano da busca de um meio ambiente saudável usado na criação do Central Park, e a função recreativa dos parques defendida pelos ingleses, demonstrando assim a necessidade de parques para a cidade do Recife, “uma cidade sem parques” segundo eles.

Faz-se necessário destacar a construção em quatro meses, do Parque 13 de Maio, um dos parques das grandes capitais brasileiras que constitui um exemplo das realizações do Estado Novo, não só como método de trabalho, mas também, de energia e espírito empreendedor dos atuais administradores pernambucanos.

Uma das iniciativas mais interessantes na construção do Parque 13 de Maio foi a transplantação de árvores adultas, que ali parecem ter desenvolvido todo o seu ciclo vegetal. Coqueiros em plena frutificação, pesando toneladas, foram transportados das praias e plantados com absoluto êxito, nos terrenos do Parque 13 de Maio.

A construção deste parque não veio a atender, somente, a uma velha aspiração do Recife, ele seria o refrigeramento de milhares de crianças que se comprimem no centro da zona urbana e que não conheciam, até agora, o encanto das áreas cheias de flores e de ar puro.

Em 1962 começaram as obras para transferência da Câmara de Vereadores para um novo prédio onde funcionava a Escola Normal do Recife, situado na Rua Princesa Isabel, num dos ângulos do Parque Treze de Maio, onde se encontra localizada até o presente. As novas instalações da Câmara foram solenemente reinauguradas em 1963, sob os governos do Dr. Miguel Arraes (governador) e do Engenheiro Arthur Lima Cavalcanti (prefeito). (figura 30).

No 13 de Maio realizaram-se memoráveis comícios após a queda do Estado Novo. Foram nele instalados parques de diversões com grandes novidades para os recifenses (figura 31). Funcionou também ali, durante anos, a Festa da Mocidade (figura 32). Inúmeras exposições e feiras foram realizadas no Parque 13 de Maio. (FRANCA, 1997)



Figura 30: Câmara de Vereadores (esq.), Faculdade de Direito do Recife (dir. ao fundo).

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.



Figura 31: Parque infantil no Parque 13 de Maio, 1952.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.



Figura 32: Festa da Mocidade no Parque 13 de Maio, 1958.

Fonte: Arquivo Iconográfico do Museu da Cidade do Recife, 2005.

As sucessivas reformas nos anos 70 e 80 acrescentaram alguns equipamentos, destinados à recreação como o playground, um lago e o minizoológico, além da pista de Cooper e de equipamentos de ginástica. Vários monumentos, espelhos d'água, fontes e esculturas do artista Abelardo da Hora acrescentam beleza e variedade a vegetação que, com grande riqueza de textura, composição e expressividade anteriormente configuravam-no como um parque de contemplação. Todavia, ainda hoje as áreas de playground e minizoológico são grandes catalisadores do afluxo de crianças ao parque, mormente, nos fins de semana, quando lhe intensifica o uso. A última reforma ocorreu em 1998, restabelecendo-se as funções de convívio da população da Cidade. (CARNEIRO & MESQUITA, 2000).

O Parque 13 de Maio encontra-se incrustado em uma das principais áreas comerciais da cidade do Recife, um local onde há um grande movimentação de pessoas, bastante dinâmico. O parque, mesmo não possuindo grandes dimensões, se destaca como um ponto de conexão, ou seja, um significativo elemento de articulação e descompensação urbana na RPA1²². (figura 34).

22 RPA1- Região Político Administrativa 1 da cidade do Recife.

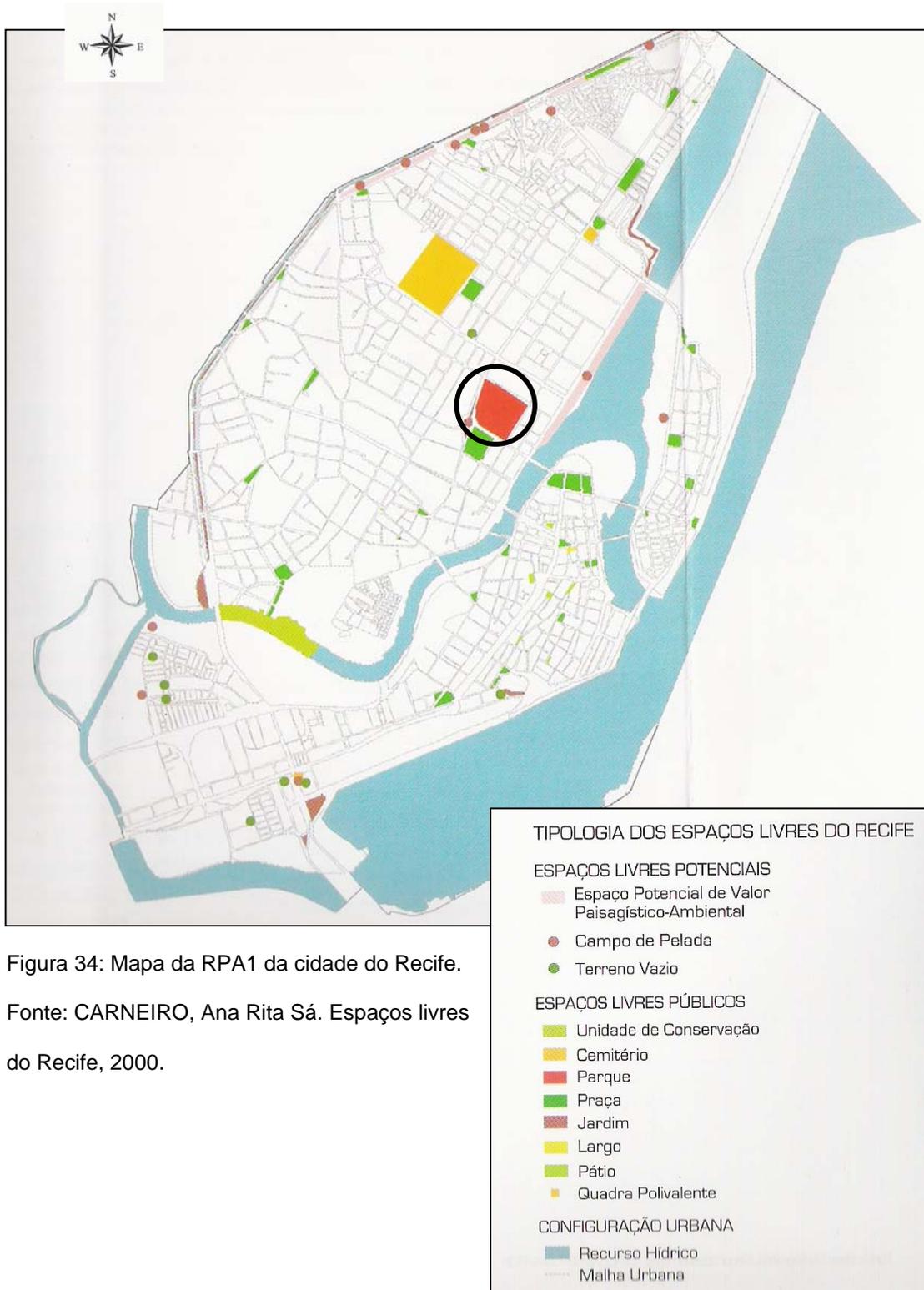


Figura 34: Mapa da RPA1 da cidade do Recife.

Fonte: CARNEIRO, Ana Rita Sá. Espaços livres do Recife, 2000.

Importantes eixos viários da cidade do Recife cercam o Parque 13 de Maio, tais como Rua João Lira (norte) (figura 35), Rua da Saudade (leste), Rua da Princesa Izabel (sul) e Rua do Hospício (oeste), além de importantes ruas que se encontram nas proximidades do parque, como a Rua Gervásio Pires, a Rua do Príncipe, Rua da Aurora, Rua Visconde de Suassuna e a Avenida Cruz Cabugá.

O Parque 13 de Maio dialoga historicamente com edifícios de importante significado para a história da cidade do Recife e do estado de Pernambuco, tais como a Faculdade de Direito (figura 36), a Câmara dos Vereadores (figura 37), Hospital Geral do Exército, a Escola Estadual Sizenando Silveira (figura 38), a Biblioteca Pública do Estado (figura 39) e a Assembléia Legislativa (figura 40) e o Ginásio Pernambucano²³ (figura 41), estando esses dois últimos localizados na rua da Aurora (figura 42). O parque em conjunto com a Faculdade de Direito foi declarado, segundo a lei municipal de 1979, como sítio de preservação histórica.

Ao longo desses anos, o parque passou por algumas reformas, com o objetivo de melhorar a infra-estrutura e a qualidade, principalmente no que diz respeito à recreação, a fim de torná-lo em uma área de atração para o lazer.

²³ O Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, inaugurado em 7 de setembro de 1855. Com uma proposta inovadora de conteúdo, método e gestão, o Centro oferece o ensino médio a 320 alunos do 1º ano e 202 do 2º ano. Fonte: http://www.pe.gov.br/acoes_educacao.htm

Parque 13 de Maio e Principais Equipamentos do Entorno

Figura 38: Escola Estadual Sizenando Silveira.
Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 39: Biblioteca Pública do Estado.
Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 35: Rua João Lira, ao norte do Parque 13 de Maio.
Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 41: Ginásio Pernambucano.
Fonte: <http://www..pe.gov.br>



Figura 37: Câmara Municipal do Recife.
Fonte: www.câmara.recife.pe.gov.br/



Figura 40: Assembleia Legislativa de Pernambuco.
Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/>



Figura 36: Faculdade de Direito do Recife.
Fonte: www.recife.pe.gov.br



Figura 42: Rua da Aurora.
Fonte: www.recife.pe.gov.br

Atualmente, o parque possui um mobiliário urbano composto por equipamentos que constituem fortes fatores de atração, alguns destinados à recreação como o *playground* (figura 43), um lago (figura 44), o mini-zoológico (figura 45), pista de Cooper, aparelhos de ginástica, além outros equipamentos responsáveis pela decoração e harmonização do parque, tal como, monumentos, espelhos d'água, fontes, jardins (figura 46) e esculturas do artista Abelardo da Hora (figura 47), bancos de alvenaria e bancos de jardim.

Outros elementos compõem a infra-estrutura do Parque 13 de Maio, por exemplo, um escritório da administração junto com um banheiro público (figura 48), guaritas de segurança localizada nas entradas do parque (figura 49), como também um estacionamento para motos e bicicletas que se encontra no interior do 13 de Maio (figura 50). O parque possui apenas dois acessos, ao norte (figura 51) e ao sul do parque.

A vegetação no Parque 13 de Maio é distribuída por todo parque, com a presença diversos tipos de árvores, como por exemplo as palmeiras, além de arbustos e áreas gramadas (figura 52). Entretanto o verde não se apresenta de forma densa, observa-se no 13 de Maio uma grande parcela de áreas recobertas por alvenaria, como caminhos que cortam o parque e a pista de *Cooper*, além de locais recobertos apenas por solo sem vegetação (figura 53).

Panorama geral do Parque 13 de Maio



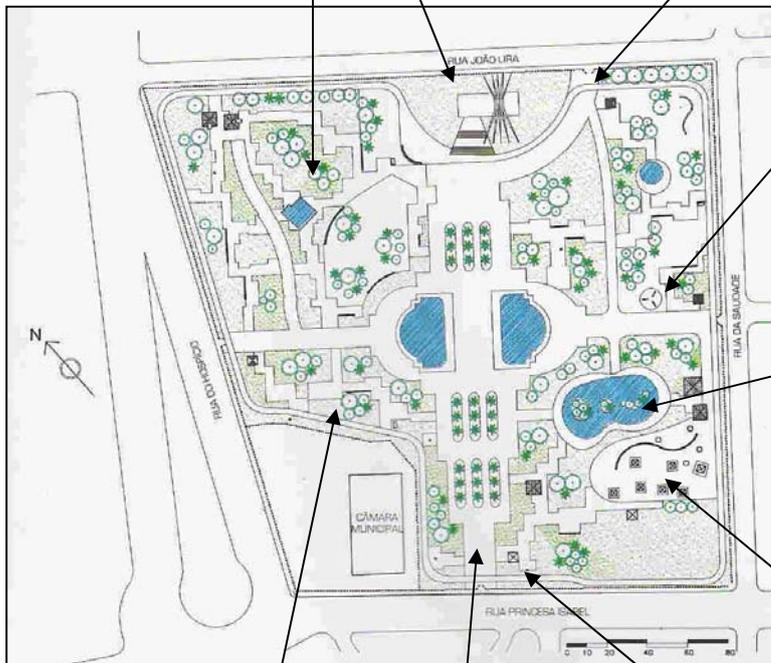
Figura 43: *Playground*.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Figura 47: Escultura de Abelardo da Hora.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Figura 51: Acesso norte do parque.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Fonte: CARNEIRO, A. Espaços livres do Recife, 2000.



Figura 48: Banheiros e Administração
Fonte: Mariana Zerbone, 2005



Figura 44: Lago.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Figura 45: Mini-zoológico.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Figura 46 Jardim.
Fonte: Marina Zerbone, 2005



Figura 50: Estacionamento de motos e bicicleta.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Figura 49: Guarita de Segurança.
Fonte: Marina Zerbone, 2005.



Figura 52: Área gramada e pista de Cooper no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 53: Árvores, arbustos e caminhos no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Os usos no Parque 13 de maio se diferenciam nos dias de semana, finais de semana e feriados. Em função das estações do ano não serem bem definidas, e por grande parte do ano a cidade do Recife possuir temperaturas entre 25°C e 30°C, essa sazonalidade anual não irá interferir diretamente nos usos do parque, podendo haver menor presença de pessoas em dias chuvosos.

Durante os dias de semana os usos são menos intensos, o parque conta com a presença de estudantes das escolas do entorno, que usam o parque para namorar, encontrar com amigos, estudar e relaxar (figura 54). Pela manhã e no fim de tarde o parque recebe os moradores dos arredores que costumam a realizar outras práticas, tal como suas corridas e caminhadas diárias. Os comerciantes e comerciários que trabalham nas proximidades do parque também costumam freqüentá-lo em seus momentos de folga (hora do almoço e após o expediente). O parque também é utilizado por transeuntes que atravessam o parque a fim de cortar caminho e chegar nos seus destinos (figura 55).

Os usos se intensificam nos finais de semana e feriados, quando se percebe um forte contingente de famílias com crianças, de diversas partes do Recife, que vão ao 13 de Maio para brincar nos parques infantis (figura 56), visitar o mini-zoológico, fazer piquenique (figura 57), entre outras práticas. Nesse período observa-se uma variada quantidade de comércio ambulante²⁴, sendo

²⁴ O comércio ambulante é uma tradição do Recife, desde a sua fundação. Vem dos mascates que aqui aportaram a partir do século XIX. A esta tradição soma-se o agravamento da conjuntura econômica e financeira do país, com o crescimento extraordinário do nível de desemprego. A informalidade é, então, regra de sobrevivência. O desafio do

esses, de alimentos (sovertes, pipoca, churrasquinho, bebidas, etc.) de brinquedos (bolas, brinquedos artesanais, ursos de pelúcia, etc.), de artesanatos, entre outros (figura 58). Esses comerciantes devem ser credenciados pela CSURB²⁵ para ter a permissão de trabalhar no parque, mas de qualquer forma comerciantes não cadastrados exercem suas atividades no 13 de Maio, com mais freqüência nos feriados, visto que a fiscalização é menor.



Figura 54: Casal namorando no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

poder público é equacionar o imperativo da necessidade e o traço cultural à organização que a sociedade moderna requer. (fonte: www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/ambulantes.html)

²⁵ A CSURB, Companhia de Serviços Urbanos do Recife, é a empresa responsável pelo ordenamento do centro revitalizado e pela fiscalização do comércio informal nesta área e no entorno de mercados públicos e feiras livres. (op. cit)



Figura 55: Transeunte cortando caminho no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 56: Crianças nos brinquedos do Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 57: Famílias reunidas fazendo piquenique no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 58: Comércio ambulante no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

Nos feriados como o Dia das mães, Dia das crianças, Dias dos pais, datas cívicas e outros, o Parque 13 de Maio torna-se um palco de atrações para a população, muitas vezes com a realização de shows e atividades sociais, aberto ao público e atraindo pessoas de diversas partes da cidade, principalmente da periferia e até mesmo de cidades vizinhas da região metropolitana. Um dos desafios para a gestão do parque, seja quanto a garantia da segurança para seus usuários seja quanto a condição de saneamento é o afluxo de pessoas que chegam ao 13 de Maio, sendo necessária uma atenção extra do setor de limpeza urbana e de segurança nesses eventos (figura 59).



Figura 59: Acúmulo de lixo no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

O Parque 13 de Maio também conta com um mobiliário urbano destinado a jogos de tabuleiro, com a presença de mesas para a prática desse jogos, tal

como damas e xadrez, onde são realizados campeonatos organizados por associações referentes a esses jogos (figura 60).



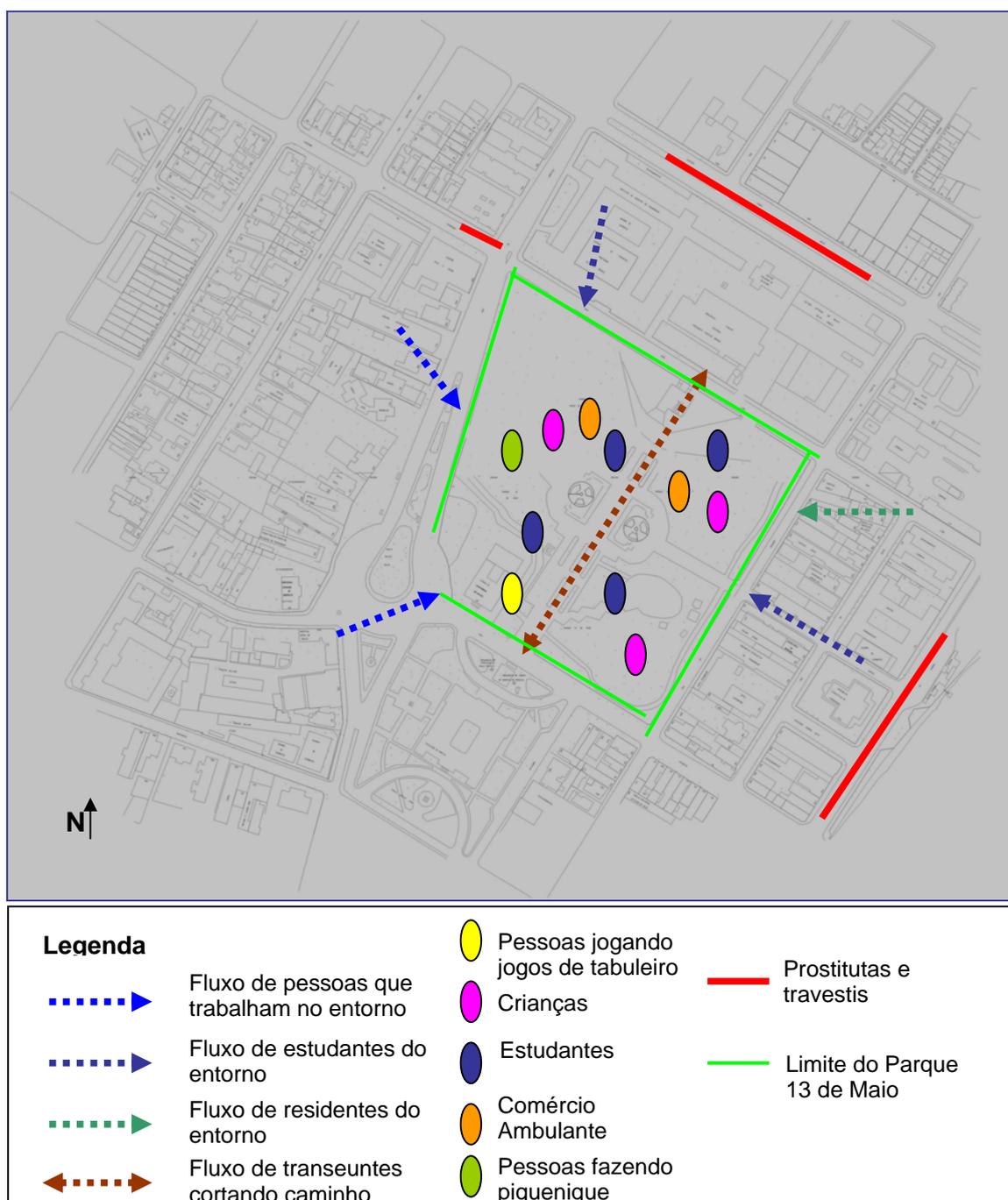
Figura 60: Campeonato de xadrez e damas no Parque 13 de Maio.

Foto: Mariana Zerbone, 2005.

No período noturno é freqüente a presença de prostitutas que fazem ponto nas proximidades do Parque 13 de Maio. Prostitutas e travestis se estabelecem nesta área visto que a presença de pedestres é quase nula, entretanto há um razoável fluxo de carros, além de que, nas proximidades do parque há oferta de serviços de lazer que colaboram e/ou dão suporte a essa prática como, por exemplo, cinemas pornô nas circunvizinhanças, bares e edifícios onde funcionam motéis e prostíbulos, muitos dos quais em edifícios tombados nas cercanias, como na rua da Aurora, sendo estes elementos responsáveis para a intensidade dessa prática, próximo ao parque.

A prostituição também ocorre em grandes ruas e avenidas que se encontram nas proximidades do Parque 13 de Maio, com um grande contingente de travestis, como na Rua da Aurora e na Avenida Mario Melo. (figura 61)

Figura 61: Fluxos e Territorialidades no Parque 13 de Maio



Uma peculiaridade do Parque 13 de Maio é a restrição ao acesso. Mesmo sendo considerado um espaço livre público, o parque é cercado um gradeado em sua totalidade (figura 62), havendo apenas duas entradas, sul e norte, as quais são fechadas no período da noite. Isso ocorre em função da violência, visto que o bairro de Santo Amaro, onde está localizado o parque não possui muito movimento à noite, podendo então, o 13 de Maio, se transformar uma área de refúgio de marginais.

Comparativamente com o final de semana, durante a semana o fluxo de pessoas diminui significativamente, de acordo com pessoas entrevistadas, mesmo durante a manhã para prática de jogging ou para tomar banho de sol as pessoas manifestam que não se sentem seguras em circular na grande extensão do parque devido a elevada incidência de assaltos e agressões, além de ameaças pela presença de pessoas desocupadas, trombadinhas. A insegurança é um fator pela evasão no 13 de Maio durante a semana.

A presença de animais domésticos, como cachorros, é proibida, havendo placas na entrada ratificando o não acesso desses animais (figura 63). Essa restrição acontece para que os usuários do parque não levem seus cachorros para fazerem suas necessidades fisiológicas no parque, contribuindo com a limpeza da área. Mas isso não impede a entrada de cães vira-latas no 13 de Maio.



Figura 62: Gradeado que cerca o Parque 13 de Maio.

Fonte: Mariana Zerbone, 2005.



Figura 63: Placa restringindo a entrada de cães no parque.

Fonte: Mariana Zerbone, 2005.

Um outro problema existente no Parque 13 de Maio é a degradação. Por ser um espaço livre público, o qual recebe intensas visitas, a degradação do parque e de seus equipamentos é um fato (figura 64), por isso se faz necessária uma manutenção constante, pois desta forma torna-se mais fácil a conservação do parque, além da necessidade de uma fiscalização por parte da administração para que diminua a depredação do mobiliário instalado no 13 de Maio²⁶.

O parque 13 de Maio é bem servido de linhas de ônibus que dão acesso ao parque. No entorno existem cinco pontos de ônibus que recebem 210 linhas as quais interligam o bairro de Santo Amaro a diversas partes da cidade do Recife.



Figura 64: Lixeiro depredado, no Parque 13 de Maio.

Fonte: Mariana Zerbone, 2005.

²⁶ A EMLURB, Empresa Metropolitana de Limpeza Urbana, é a responsável pela administração, limpeza e

Desta forma o Parque 13 de Maio, o mais antigo da cidade, é elemento de grande importância para o lazer e recreação. Este também pode ser considerado como um local mais ameno em meio à relativa aridez do centro da cidade do Recife (figura 65). O Parque 13 de Maio não é apenas uma área verde de recreação e lazer, como também por fazer parte de modo relevante da história da urbanização do Recife.



Figura 65: Imagem de satélite do Parque 13 de Maio.

Fonte: Imagem de satélite do Quick Bird, 2002

3.2. OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM BERLIM

A história das áreas livres em Berlim vem de muito tempo, entretanto, significantes eventos ocorreram durante os últimos 200 anos. Em meio a essa história, um fato peculiar das áreas livres de Berlim foi, em especial, a separação da cidade em Berlim ocidental e Berlim oriental, conseqüentemente, a secção das áreas livres. A seguir, está representado em uma curta sinopse, o desenvolvimento dos espaços livres urbanos em Berlim nos últimos 130 anos. Junto a isso estão designados apenas exemplos que marcaram os caminhos para o desenvolvimento.

Até o estabelecimento do reino em 1870/71, os interesses em relação à cidade eram determinados substancialmente pelo Estado Prussiano, através de decretos do rei ou através escalas fiscais ou policiais. Em 1840 havia aproximadamente 400.000 berlinenses e apenas o “grande Tiergarten” como área decretada para recreação. As pequenas praças urbanas serviam predominantemente como uma representação. O diretor paisagístico do reino, *Peter Joseph Lenné* (1789-1886)²⁷ (figura 66) em 1818 e no período entre 1832 a 1840 transformou o Tiergarten em um parque paisagístico. Em 1843 foi criado o *Invalidenpark*. (SENATSV ERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG, 1995)

²⁷Peter Joseph Lenné é considerado como um dos mais famosos e os bem conceituados paisagistas alemães. Seus parques de paisagem e jardins, ainda são explorados O trabalho de Lenné foi foco de exposições em numerosos catálogos. Entretanto, Peter Joseph Lenné promoveu uma mudança em sua época, transformando os campos de horticultura e de jardinagem em uma vista muito conceitualizada em como projetar jardins. Esta mudança ocorreu



Figura 66: Peter Joseph Lenné

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Continuamente foi constatado o um forte aumento da população berlinense nas áreas de lazer e recreação, desta forma foi atribuído a *P.J. Lenné*, pelo Ministério Prussiano dos Interiores, um plano que compreendia toda área da cidade. Em 24 de abril de 1840, *Lenné* submeteu-se ao plano “*Projeção de Ornamentos e Limites de Berlim junto ao Meio Ambiente*”. (figura 67) (op. cit.)

O ajudante mais próximo de *P. J. Lenné*, *Gustav Meyer* (1816-1877), recebeu a ordem projetar o *Friedrichshain* (figura 68) sob a supervisão do

nas primeiras décadas do século XIX e manifesta-se em um teorização crescente, uma institucionalização da arte para projetar e manter áreas do jardim.

“*Berliner Forst- und Ökonomie-Deputation*”, com isso foi construída a primeira área verde municipal com 34 ha. (op. cit.)

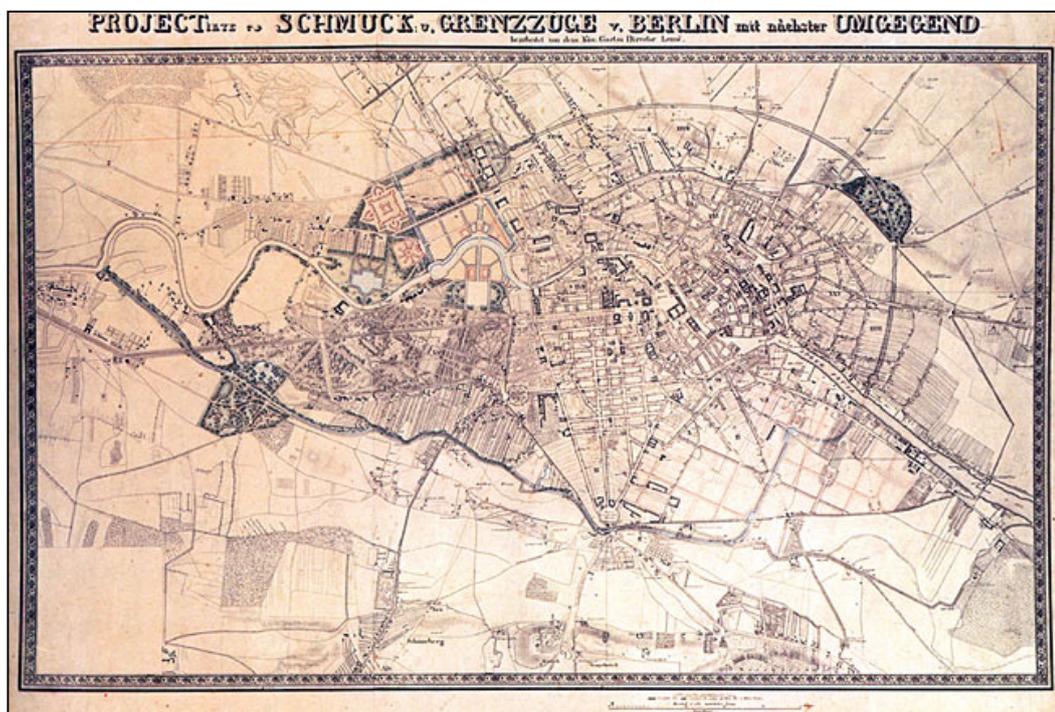


Figura 67: Planta de Ornamentação e Limites de Berlim e seu entorno.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

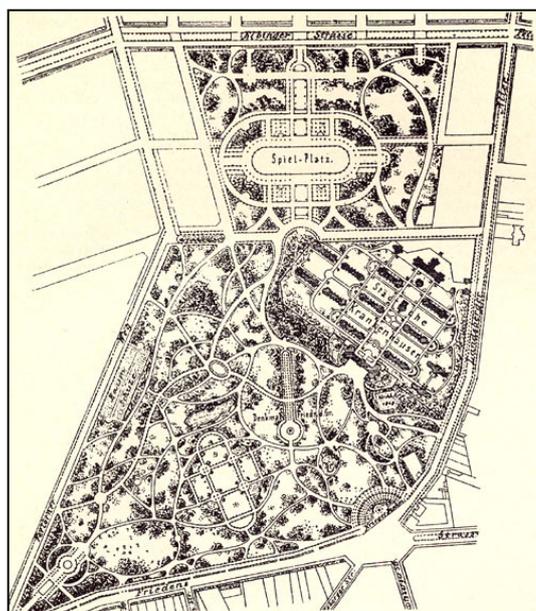


Figura 68: Plano do Parque “Friedrichshain”.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Em 1864 foi atribuído a *Gustav Meyer*, pelo conselho municipal, o projeto de outro parque urbano, em frente ao *Schlesischen Tor*, o futuro *Treptower Park*. Em 15 de dezembro de 1864 o projeto foi submetido à aprovação pelos conhecimentos tomados. Entretanto o *Treptower Park* foi construído no período entre 1876 e 1888. Em 1865 foi concedida pelo conselho municipal a compra de terras para a construção do *Humboldthain* (figura 69) construído no período entre 1869 e 1870. (p. cit.)

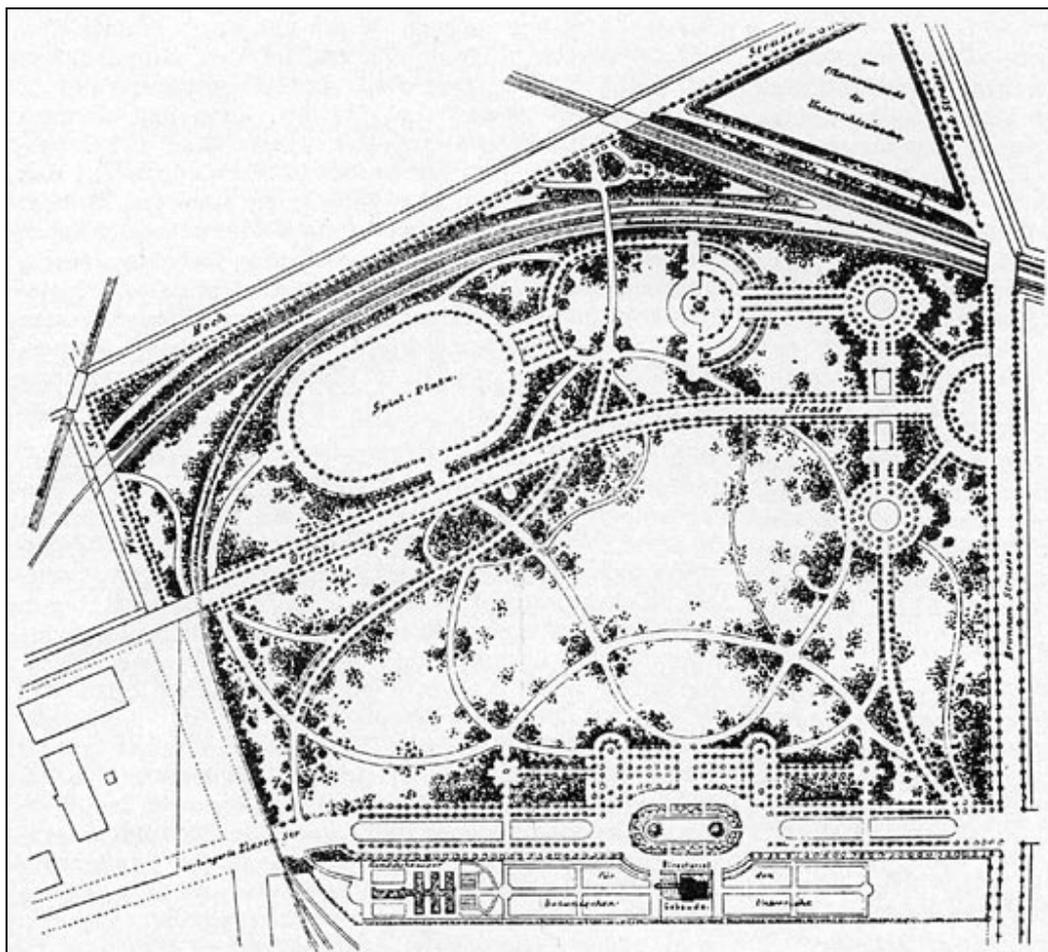


Figura 69: Parque “Humboldthain”.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Como efeito de desenvolvimento da industrialização, a população de Berlim que era de 428.000 habitantes em 1850, passou para 500.000 habitantes em 1860 e 800.000 habitantes em 1870, cresceu continuamente junto à área da cidade. Isto conduziu a condições de moradias contidas e socialmente insustentáveis.

A perda da primeira guerra mundial foi relevante para o fim da monarquia e conduziu em 1919 ao surgimento da República de *Weimar*. Em 1920, através da lei de 27 de abril, foi criado um novo município, a grande Berlim com 3,8 milhões de habitantes.(figura 70)



Figura 70: Berlim em 1920 e seus bairros.

http://mars.acnet.wnec.edu/~grempel/courses/berlin/maps/berlin_1920.jpg

Albert Brodersen foi diretor de jardins urbanos até 1925, quando se tornou Gerente do Departamento de Parques e Recursos Naturais da Diretoria de Jardins Urbanos. Nos 20 bairros da cidade foram criados departamentos locais. O diretor de jardins urbanos foi o responsável pelas linhas de regras gerais de conservação e manutenção de todas as áreas abertas e de cultivo, inclusive de cemitérios, como também a supervisão e o manejo de todas as áreas de plantação, as quais pretendem desde o principio, promover comodidades e regras que tenham afinidades com os trabalhadores. O diretor de jardins urbanos acionou os departamentos locais para aprovar o projeto das novas áreas, em especial a estimativa de custos e o plano de receita. Até a conservação e manutenção do grande Tiergarten e de todos os Parques e áreas verdes foram transferidas para os departamentos dos bairros. Em 1921 havia 1.339 ha de parques, áreas verdes e praças ornamentadas (1,5% da área da cidade de Berlim). (op. cit.).

A ocupação de vários desempregados depois da derrota da primeira guerra mundial causou através da dissolução militar, um fluxo de refugiados, o que ocasionou a crise econômica pós-guerra. Foi introduzido pelo prefeito de Berlim, *Gustav Böß* (1871 - 1946), em 1921 um programa estatal de emergência com a quantia de 45 milhões de marcos. O Financiamento foi uma parceria entre a cidade, o Estado Prussiano e o Império. O programa foi constituído de 43 grandes projetos de praças de

recreação e lazer até mesmo áreas de parque. Até 1924, 12 grandes projetos já tinham sido terminados. (op. cit.)

Entre 1920 e 1923 foi desenvolvido o Parque do Povo (*Volkspark Jungfernheide*²⁸) (figura 70) com 160ha, projetado pelo diretor de jardins do bairro de *Charlottenburg, Erwin Barth*. O diretor de jardins do bairro de *Treptow, Ernst A. Harrich* (1886-1941) criou no período entre 1919 e 1931 o maior Parque do Povo (*Volkspark*) em Berlim, o “*Volks- und Waldpark Wuhlheide*”. Junto a este foi criado o *Volkspark Mariendorf* com 13 ha e poucos anos depois foi criado o *Volkspark Tempelhofer Feld* (1921 - 27), com 30 ha. (op. cit.)

Os *Volksparks* distinguem-se por suas várias ofertas de uso. Todas as camadas da população podem encontrar suficientes áreas e oportunidades de permanência em cada estação do ano. Lá podem ser realizados jogos e esportes, mas também há áreas para poder relaxar.

Para a continuidade dos trabalhos emergenciais de 1924 até 1927 foram avaliados gastos de 35 milhões de marcos. Foram empregados temporariamente até então 8.000 desempregados. Junto aos Parques do povo (*Volksparks*) desenvolveram-se também nesta época muitos pequenos parques. A partir de 1920 Berlim passou a ter um total de 1.300 ha de áreas verdes.

²⁸ Legenda correspondente aos números marcados no plano do “*Volkspark Jungfernheid*”, figura 71”: 1- quadra de esporte, 2- área de lutas marciais, 3- restaurante, 4- instituto do solo, 5- pista de gelo, 6- restaurante principal, 7- contemplando ainda a criação de espaços públicos e áreas verdes no intuito de sanear a cidade”. (Almeida, 2001, p.71). gramado, 8- área de lazer infantil, 9- quadra gramada, 10- torre de água, 11- arena, 12- escola de jardinagem, 13- bosque.

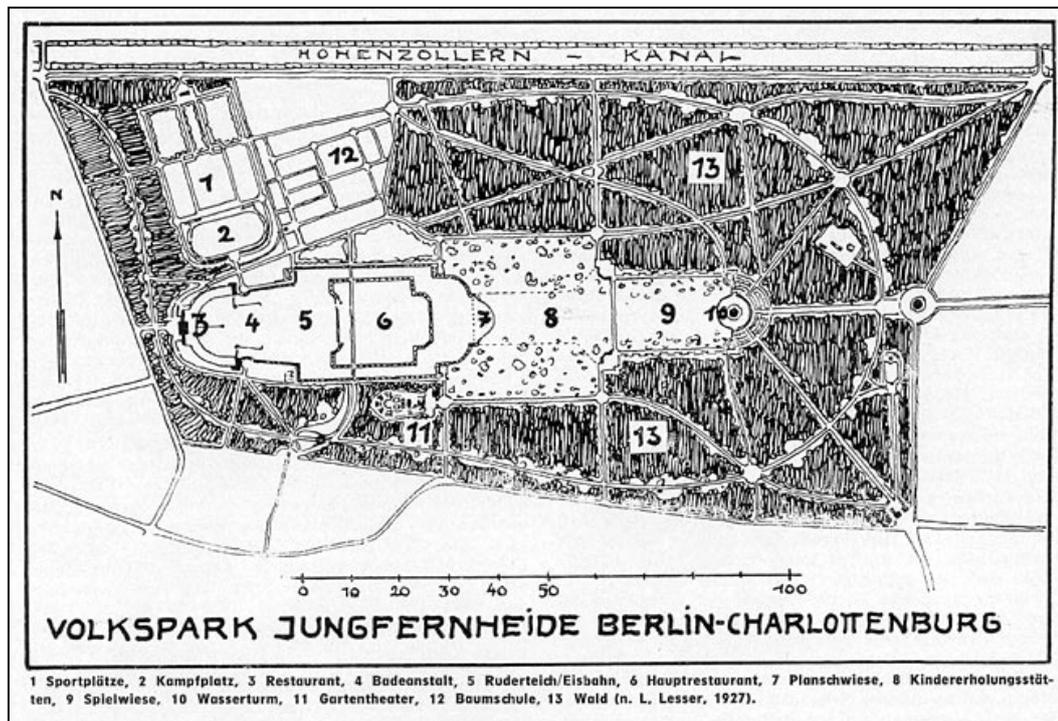


Figura 71: Parque do Povo, "Volkspark Jungfernheide Berlin-Charlottenburg", por L. Lesser, 1927.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Em função da situação pós-guerra que a Alemanha se encontrava, tendo como consequência a divisão da cidade de Berlim em duas partes (figura 72), também existiram duas histórias sobre os espaços livres de Berlim no período de 1948 a 1990. Primeiramente será analisado o Desenvolvimento das Áreas Livres Urbanas de Berlim Oriental.

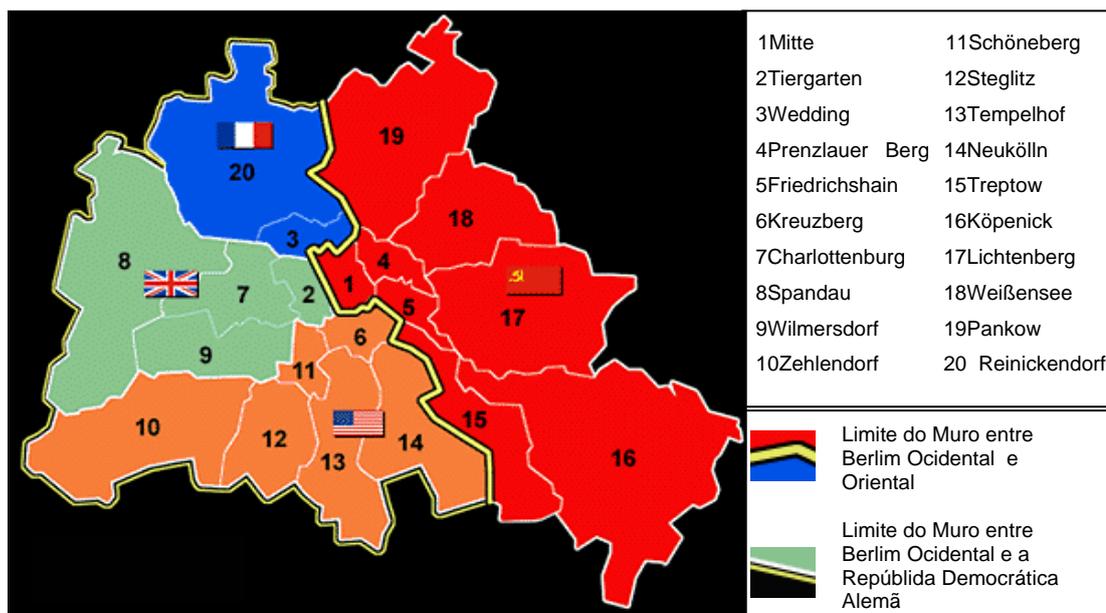


Figura 72: Divisão da Cidade de Berlim em Berlim Ocidental e Berlim Oriental.

Fonte: www.wall-berlin.org/ciel_tex12.htm

Em 1950, *Lingner* abandonou o cargo municipal (op. cit.). Devido à reforma na administração, o departamento principal de planejamento de áreas verdes foi dissolvido, e os funcionários dos departamentos dos bairros passaram a ser subordinados a agências convertidas em áreas de parques.

Em 1960 surgiu o departamento de jardins urbanos devido aos problemas desenvolvidos, para isso Dr. *Helmut Lichey* foi indicado para ser o diretor de Jardins Urbanos. *Lichey* possibilitou também com a nova construção uma ligação

com os Departamentos de jardins dos bairros, entretanto, apenas o controle e atendimento ao cliente. A própria conservação no decorrer do tempo foi transferida para o VEB Verdes Urbanos. (op. cit.)

Após o afastamento de *Lichey*, em 1975, *Gottfried Funeck* foi indicado para este diretor deste departamento. *Funeck*, em meados de 1990 foi demitido e Dr. *Hans Georg Büchner* foi transferido para o departamento de jardins urbanos. (op. cit.)

Para o desenvolvimento da parte oriental da cidade, foram estabelecidos para o desenvolvimento de sistemas de áreas livres, os seguintes planos e resoluções com um significado mais sustentável:

- 1949: Plano geral de reforma através dos membros remanescentes na Berlim Oriental do “*Scharoun-Kollektivs*” como início de um plano paralelo na divisão da cidade.
- 1950: Lei de reconstrução e 16 princípios de construções urbanas
- 1952: Chamada do ZK do SED “para a reconstrução de Berlim”, início dos trabalhos nacionais para a reconstrução com a *Stalinallee* como sistema de significados e resultados construídos.
- 1958: Base dos planos para transformações socialistas da Capital Berlim

- 1961: Plano para reconstrução do centro da Capital da República Democrática Alemã
- 1969: Plano desenvolvimento geral (figura 73) e plano geral de transito com plano sistema de verdes e revestimento (figura 74).
- 1979: Plano de desenvolvimento geral para o período até 1990
- 1989: Plano de utilização do solo de 1990 até 1995

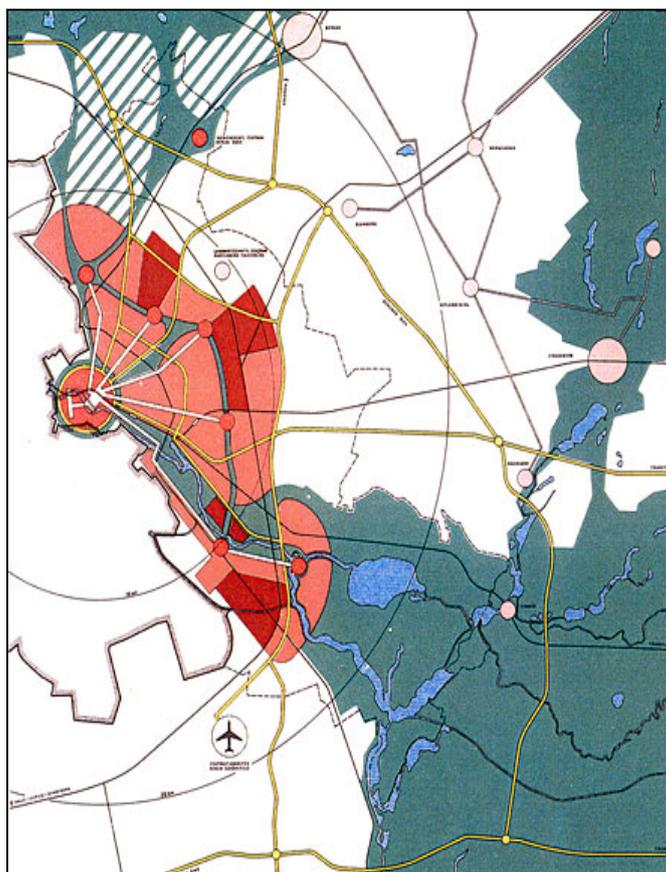


Figura 73: Plano Geral de Construção de Berlim Oriental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

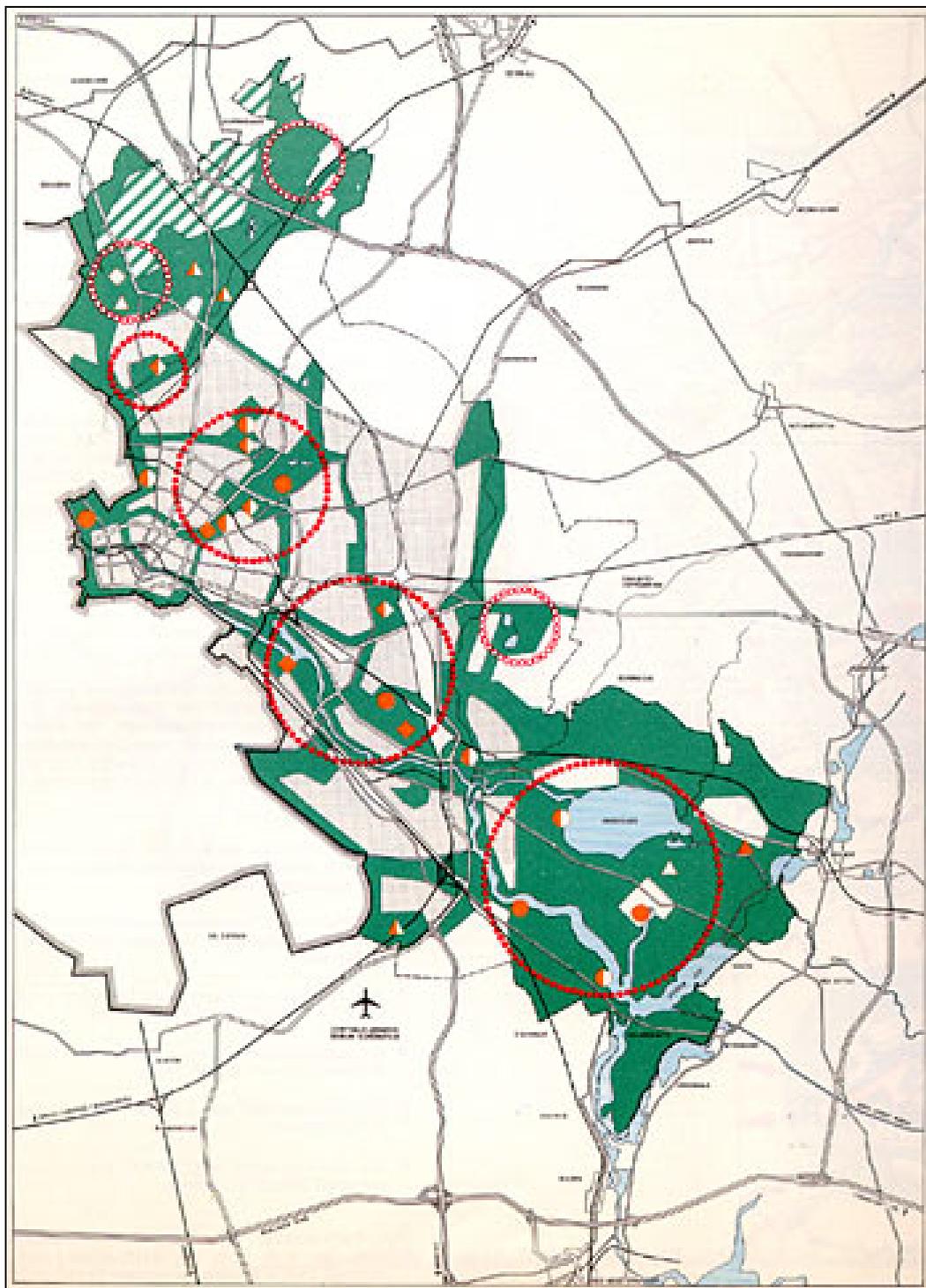


Figura 74: Plano do sistema de áreas verdes e de lazer em Berlim Oriental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Até o início dos anos 50, foram observadas as atividades do Diretor *Lingners*, as quais direta ou indiretamente sofreram com as consecutivas guerras resultaram em: restabelecimento respectivo de organização de verdes nas praças urbanas; estabeleceram-se também marcas de honra formando um cemitério de soldados soviéticos em um Parque, *Treptower Park*. (op. cit.)

Depois de 1950 encontram-se os ápices das novas construções de áreas de esporte e parques pioneiros em *Wuhlheide*, como local de encontro nacional e internacional entre os jovens. Em especial, na segunda metade dos anos 50, foram realizados alguns projetos, onde puderam eliminar divisões de causa ou deficiências na infra-estrutura.

Após uma construção complexa de residências na *Stalinallee*, foi decidido por construções mais simples, baseando-se na “Carta de Atenas”, as áreas de residências em *Urstromtal* foram estabelecidas em áreas de entulhos ou sobre terras de pequenos jardins. Estas áreas residências são caracterizadas como sendo a continuação de áreas livres e de pequena densidade populacional. A organização das áreas livres é desordenada e limitada, entretanto nesse período essa predominância é absolutamente necessária. (op. cit.)

No final dos anos 50 e na primeira metade dos anos 60 iniciou-se a reconstrução no centro da cidade com a mais complexa estrutura de áreas livres.

Junto à construção de áreas verdes predominam os chamados “*Wohngrün*“, algumas áreas que se encontram freqüentemente verdes, com grandes ornamentações. Na segunda metade dos anos 60 iniciou-se uma intensiva implantação de verdes nas áreas residenciais. (op. cit.)

Nos primórdios dos anos 70, teve início um grande programa de construção de habitações, executado primeiramente em áreas de latifúndios no nordeste da cidade e também um programa de modernização das pequenas residências, os quais foram implantados “residências verdes“ (figura 75), áreas livres para creches, jardins da infância e escolas, como também asilos, quadras esportivas, centros de áreas residenciais e um complexo de trânsito verde, e os meios de financiamento e material e a capacidade de construção de áreas verdes nas cidades e dos estados até o final do período relatado foram vinculados a uma grande extensão.

No escritório de obras urbanas, foram implantados, por arquitetos paisagistas, parques expandidos em conexão com as áreas residenciais, referidos como componentes indispensáveis, os quais foram assegurados para o desenvolvimento futuro do verde urbano.

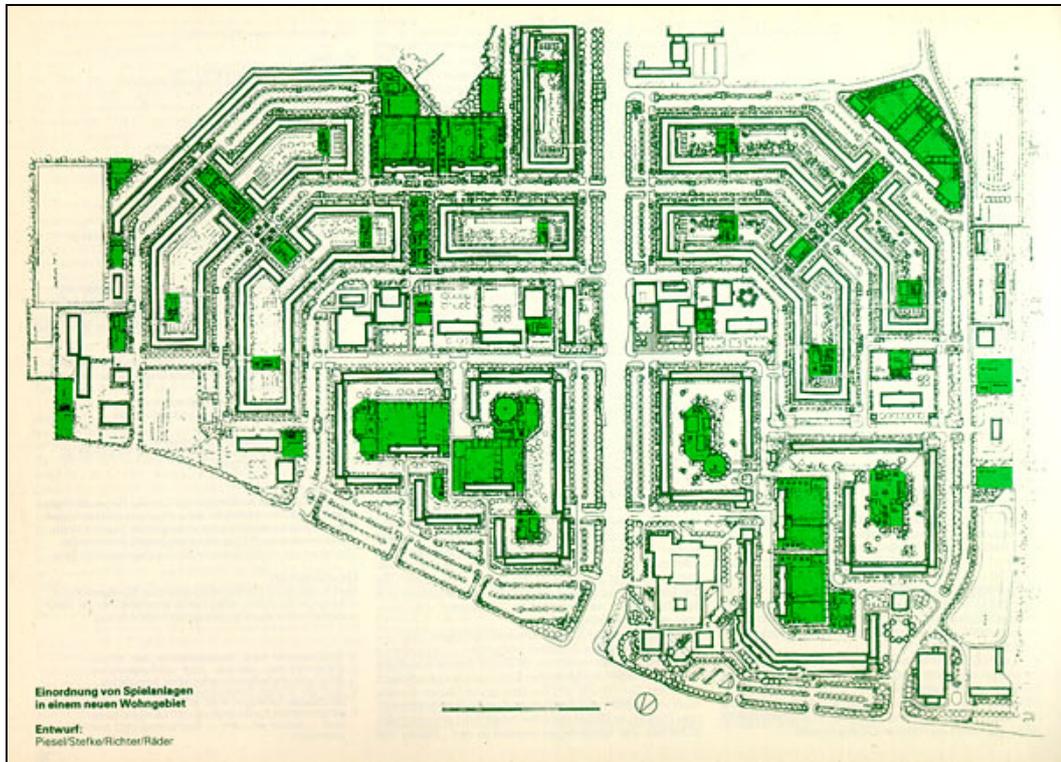


Figura 75: Plano da área residencial de “Hohenschönhausen” em Berlim Oriental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

As permissões de localização são conectadas com a edição das leis de uso das formas exteriores, como uma condição para a implantação e posteriores reformas de paisagens de lazer. Para todos, em ligação com as próprias manifestações políticas dos estados e honras culturais, desenvolveram-se poucas áreas verdes independentes, as quais, entretanto, por muito tempo puderam ser organizadas em planos urbanísticos de paisagens.

O Desenvolvimento das áreas livres urbanas de Berlim Ocidental aconteceu diferente e independentemente de Berlim Oriental. Em Berlim

(Ocidental) foi criado em 1948 um novo departamento principal para áreas verdes e construção de jardins, o qual *Fritz Witte* (1900 - 1972) foi o diretor desde sua implantação até 1965. Um ponto importante em seu trabalho foi o programa emergencial de recuperação do Tiergarten e de *Humboldthains*. Na parte do rio *Spree* que se encontra na cidade e os canais urbanos tiveram seus caminhos e portos transformados em áreas verdes. A partir de 1970, 150 km de 290 km de caminhos de água foram transformados em áreas verdes. (op. cit.)

Em 22 de agosto de 1949 a lei sobre planejamento urbano de Berlim foi destituída. Como planejamento parcial para o plano de utilização do solo foi previsto para esta lei o plano principal de áreas verdes, a qual foi elaborada em 1959, e em 1960 aprovada pela câmara dos deputados.

A reconstrução da cidade foi organizada, não através de áreas verdes particulares, entretanto através de coerentes redes de áreas verdes principais. Áreas verdes principais estão relacionadas com a possibilidade de coexistência destas com áreas de esportes, considerando as condições paisagísticas e localizações das conexões perdidas entre as paisagens.

Os principais caminhos verdes da cidade foram implantados entre três e quatro quilômetros de distância entre eles e puderam interligar o centro da cidade com o entorno. Até 1970 foi implantado plano principal de áreas verdes (figura 76), fundamento para o desenvolvimento de espaços livres. (op. cit.)



Figura 76: Plano Principal de Áreas Verdes de Berlim Ocidental.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

O sucessor no departamento no setor de áreas verdes e construção de jardins junto à secretaria de obras e habitação em 1966 foi *Norbert Schindler* (nasc. 1918). A partir de 1970, o plano de utilização do solo de 30 de julho de 1965 tornou-se a base para o desenvolvimento dos espaços livres. A

representação do planejamento principal das áreas verdes foi aceita, da mesma forma que os coerentes caminhos verdes urbanos foram abandonados. (op. cit.)

A compressão das áreas residenciais, no centro da cidade, deu-se em favor de uma nova classificação dos grandes núcleos habitacionais nos arredores da cidade. No centro da cidade as áreas saneadas foram especificadas em um volume de 56.000 residências. Um sistema de transporte de grandes dimensões pôde ligar grandes núcleos com áreas industriais e comerciais. O qual desencadeou um forte desenvolvimento de obras em construções residenciais, núcleos comerciais, obras de transporte e outras escalas de infra-estrutura, realizados em áreas livres, em especial áreas paisagísticas e utilizadas como pequenos jardins. A destruição das áreas livres na situação insular da Berlim Ocidental despertou freqüentes críticas.

Norbert Schindler tentou, em um atencioso trabalho em conjunto com a Universidade Técnica de Berlim, fortalecer o posicionamento das áreas livres. Enumeras leis foram emitidas nos anos 70: Lei de Tombamento de 30.12.1977, Lei das áreas de lazer infantil de 15.01.1979, Lei das áreas de bosques de 30.01.1979 e a Lei berlinense de proteção ambiental de 11.02.1979. Foram esclarecidos em extensão nacional o reconhecimento das conservações de jardins, os planejamentos paisagísticos, o Atlas ambiental, as regulações de interferência, os diversos tipos e modos de proteção, o plano de desenvolvimento de áreas de jogos e o programa de inserção de verde nos pátios. (op. cit.)

Em 1980, *Erhard Mahler* (nasc. 1938) tomou posse da diretoria do “Setor de Áreas Verdes e Construção de Jardins”. Em 1981 este setor foi renomeado como “Desenvolvimento Paisagístico e Planejamento de Espaços Livres”, pertencente a nova secretaria de Desenvolvimento Urbano e proteção ambiental“. O departamento de proteção da flora e o departamento da floresta nacional tornaram-se subordinados ao setor de “Desenvolvimento Paisagístico e Planejamento de Espaços Livres”.

Nos últimos 10 anos foram realizadas mudanças substanciais no planejamento de desenvolvimento da cidade. O prognosticado aumento da população para 2,6 milhões de habitantes pertencente ao plano de utilização do solo de 1965 teve que ser corrigido para 1,7 milhões de habitantes. (op. cit.)

Junto a isso, conduziu-se freqüente críticas sobre as grandes aglomerações no raio urbano, falta de saneamento no centro da cidade, um superdimensionamento do sistema de transportes (cidades automotivas), tal como o redescobrimto do urbanismo com sobrecarregamento da elaboração de planos de utilização do solo.

Com embasamento na lei de proteção ambiental, o programa de proteção das espécies foi compilado em 1984 ao plano de utilização do solo do programa paisagístico e introduzido continuamente como instrumento de planejamento. (op. cit.)

O programa paisagístico é um fundamento de autoridade obrigatória, necessário para requerimentos, escalas e projetos, para a realização de objetivos e princípios de proteção ambiental, conservação paisagística e organização das áreas verdes. Sobre o plano local, o plano paisagístico torna-se similar a um plano de obras através da ordem estatutária determinada e através disso geral e obrigatoriamente.

Para o melhoramento dos campos residenciais, em especial no interior dos simples edifícios, foi realizado, de 1983 a 1997, um programa municipal para inserção de verde em pátios telhados e fachadas.

Devido a Exposição Nacional de Jardins "*Bundesgartenschau*" em 1985, pode ser realizada a construção de um parque de lazer em *Britz* com 90 ha. de área. Este foi a primeira grande área de parque a ser construída após a construção do *Berliner Volkspark*, na década de 20. Devido a isso, cerca de 600.000 Berlineses dos bairros de *Neukölln*, *Tempelhof* e *Kreuzberg* encontraram lazer, pois desde 1961 foram impossibilitados de freqüentar a tradicional área de lazer em *Treptow* e *Köpenick*. (op. cit.)

A região da antiga estação de trem, "*Görlitzer Bahnhofs*", no bairro de *Kreuzberg*, foi transformada em parque de bairro com 14 ha. entre 1984 e 1987.

A partir de 1979 foram criadas condições de financiamento para auxiliar a inserção de monumentos de jardins e restabelecimento de históricos parques

públicos e privados, praças, jardins e cemitérios. Em especial na comemoração de 750 anos de Berlim em 1987 foram requalificadas diversas áreas verdes, inclusive zonas do Tiergarten, do *Schustherus-Park* como também do *Gutspark Britz*. (op. cit.)

A história dos espaços livres públicos em Berlim é bastante peculiar, devido a todo contexto histórico e geopolítico da cidade, com a interferência de conflitos e até mesmo das grandes guerras mundiais. Entretanto esses espaços encontram-se bem distribuídos por toda a cidade.

3.2.1. O TIERGARTEN

O Tiergarten é o mais antigo e o maior parque de Berlim. Este parque com cerca de 220 ha., guarda em seu nome as bases originais da destinação inicial dessa área que o comporta, visto que era o local destinado à caça. A sua transformação em parque remonta ao século XIX, passando a partir de então a designar as suas cercanias, finalizando por ser responsável pela denominação do bairro onde administrativamente encontra-se localizado.

A sua concepção paisagística original datada de 1818, deve-se ao paisagista *Peter Joseph Lenné* que a realizou a partir da influência vigente do modelo paisagístico inglês. É importante ressaltar a contribuição de outros paisagistas nas configurações sucessivas vivenciadas pelo Tiergarten, tais como:

Georg Wenseslaus Von Knobelsdorff (1742), *Justus Ehrenreich Sello* (1792) e *Willy Alverdes* (1950). (KUHBIER, 2000).

A história do Tiergarten encontra-se fortemente relacionada à história da estruturação urbana de Berlin, sendo palco de diferentes episódios vivenciados e ou protagonizados pela Alemanha. O parque comporta heranças históricas do singular desenvolvimento cultural, econômico e fundamentalmente social. O parque assumiu um significado inelutável para o patrimônio nacional.

A destinação dessa área como espaço livre encontra-se inserida num contexto histórico que remete a primeira metade do século XVI, particularmente aos príncipes *Joachim I* e *Joachim II*. O sítio do Tiergarten desde os primórdios foi marcado pela presença de bosques e cercados de áreas de uso agrícola, sendo um refúgio propício para animais e, de acordo com os costumes da nobreza, sendo, portanto adequado para a caça, especialmente para os príncipes de Brandenburgo. Durante 1640 e 1688 já se estabeleceram as primeiras alamedas, como por exemplo a *Grosse Queralle* e a *Jungfernalle*. (op. cit.)

Sob a regência de Frederico I, primeiro rei da Prússia, houve uma mudança radical nas formas e conteúdos de apropriação e destinação do Tiergarten, caracterizando o início de sucessivas mudanças que culminaram na transição de espaço destinado à caça para parque. Frederico II, o Grande, delegou a *Georg Wenzeslaus von Knobelsdorff* (1699-1757) a transformação do

Tiergarten em um "*Lustpark*", ou seja, um parque de contemplação, com caminhos e passeios para desfrute da população. (op. cit.)

No século XVIII, o Tiergarten já tinha um papel importante como área de lazer de vizinhança, porém ainda distante dos portões da cidade. Equipamentos, como tendas de lazer, foram implementados por volta de 1745 na *Kurfürstenplatz* e posteriormente na *Zeltenplatz*, caracterizando essa transformação. No final deste século foi considerado o ponto de partida desse estilo paisagístico. Entre 1786 e 1790 surgiu no Tiergarten a representação de elementos paisagísticos dos parques ingleses. (KROSIGK, 2001).

O desenvolvimento dos transportes nas propriedades entre o Palácio Residencial na ilha *Spreinsel* e o Palácio de *Charlottenburg*, como também mais tarde o Palácio *Bellevue*, foi relevante para o Tiergarten poder dentro de pouco tempo tornar-se acessível. Em função das técnicas de transporte como também outros aspectos representativos, logo no século XVIII revelou-se uma nova configuração do Tiergarten, como um público bosque de contemplação.

Em busca da concretização material dos "jardins ideais", *Peter Joseph Lenné*, a pedido de *Frederico Wilhelm III* implementou reformas na maior parte do Tiergarten entre de 1832 e 1839, mesmo considerando o plano estrutural barroco (figura 77). Compatíveis ao propósito de domesticação da natureza selvagem, os pântanos foram transformados em gramados e a vegetação foi devidamente estudada e podada, além da construção de espelhos d'água, tudo

dentro de uma proposta que valorizava espaços bem iluminados e esteticamente possíveis de serem contemplados. Essa proposta de *Lenné* que se materializou no Tiergarten prevaleceu até a segunda guerra mundial. (op. cit.)

O Tiergarten abrigou ainda e a partir desse período até a segunda guerra mundial, a memória prussiana representada por monumentos, bustos e estátuas de bronze e mármore, representando importantes personalidades (senhores, artistas e outros). Curiosamente essa fase de figuras e bustos do início do século, sucedeu a fase, também vivenciada pelo Tiergarten das figuras mitológicas que marcaram o período barroco.

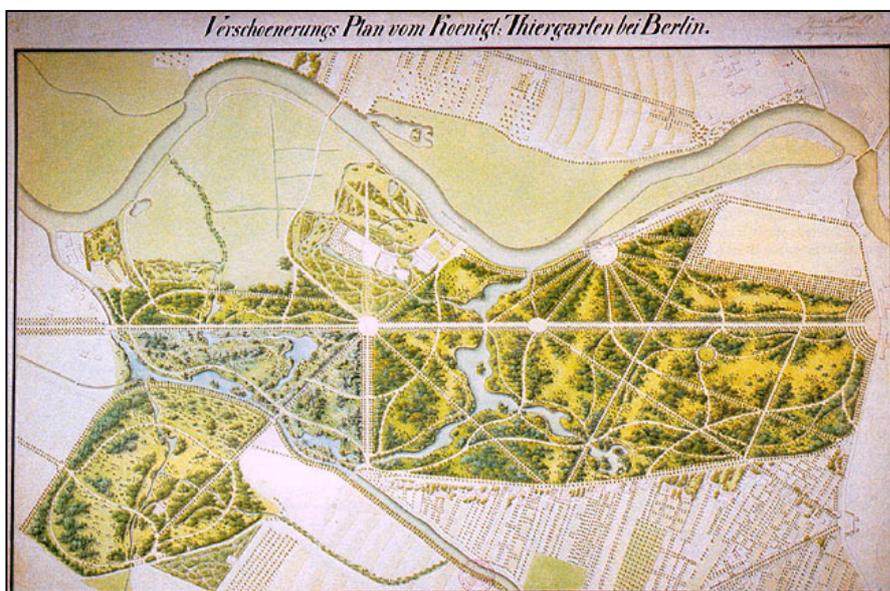


Figura 77: Plano de Ornamentação de Majestoso "Thiergarten", Berlim, 1832.

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>



Figura 78: Tiergarten, pintado por J.H. Stürmer, em 1835.

Fonte: Kuhbier, A. Berlin Grün. 2000.

Ao longo do século XIX, deu-se continuidade aos jardins artísticos até hoje, vivenciando-se modos singulares. Eles não se sedimentaram apenas nas multiplicidades de jardins históricos, como nele também estavam os seus melhores nomes da grande dinastia prussiana de paisagistas, e uma preciosa herança artística. Por sua localização e grandeza, mas também através da peculiaridade da forma como alamedas e locais de treinamento comportamental (figura 79), surgiram múltiplas relações com as áreas urbanas e paisagísticas no entorno.

Com o desmoronamento e dissolução da Monarquia, 500 anos de tradição do Tiergarten como *“königlichen Tiergarten”*, ou seja, como “Régio Tiergarten”, chegou ao fim, o qual correspondeu a um importante significado e desenvolvimento. Em função da nova forma de governo que foi estabelecida, o *“Reich”* (império), tem-se agora início uma nova fase do Tiergarten. (KROSIGK, 2001)



Figura 79: Representação do Tiergarten em um cartão postal por volta de 1900.

Fonte: <http://www.antiqupaper.de/images/big/berlintiergartenmaedchen.jpg>

A mais impactante intervenção no Tiergarten ocorreu a partir de 1937, realizada na Gestão de *Adolf Hitler* e através do arquiteto *Speer*, como na antiga “*Charlottenburger Chausee*”, a atual avenida “*Strasse des 17. Juni*”, passando de 27 metros de largura para 53 metros, ocasionando na retirada das fileiras de árvores localizadas nas margens da avenida. A antiga *Flanier-Meile* foi degradada pela construção do eixo viário principal, sendo o parque dividido em duas partes. (op. cit.)

Na Segunda Guerra Mundial, o parque foi radicalmente destruído. Muitas pessoas utilizaram as áreas para construir barracos como moradias, devido à perda de suas residências durante esse período (figura 80). O fim da guerra deixou o Tiergarten arroteado.

Os dados registrados após levantamentos efetuados acerca dos danos decorrentes de batalhas, bombardeios e desmatamento, e diferentes formas de ocupação, identificam a sobrevivência de apenas 700 árvores de 200.000 que existiam. As áreas onde ocorreram os desmatamentos foram ocupadas por plantações de batatas, dificilmente de acreditar por alguém que passa pelo parque atualmente (figura 81). Nos anos de 1945/46 muitas árvores que ainda restaram foram cortadas para servir de lenha para a população. (op. cit.)

Em 1949 teve início o processo de reflorestamento do parque, culminando em 1950 com a criação do “*Grünen Notpreogramm*”, um programa emergencial de reflorestamento (figura 82). Os monumentos e mobiliários só foram contemplados com ações de restauração e novas construções a partir de 1985 (op. cit.).



Figura 80: Devastação do Tiergarten e estabelecimento da população neste espaço no período da Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Krosigk, Klaus v., 2001.



Figura 81: Plantação de batatas e outros legumes e verduras no Tiergarten.

Fonte: Krosigk, Klaus v., 2001.



Figura 82: Primeiras árvores replantadas no Tiergarten após a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Krosigk, Klaus v., 2001.

Em 1992 foi realizado, através da concepção de *Axel Schultes*, o Projeto *Spreebogen*, referente ao desenvolvimento urbanístico nas margens do rio *Spree*, interferindo diretamente na qualidade do Tiergarten, predominando os aspectos públicos representativos. É importante ressaltar que essa idéia apesar de oportuna e bem recepcionada não era inteiramente inovadora, visto já ter sido contemplada em projeto concebido para esta área no século XIX.(KUHBIER, 2000).

Em seu 500 anos de história, o Tiergarten, sob diversos aspectos, esteve sempre ligado à representativa vida da Capital Nacional, Berlim. Os principais eventos da cidade de Berlim convergiam ao Tiergarten.

Após a segunda guerra mundial e durante toda a guerra fria, o Tiergarten continuou sendo um espaço de referência para os alemães. Situado na porção ocidental de Berlim, correspondendo a território da República Federal da Alemanha, incrustado como a Berlim ocidental na República democrática alemã, permeou toda a história dessa cidade partida, sendo um elo histórico de singular importância na memória alemã.

Na atualidade, com o fim da guerra fria e a reunificação da Alemanha, quando Berlim passa ser uma só, o papel e importância histórica desse espaço livre assume novas dimensões que ampliam a sua relevância.

Este parque é responsável pela articulação entre os centros leste e oeste da cidade (figura 83), permanecendo, a despeito da diversidade e número de parques existentes em Berlim atualmente, o Tiergarten continua sendo o parque de maior representatividade para a cidade.

Em função do desenvolvimento urbanístico e histórico de Berlim, o parque localiza-se hoje em uma área cercada por embaixadas de diversos países (figura 84), pelo Parlamento Alemão (*Reichstag*) (figura 85), pela Residência do Presidente (*Schloss Belevue*) (figura 86), pelo Portal de Brendenburgo (*Brandenburger Tor*) (figura 87), além da Casa da Cultura dos Mundos (*Haus der Kultur der Welt*) (figura 88), e do Zoológico de Berlim (*Zoologischer Garten*) (figura 89), além da presença de residências e alguns edifício empresariais e de comércio (figura 90).

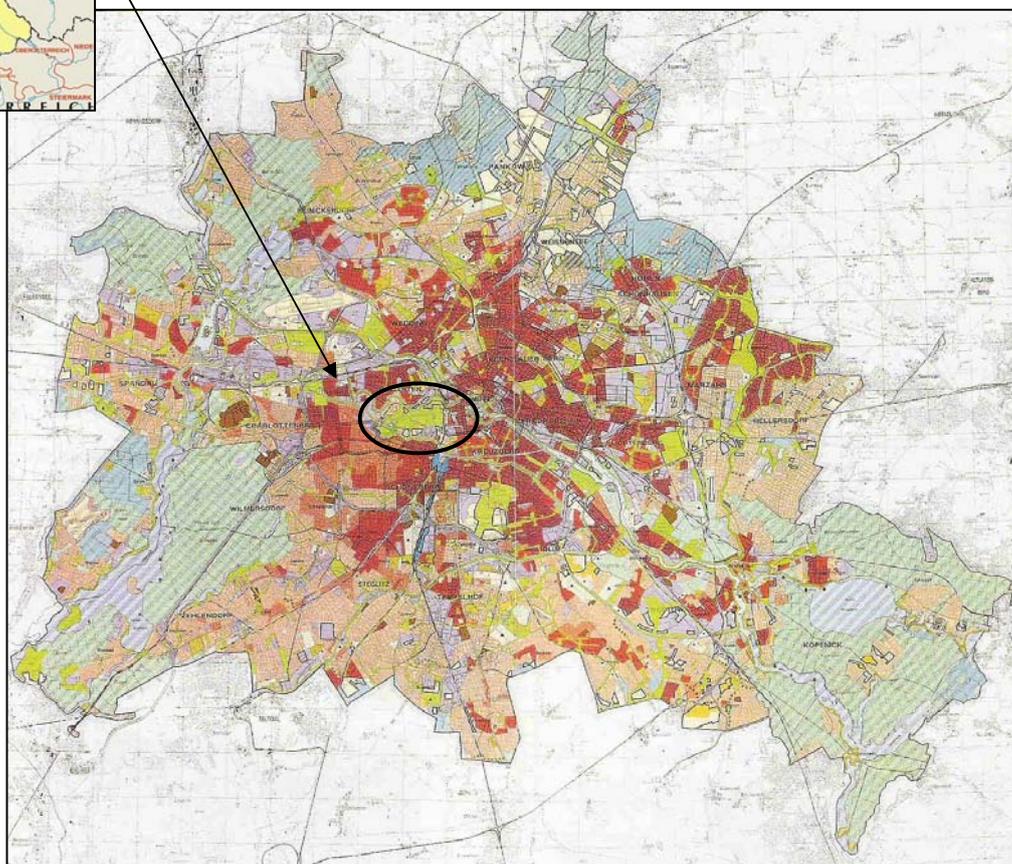
No centro do Tiergarten encontra-se o chamado *Siegsäule* (figura 91), ou seja, a Coluna da Vitória²⁹. O parque está em contato direto, ao norte, com o principal rio de Berlim, o *Spree*. Este é constituído por pequenos cursos d'água, grupos de árvores estabelecidos em áreas gramadas, lagos com pequenas ilhas, inúmeras pontes e alamedas. Também se encontram os "*Biergartens*, ou seja, pequenos bares ao ar livre, presentes em diversos pontos do Tiergarten".

29 É situada sobre a praça da "*Grosser Stern*" (Grande Estrela). Ela foi construída de acordo com os planos de *Johann Heinrich Strack*. A coluna foi criada em 1873 para celebrar as vitórias de *Bismarck*. Celebra a vitória da Prússia sobre a Dinamarca em 1864 e a Áustria em 1866 e a França em 1870-1871. Situava-se na origem na frente do *Reichstag* sobre o *Konigsplatz* (o atual *Platz der Republik*, ou Praça da República). Foi deslocada pelos Nazistas em 1938.

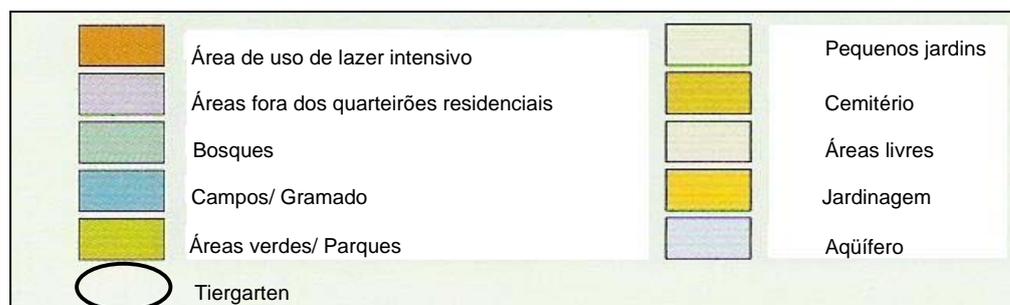
Figura 83: Localização do Tiergarten, Berlim, Alemanha.



Mapa da Alemanha
Fonte: Senatsverwaltung
für Stadtentwicklung, 2003.



Mapa de Berlim com destaque
para o Tiergarten
Fonte: Senatsverwaltung für
Stadtentwicklung, 2003.



Panorama geral do Tiergarten e principais equipamentos em seu entorno



Figura 90: Edifício comerciais e residenciais.
Fonte: Mariana Zerbone, 2003



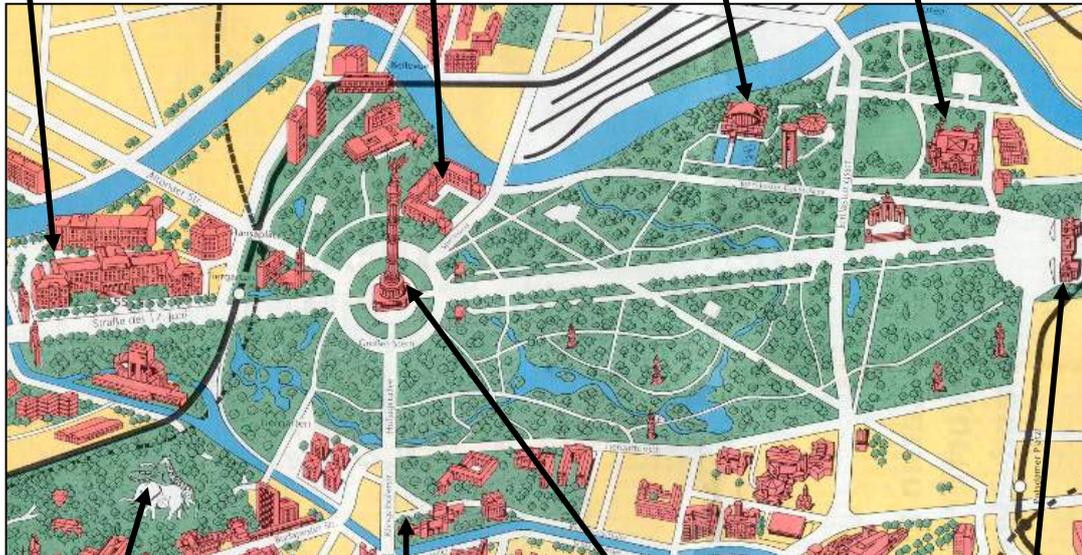
Figura 88: *Haus der Kultur der Welt*.
Fonte: Gevson Andrade, 2003



Figura 85: Bellevue
Fonte: Mariana Zerbone, 2003



Figura 85: Reichstag
Fonte: Mariana Zerbone, 2003



Fonte: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003.



Figura 89: *Zoologischer Garten*.
Fonte: Mariana Zerbone, 2003



Figura 84: *Embaixada da Espanha*
Fonte: Gevson Andrade, 2003



Figura 91: *Siegessäule*.
Fonte: ann.ledoux.free.fr



Figura 87: *Brandenburger Tor*.
Fonte: Mariana Zerbone, 2003

Este grande parque urbano, como um “pulmão verde” da cidade, é um ponto de atração de pessoas, as quais utilizam-se deste para as mais diversas atividades, nas diferentes épocas do ano. Devido às condições climáticas de Berlim os usos são realçados no verão, entretanto, não são inexistentes nas outras estações.

No verão³⁰ o Tiergarten passa a ter os mais diversos usos. Nesta época do ano as pessoas costumam ir ao parque, principalmente após o trabalho, para tomar banho de sol, passear com o cachorro, andar de bicicleta (figura 92), para relaxar (figura 93), namorar, ler um jornal e também para praticar algum esporte, quer seja apenas uma caminhada, como também correr, jogar vôlei, entre outros.

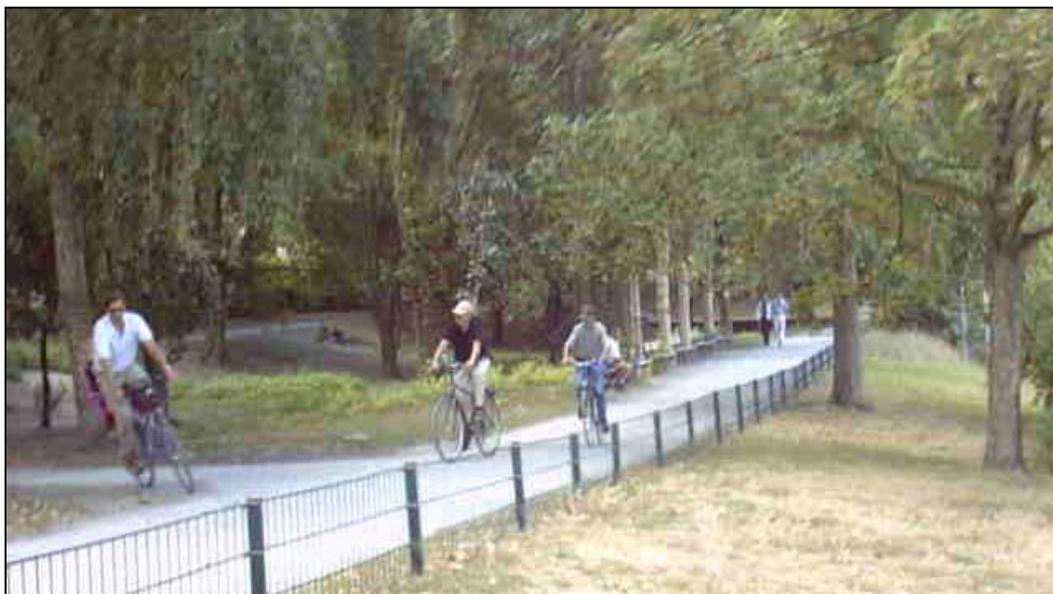


Figura 92: Passeio de Bicicleta no Tiergarten, no verão.

Fonte: Gevson Andrade, 2003.

³⁰ No verão em Berlim as temperaturas são mais elevadas, chegando a mais de 30° C. O sol permanece no céu por mais de 12 horas por dia, sendo este um fato relevante para uma maior quantidade e intensidade de atividades realizadas no Tiergarten.



Figura 93: Pessoas relaxando no Tiergarten, no verão.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

O parque, no verão, é percebido pela população como uma área onde é possível o contato com verde, com o ar puro, com animais, ou seja, com a natureza, proporcionando uma tranquilidade e uma liberdade, em meio às condições contrárias oferecidas por uma metrópole como a cidade de Berlim. No entanto outras atividades são exercidas ao longo da extensão do Tiergarten. Nesta época do ano, no Tiergarten, são percebidas diversas atividades coletivas, este parque passa a ser um local de reunião da família, de crianças e de amigos.

Por exemplo, nos “*Biergartens*” (figura 94), contam com um grande contingente de pessoas no verão. Esses bares tornam-se pontos de encontro para um “*Happy Hour*”, na maioria das vezes entre amigos, a fim de beber

alguma coisa refrescante, tradicionalmente a cerveja, mas também são ofertados outros tipos de bebida e de comida. Esta prática se estende até a anoitecer.



Figura 94: Biergarten no verão

Fonte: Mariana Zerbone, 2003

A realização de churrascos no parque é outra prática que se destaca no verão (figura 95). O parque torna-se uma grande área para efetivação desta prática, mesmo esta sendo legalmente proibida. A realização dessa prática, realização de churrasco é fonte de conflitos e razão de medidas disciplinares por parte do poder público e gestores do parque, iniciando com conflitos de interesses entre usuários e impactos ambientais em virtude dos riscos decorrentes das brasas utilizadas e provenientes das churrasqueiras causam degradação da grama (figura 96), além de poder ocasionar queimadas, gerando

grande prejuízo para a administração e para o meio ambiente.
(SENATSVERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG, 1995).



Figura 95: Realização de churrascos no Tiergarten no verão.

Foto: Gevson Andrade, 2003.



Figura 96: Conseqüência dos churrascos no Tiergarten: gramado queimado.

Fonte: Gevson Andrade, 2003.

Os usuários do parque também costumam fazer piquenique, ou seja, várias pessoas se juntam para fazer em lanche no parque, tanto em mesas portáteis, quanto em toalhas forrando o gramado. Outra prática freqüente nesta época do ano é o passeio de barquinhos nos cursos d'água (figura 97), os quais estão disponíveis para aluguel em alguns pontos do Tiergarten.



Figura 97: Passeios de barco nos cursos d'água do Tiergarten, no verão.

Foto: Mariana Zerbone, 2003.

Essas práticas existentes no verão se antecipam na primavera em menor quantidade, devido as menores temperaturas. Entretanto é nesta época que o parque esbanja sua maior beleza, é quando as flores decoram o parque, tanto as flores nas árvores, quanto os jardins ornamentados existentes ao longo do parque (figura 98).



Figura 98: Jardins floridos no Tiergarten, na primavera.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

No outono o parque encontra-se coberto de folhas, com temperaturas mais baixas, porém mesmo assim algumas práticas são realizadas, principalmente caminhadas, corridas, passeios de bicicletas ou com animais.

A queda das folhas das árvores merece uma atenção especial da administração do parque nesta época do ano, pois caso não haja a limpeza correta do parque, as folhas passam a ser um empecilho para as pessoas que usam o Tiergarten. Isto ocasiona em um gasto elevado nesta época do ano. Em alguns momentos a administração do parque não é suficiente para a limpeza das folhas que caem no outono, com isto, as ONG se mobilizam com a finalidade de limpeza do parque, e além disto protestam contra a administração (figura 99).



Figura 99: Movimento realizado por uma ONG para a limpeza no parque no outono.

Fonte: Mariana Zerbone, 2002.

Poderia se pensar que no inverno, em função das condições adversas (baixíssimas temperaturas, neve, áreas congeladas), as práticas seriam inexistentes. Mas não é isso que acontece, algumas práticas permanecem em menor intensidades e outras práticas surgem. Por exemplo, durante esta época algumas pessoas continuam a fazer suas corridas (figura 100) e caminhadas (figura 101), porém as práticas mais frequentes são as atividades na neve e no gelo. Muitas vezes os pais levam seus filhos para o parque com a finalidade de brincar em trenós próprios para as crianças, para fazerem bonecos de neve e patinar nos lagos congelados, entretanto, estas práticas não se restringem apenas às crianças, podendo abranger todas as idades.

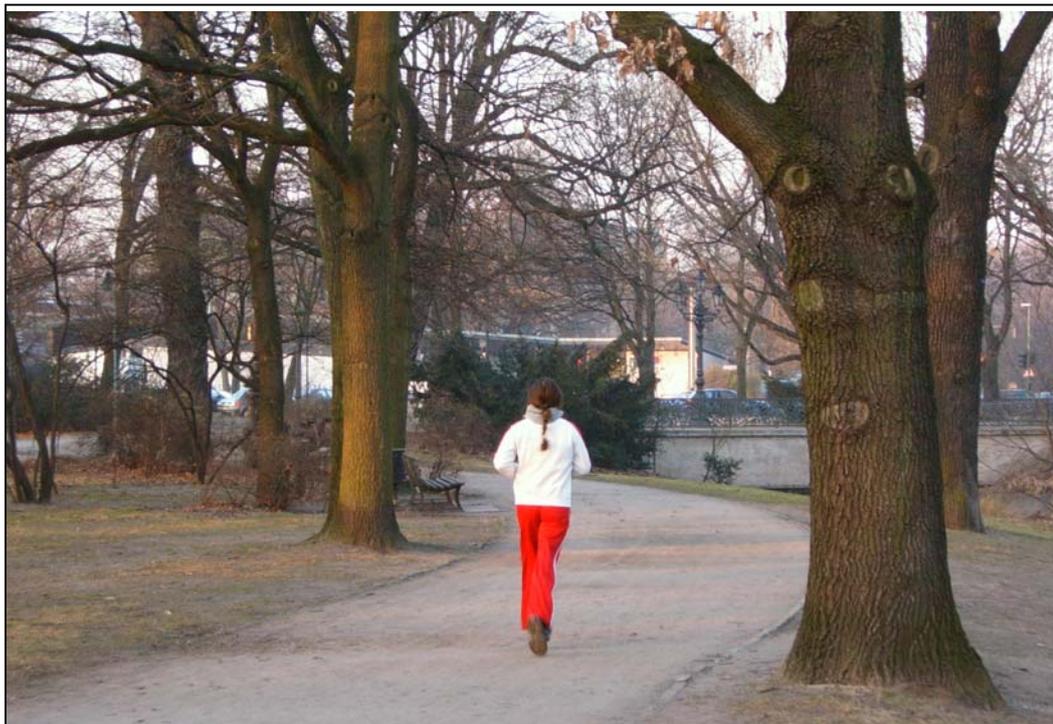


Figura 100: Prática de esportes no Tiergarten no inverno – corrida.

Fonte: José Augusto Menezes, 2005.



Figura 101: Pessoas passeando no Tiergarten no Inverno.

Fonte: Mariana Zerbone, 2002.

O parque, durante todas épocas do ano, porém com menor intensidade no inverno, possui áreas onde as pessoas freqüentemente as utilizam para cortar caminho e chegar no seu destino mais rapidamente, tal como a Universidade Técnica de Berlim (T.U.), Casas de Estudantes, importantes centros comerciais da *Ku'damm*³¹ e da *Potsdamer Platz*, além de estações de metrô (subterrâneos e de superfície), onde se destaca a grande estação “*Zoologischer Garten*”³² (figura 102).

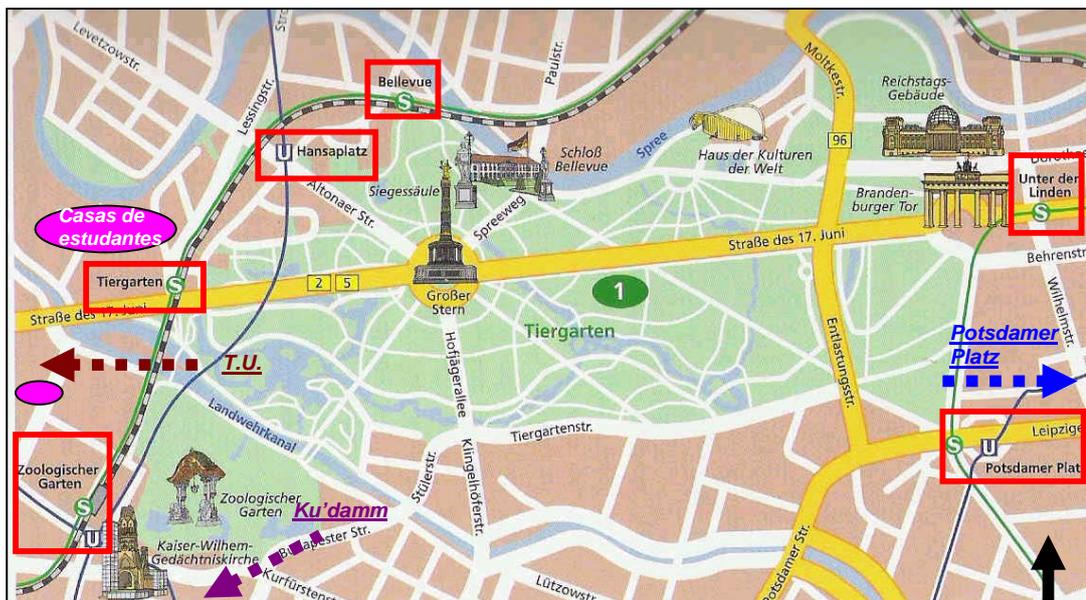


Figura 102: Estações de metrô, comércio e residências estudantis no entorno.

Fonte: Kuhbier, 2000. (modificado)

A presença de territorialidades pode ser percebida em diversas partes do Tiergarten. Na maioria das vezes, a formação desses territórios acontece em função da disposição dos equipamentos urbanos que circundam o parque, e do

³¹ A *Ku'damm* ou *Kurfurstendamm* é uma grande e representativa avenida da cidade de Berlim devido ao comércio presente em toda sua extensão, principalmente importantes lojas renomadas, conhecidas internacionalmente.

³² A estação de Trem e Metrô “*Zoologischer Garten*” é a principal estação de Berlim, é onde convergem diversas linhas de metrô de diversas partes da cidade, além das linhas de trem provenientes de diversas partes da Alemanha.

mobiliário distribuído ao longo do Tiergarten, relacionados diretamente com a identificação dos grupos com os espaços e suas ações. As territorialidades existentes no parque são bastante diversificadas, e na maioria das vezes são sazonais, existem em períodos diferentes, principalmente entre o dia e a noite, e estações do ano. As territorialidades no Tiergarten não são tão diferentes entre os dias da semana e os finais de semana, mas isto não significa que elas não existam.

É possível perceber a presença de grupos distintos no parque, responsáveis pela formação de territórios, mesmo estes podendo ser flexíveis: prostitutas, homossexuais, estudantes, turistas, crianças, entre outros (figura 103).

A presença de prostitutas é bem evidente no Tiergarten, acontece no período da noite, no trecho oeste da avenida “*Strasse des 17. Juni*” (figura), larga e extensa avenida esta que corta o Tiergarten, atendendo às pessoas que cruzam esta via de carro (figura 104). O comparecimento das prostitutas na avenida independe da estação do ano, porém intensifica-se no verão.

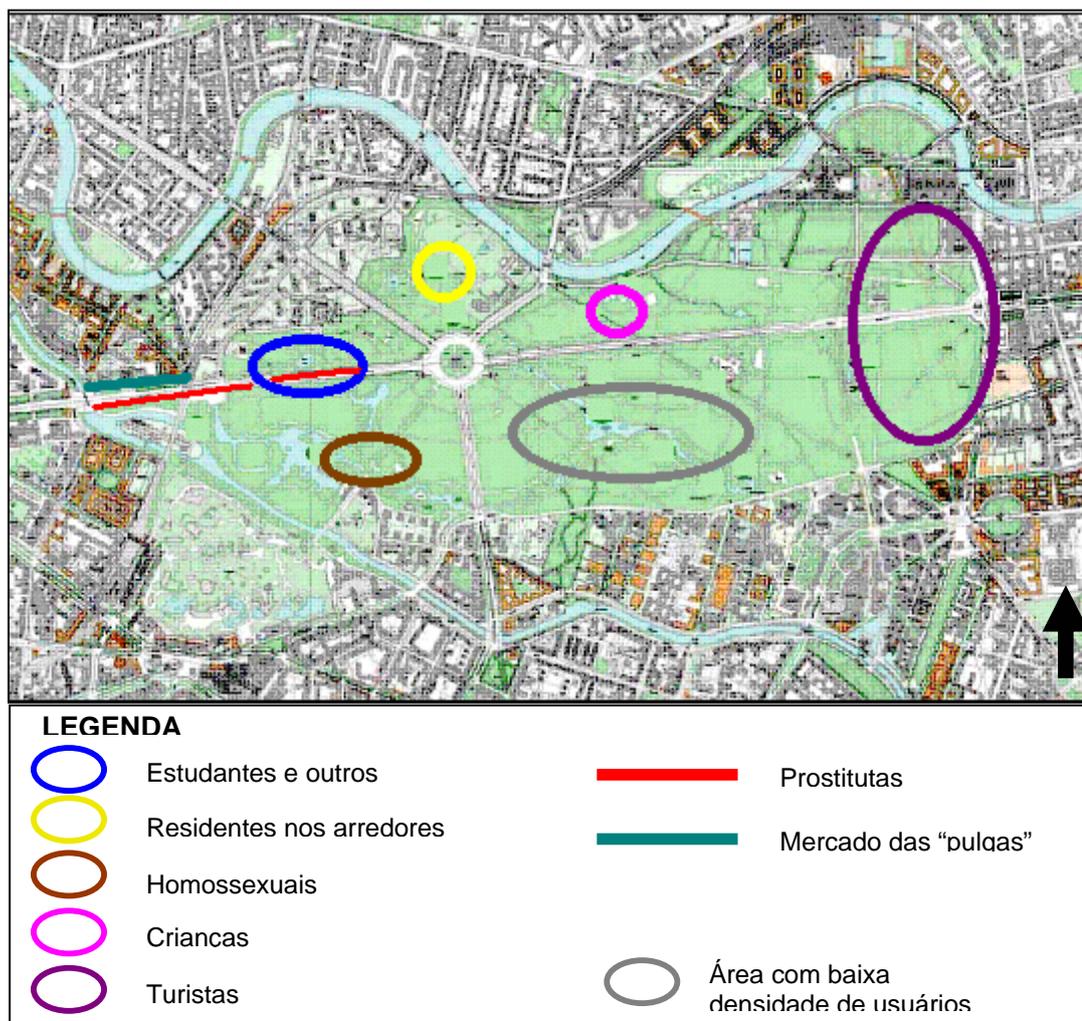


Figura 103: Identificação dos territórios no Tiergarten

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de> (modificado)



Figura 104: Panorama da Avenida "Strasse des 17. Juni".

Fonte: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de>

Também na parte oeste avenida, "Strasse des 17. Juni", todos os sábados e domingos, em um período de seis horas acontece o "Flohmärkte", ou seja, o "mercado das pulgas", às margens do Tiergarten (figura 105). Nesse "Flohmärkte" é possível encontrar antiguidades, artigos de arte e raridades. Esse mercado é freqüentado por pessoas que vivem nas proximidades, além de pessoas de toda a cidade e também por turistas.



Figura 105: “Mercado das Pulgas” às margens do Tiergarten.

Fonte: Mariana Zerbone, 2003

O Tiergarten também conta com a presença de crianças em vários pontos do parque, porém a presença delas se concentra nos parques infantis localizado na porção centro-norte do Tiergarten (figura 106). Esses parques são constituídos por balanços, escorregadores e outros brinquedos infantis, e são utilizados durante todo ano, principalmente pelas crianças residentes nas proximidades do Tiergarten.

Na parte leste do Tiergarten há uma grande incidência de turistas durante todo ano, visto que, nesta parte do parque estão localizados equipamentos de

grande importância para história de Berlim e da Alemanha, tais como o Portal de Brandemburgo, monumentos que representam os “heróis” da Prússia e de Berlim (figura 107), além dos edifícios oficiais como o “*Reichstag*”, além de outros atrativos como a “A Casa da Cultura do Mundo”, e a *Potsdamer Platz* (figura 108), o mais moderno centro comercial e empresarial de Berlim.

Todos esses equipamentos localizados no parque e nos seus arredores são relevantes pontos turísticos da cidade de Berlim, ocasionando numa intensa circulação de turista nesta parte do Tiergarten, pois nesta área do parque as pessoas costumam ir de um ponto ao outro percorrendo o parque.



Figura 106: Parque infantil presente no Tiergarten.

Fonte: Mariana Zerbone, 2002.



Figura 107: Memorial Soviético no Tiergarten.

Fonte: Mariana Zerbone, 2002.



Figura 108: Potsdamer Platz no centro e o Tiergarten à direita.

Fonte: <http://dana.ucc.nau.edu/~cae22/Bilder%20PP.htm>

Na parte oeste do Tiergarten há uma forte presença de estudantes visto que esta área do Tiergarten encontra-se nas proximidades da Universidade Técnica de Berlim (figura 109), e de grandes complexos de residências estudantis. Com isso, os usos neste local do parque há concentração de jovens que costumam praticar esportes nos seus tempos livres (individual ou coletivamente), cortar caminho, tanto a pé quanto de bicicleta para chegar na universidade e em suas residências. Esses usos se intensificam durante o dia e durante o período de aula, visto que grande parte desses estudantes não são naturais de Berlim, com isto, no período de férias eles retornam à suas cidades ou países de origem.



Figura 109 Universidade Técnica de Berlim (direita), a avenida “*Strasse des 17. Juni*” (esquerda), e o Tiergarten (ao fundo).

Fonte: http://www.survey.tu-berlin.de/Gif-Bilder/uni_2.jpg

Na porção sudoeste do Tiergarten observa-se a presença de grupos homossexuais. Estes correspondem a uma grande fatia da população de Berlim, sendo considerada a capital homossexual da Europa. Esta parte do parque costuma ser local de encontro de homossexuais, para o namoro e a paquera, além da prática de esportes e banhos-de-sol no verão, onde se encontram *seminus*, visto que esta é uma área menos freqüentada do parque, por conta do seu adensamento arbóreo e distanciamento de grandes equipamentos. Um ponto que se destaca pelo encontro de homossexuais é a “*Löwenbrücke*”, ou seja, a “ponte dos leões” (figura 110). Esta parte do Tiergarten é conhecida como “*schwule Dreieck*” (três esquinas homossexuais), ou seja, área de convergência homossexual.



Figura 110: “*Löwenbrücke*”, ou “ponte dos leões”

Fonte: Kuhbier, 2000.

Ao norte no Tiergarten percebe-se a presença da população que habita nas proximidades. Esta parte do parque é composta por jardins floridos e conjuntamente com bancos para a contemplação (figura 111). Com isto, observa-se que os usuários dessa área do parque costumam freqüentá-la para contemplar os jardins, para ler um jornal, namorar e também para fazer sua caminhada diária.



Figura 111: Jardim floridos no Tiergarten, na primavera.

Fonte: Gevson Andrade, 2003

No sudeste do Tiergarten percebe-se a baixa densidade de usuários do parque, em sua maioria, as pessoas que se encontram nessa área estão fazendo caminhadas ou cortando caminhos, ou seja, em trânsito.

No período da noite o Tiergarten não é muito utilizado por conta da pouca luminosidade existente no parque, havendo postes de iluminação apenas nos caminhos que cortam o parque, não oferecendo muita segurança para os transeuntes (figura 112).

Entretanto, no verão, por anoitecer mais tarde do que no restante do ano e pelas temperaturas mais agradáveis, algumas pessoas costumam a freqüentar o Tiergarten em grupos para a realização de “Luau”, ou seja, piqueniques noturnos, mas precisam de auxílio para a iluminação, como velas e lanternas, devido a pouca iluminação no parque.

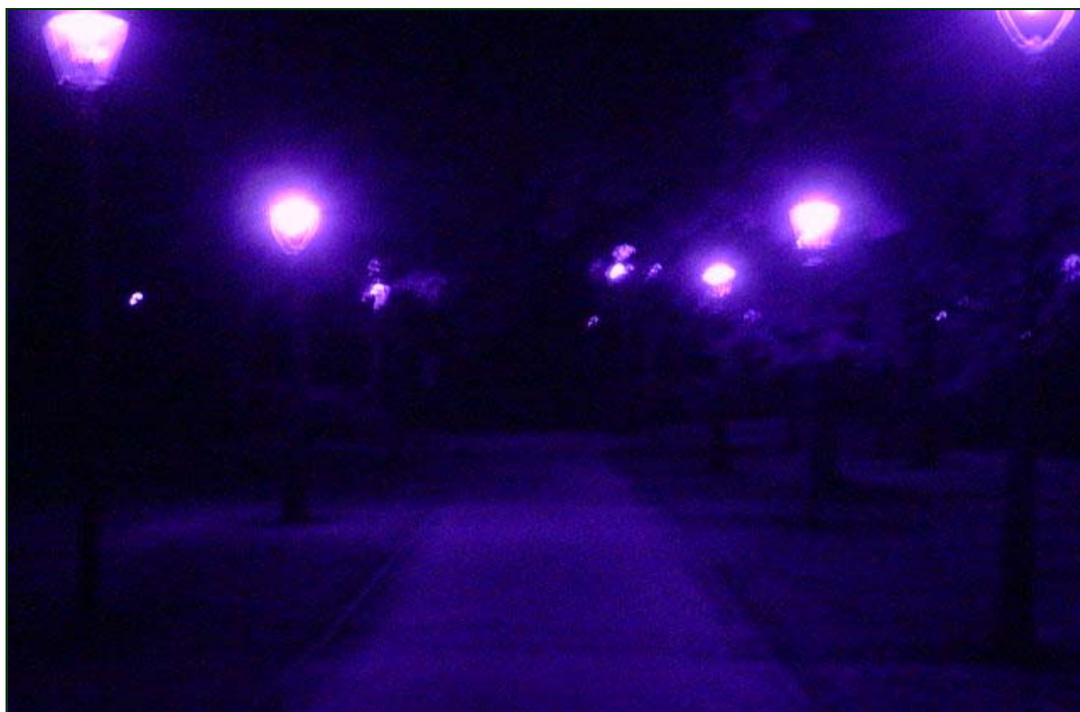


Figura 112: Tiergarten à noite

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

Além disto, durante o ano o Tiergarten é palco de grandes eventos, como por exemplo, a “*Love Parade*”³³ (figura 113) e a Maratona Internacional de Berlim (figura 114). Esses eventos acontecem na avenida “*Strasse des 17. Juni*”. A “*Love Parade*”, por exemplo, ocorre na avenida desde 1996, anteriormente era realizada na avenida *Kurfürstendamm*. A Maratona tem o ponto de partida na avenida, mas percorre outras partes da cidade.



Figura 113: Tiergarten como palco de grandes festividades: *Love Parade*

Fonte: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003.

A “*Love Parade*”, apesar de ser um importante evento para a cidade de Berlim, devido ao grande contingente de turistas provenientes de várias partes da Europa, é responsável por um grande problema para a administração do parque. Com a realização deste evento o Tiergarten recebe uma quantidade de

³³ A “*Love Parade*” é um dos mais tradicionais eventos de música eletrônica do mundo, realizada em Berlim desde 1989, com a presença de 1,5 milhão de pessoas por ano.

peças acima da sua capacidade, havendo uma forte degradação do gramado que cobre o parque. (figura 115)



Figura 114: Tiergarten como palco de grandes festividades: Maratona Internacional de Berlim

Fonte: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 2003.



Figura 115: Tiergarten durante a "Love Parade"

Fonte: Gevson Andrade, 2003

O acúmulo de lixo é tamanho, desde embalagem de alimentos, garrafa e latas de bebidas, até preservativos. Mesmo sendo apenas um dia de evento por ano, a “*Love Parede*” tem sido alvo de discussão entre a administração do parque e a prefeitura de Berlim com a finalidade da suspensão do evento na cidade, transferindo-o para outras cidades da Alemanha.

Outro problema que assola o Tiergarten é a segurança. Mesmo havendo policiamento (figura 116), há caso de estupros no parque. Isso acontece devido a sua grande extensão, com a presença de áreas “desertas”, com pouco fluxo de transeuntes, e a ennumera quantidade de árvores que escurecem os locais (figura), tornando-se esconderijos para os estupradores, favorecendo esses casos.



Figura 116: Presença de policiais no Tiergarten

Fonte: Mariana Zerbone, 2003.

O maior parque de Berlim, o Tiergarten, é para os berlinenses um local de convivência direta com a natureza e com o lazer. É uma área bastante arborizada, voltada para a prática de esporte, de exercícios físicos, de contemplação, de culto a natureza, de turismo, de festividades, as mais diversas práticas reunidas em um grande parque, estando estas inter-relacionadas ou independentes.

O Tiergarten reflete uma parte do cotidiano da cidade de Berlim, este é um local de convergência da cidade, local de grandes e pequenos eventos, os quais se modificam e se adequam ao longo de sua existência, de acordo com a necessidade da população.

Entretanto, o Tiergarten não é só beleza e bem-estar, pois por fazer parte de uma grande metrópole como Berlim, torna-se quase impossível a inexistência de problemas e conflitos. Esses existem, problemas com a conservação do parque, com a segurança, além de conflitos entre a administração e a população.

3.3. TIERGARTEN E 13 DE MAIO: PARQUES URBANOS?

A análise desse dois parques urbanos possibilita identificar diferenciações e semelhanças em vários aspectos, mobilizando alguns questionamentos acerca deste assunto: Como os parques urbanos são articulados nas suas origens e paulatinamente como dialogam com os espaços das cidades que os abrigam? Quais as transformações e permanências que se identificam em suas

configurações espaciais? Como se comportam os processos, as formas e seus conteúdos? Como as práticas, territorialidades e territórios os configuram? Quais as estruturas que os suportam? Que funções eles exercem ao longo da história para o espaço e para a sociedade a que estão afetos? Como os parques urbanos se apresentam em âmbito global e local?

Esses questionamentos são de grande importância para a reflexão sobre parques urbanos. Por exemplo, como o 13 de Maio, com apenas 6,9 hectares, pode ser comparado com o Tiergarten, com 210 hectares? O Parque 13 de Maio é literalmente denominado de parque, mas para muitos habitantes da cidade do Recife este é percebido como uma praça, enquanto que o Tiergarten é classificado como tal, mas a tradução do seu nome significa “Jardim dos animais”.

Ao analisar os equipamentos presentes nos parques, como o Tiergarten e o 13 de Maio percebe-se semelhanças, entretanto algumas características são específicas de cada um. Os usos podem ser comparados se forem classificados como lazer, entretanto se forem analisados mais profundamente, percebe-se uma diferenciação, não só da tipologia dos usos como também da temporalidade. Sendo assim, será que ambos podem ser considerados e classificados como parques urbanos, ou como outro tipo de espaço livre público?

Ambos os parques estudados encontram-se em áreas centrais, cercados por importantes instituições para suas respectivas cidades, possuem um

considerável fluxo de pessoas de acordo com as temporalidades respectivas a cada um, são palco de várias festividades e eventos sociais, são compostos por elementos e mobiliários em comum, como por exemplo, lagos, parques infantis, bancos, jardins, monumentos, estátuas.

As práticas exercidas em ambos são semelhantes, as pessoas utilizam esses espaços para o lazer, praticar esportes, para cortar caminhos, ou apenas para contemplação. Entretanto essas práticas estão de acordo com a cultura de cada local.

Porém cada parque possui peculiaridades, no 13 de Maio, pode-se encontrar mesas para jogos, um minizoológico, uma administração no próprio parque, a presença de ambulantes vendendo lanches e brinquedos, possuir algumas restrições ao acesso, tal como a entrada de cães, e um gradeado cercando o parque com alguns acessos que são fechados à noite. Já o Tiergarten possui alguns bares localizados no interior do parque, alugueis de barcos para passeio, pessoas fazendo churrasco, mas o acesso é livre tanto em relação aos animais, quanto ao período do dia, não havendo grades cercando o parque.

Cada parque está inserido em uma estrutura, primeiramente pertencem a cidades diferentes, países, continentes diferentes. As legislações não são as mesmas, o sistema político não é o mesmo, nem o clima, nem a vegetação. As

histórias são distintas, tanto a história particular do parque, quanto a história das cidades em que estão inseridos. As tradições, os costumes, não são iguais.

A partir da análise de parques como o 13 de Maio e o Tiergarten, o que se percebe é que a cultura é o principal fator para a configuração espacial de um parque urbano, não anulando a importância do sítio, da localização e da intervenção de um poder dominante.

A história e o uso do termo 'cultura', termo excepcionalmente complexo, podem ser estudados em Kroeber e Kluckhohn (1952) e Williams (1958 e 1976). Teve início como nome de um processo, ou seja, cultura como cultivo de vegetais ou a criação e reprodução de animais, e por extensão, cultura como cultivo ativo da mente humana. Porém no século XVIII, particularmente no alemão e no inglês, a cultura teve o sentido de configuração ou generalização do espírito que informava o modo de vida global de determinado povo. Herder (1784-91) foi o primeiro a empregar o significativo plural, 'culturas', para intencionalmente diferenciá-lo de qualquer sentido singular ou unilinear de 'civilização'. (WILLIAMS, 1992).

A dificuldade do termo é óbvia, mas pode ser encarada de maneira proveitosa como resultado de formas precursoras de convergências e interesses. Pode-se destacar duas formas principais: a) ênfase no espírito de vida formador de um modo de vida global, manifesto por todo âmbito das atividades sociais, porém mais evidente em atividades 'especificamente culturais', uma certa

linguagem, estilos de arte, tipos de trabalho intelectual; b) ênfase em uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais. (op. cit).

Cada uma dessas posições representou uma forma de convergência de interesses, exemplificada de maneira notável pelo próprio termo cultura, como sua constante e ampla gama de ênfases relacionais. Porém, nas obras contemporâneas, embora cada uma das posições anteriores ainda se mantenha e seja praticada, vai-se tornando evidente uma nova forma de convergência. Esta possui muitos elementos em comum com b), em sua ênfase na ordem social global, mas dela difere por sua insistência em que a 'prática cultura' e a 'produção cultural' não procedem apenas de uma ordem social diversamente construída, mas são elementos importantes em sua constituição. Por outro lado, ela participa de alguns elementos de a), em sua ênfase em práticas culturais como constitutivas. Em vez, porém, do 'espírito formador' que se afirma, criava todas as demais atividades, ela encara a cultura como sistema de significações mediante a qual necessariamente uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada. (op. cit).

Ao observar o número de evidências das relações de produções culturais com o grande número de sociedades e períodos históricos diferentes, seria insensato adotar como construto teórico algum esquema explicativo universal ou geral para as relações necessárias entre 'cultura' e 'sociedade'. (op. cit).

A interação entre os 'produtores culturais' e as 'instituições' estão sempre presente no 'movimento cultural'. Essa ligação é evidente, visto que, as instituições, individualmente, não produzem cultura e os produtores culturais são regidos também pelas normas institucionais, é necessário que haja uma inter-relação. As instituições podem aqui ser compreendidas como governamentais ou privadas, enquanto que os produtores culturais são os indivíduos, os autores.

Mas percebe-se que, com as formas de organização e de auto-organização parecem muito mais próximas da produção cultural do que apenas lidar com as instituições gerais e suas relações típicas. Essa organização está diretamente ligada às relações sociais e as práticas sócio-espaciais.

Afastamentos significativos das regras, ou os casos contrários de crescente formalização e rigidez das regras, podem estar freqüentemente relacionados com períodos de mudança ou de crise nesse relacionamento geral. (WILLIAMS, 1992).

Ao se analisar as formações culturais deve-se atentar tanto para os aspectos históricos internos e externos, quanto para as diferenças individuais em seu interior. O desenvolvimento das técnicas influi diretamente na produção da cultura, isso se reflete como reprodução cultural, ou seja, há uma imposição da cultura dominante sobre a dos dominados, podendo ou não haver conflitos.

Uma 'cultura' em seu nível mais geral, jamais é uma forma em que as pessoas estão vivendo, num certo momento isolado, mas sim uma organização, de passado e presente, necessariamente provendo seus próprios tipos de continuidade. (WILLIAMS, 1992).

A forma pode ser totalmente reproduzível, mas as ações, as práticas presentes em um espaço são únicas, influenciam a cultura desse local. Este exemplo pode ser entendido aos parques urbanos, a forma deste pode ser uma reprodução de um parque existente em outro sítio, mas o que irá determinar as funcionalidades cotidianas de um parque são as práticas sócio-espaciais, as quais possuem características da cultura desse local.

Inicialmente esses parques podem ter sido pensados e projetados para determinada função, contendo diversos sistemas de significações, políticas, econômicas, sociais, entre outros. Mas em função de outros aspectos, os parques urbanos podem assumir outras funções e significados, devido às transformações, onde predominam as práticas mais significativas para os indivíduos que integram a dinâmica do parque.

Isto não significa que dois parques como o 13 de Maio e o Tiergarten não possam ser considerados parques urbanos. Apesar de cada um possuírem configurações particulares e de suas funções estarem relacionadas à dinâmica urbana das cidades onde estão situadas e à cultura, eles possuem as características principais para serem considerados parques. Além de

proporcionarem lazer à população e serem áreas verdes presentes no espaço urbano, são palco para integração das relações sociais urbanas, ou seja, para exercício da cidadania, dentro de seus moldes e definições arquitetônicos, os quais, muitas vezes são modificados pelas práticas sócio-espaciais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA OS PARQUES URBANOS

Diante do exposto, pode-se elencar algumas considerações finais. Foi possível perceber que os parques urbanos surgiram no século XVIII, a partir de necessidades locais para embelezamento e lazer, diretamente vinculados à aristocracia européia. Posteriormente no século XX, os parques urbanos foram popularizados nos Estados Unidos, e serviram até mesmo como objetos de ações sociais. Atualmente os parques urbanos são frutos de influências e estilos de diferentes épocas. Percebe-se a presença de elementos que ultrapassaram suas épocas e ainda resistem às metamorfoses ocasionadas na configuração espacial destes parques. Estes são formados por diferentes camadas, que se acomodam ao longo do tempo, tornando-os singulares.

Mesmo em situações bem distintas, como as dos parques analisados nesta pesquisa, percebe-se que independente do tamanho ou da forma, o que vai dar vida a esses espaços são as práticas e os usos cotidianos, em um determinado espaço constituído por elementos globais e locais, ao longo tempo, o que caracteriza a dinâmica sócio-espacial dos parques urbanos. Seja o Parque 13 de Maio em Recife, ou o Tiergarten em Berlim, eles nunca estarão configurados iguais, pois são as peculiaridades das ações que os definem, ou seja, a cultura, não sendo apenas modelos arquitetônicos.

Há uma tendência de mercantilização desses parques urbanos, apesar de serem espaços livres públicos, o que faz com que eles percam sua essência, deixam de ser públicos para serem percebidos com uma propriedade privada. Entretanto estes são locais de convivência e de relações sociais cotidianas, ou seja, são elementos que caracterizam a paisagem urbana, refletindo a cultura local e proporcionando o exercício da cidadania.

Para que haja uma perspectiva de preservação dos parques urbanos tal como espaço livre público se faz necessário a valorização da memória, seja ela individual, coletiva ou histórica, pois desta forma a cidade se torna dinâmica, em constante metamorfose, visto que a memória não é o cultivo do passado, e sim da cultura que irá influenciar nas relações sociais. O parque urbano precisa ser percebido como um lugar para a cidade, que integre a paisagem, e não como um simulacro, sem relação alguma com a sociedade a que pertence.

Frente a isso, qual será o futuro dos parques urbanos? Eles permaneceram com essas características, ou se modificarão completamente, perdendo a essência de espaço livre público? Com isto, vale salientar que a discussão acerca desse assunto não se encerra por aqui, visto que é um tema o qual abrange diferentes realidades, podendo haver uma continuidade em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio A. **Sobre a memória das cidades**. Território, Rio de Janeiro, v. 4, p. 5-26, 1998.

ALMEIDA, Érika Audet. **A articulação dos espaços públicos no Recife do século XIX**. MDU/UFPE, Recife:2001, Dissertação de Mestrado.

ANTUNES, Marco António. **Público, Subjectividade e Intersubjectividade**. Beira Interior, Universidade da Beira Interior, 2005.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

BOLLE, Willi. As siglas em cores no Trabalho das Paisagens, de W. Benjamin. **Revista de Estudos Avançados**. V. 27. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Instituto de Estudos Avançados. 1996.

BOLÓS, Maria de (Org). **Manual de Ciencia del Paisaje**: Teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Ed. Masson, 1992. 273 p.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **A conservação dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos**: um recorte no centro expandido da cidade do Recife. Recife: Dissertação de mestrado em desenvolvimento urbano – UFPE, 1995. 174 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar No/Do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1999. 98p.

_____. **São Paulo hoje: as contradições no processo de reprodução do espaço**. Barcelona: Scripta Nova, 2001.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. **O projeto paisagístico, as funções e o uso dos parques urbanos – o Parque 13 de Maio**. CLIO Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 18, p. 17-25, 1998.

CARNEIRO, Ana Rita Sá e MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ UFPE, 2000. 139p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1998.

CORREIA, João Carlos. **Novos desafios ao espaço público: subjectividade e cultura de massa**. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 1999.

CRANZ, Galen. **Parks as Community Places**. Boston, Urban Parks Institute's annual conference, 1997.

DOLFUSS, Olivier. **A Análise Geográfica**. São Paulo: Ed. Difusão Européia, 1973. 128 p.

DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe (Orgs). **História da vida privada**; Da Europa feudal à renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1988.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1997.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Presença, 1982, 226p.

GOMES, Edvânia T. A. **Recortes de Paisagens na Cidade do Recife - uma abordagem geográfica**. Tese de Doutorado em Geografia Urbana. USP, 1997.

_____. Agendando Velhos Reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In: SPÓSITO, M. E. B. **Urbanização e Cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, 2001.

GOMES, Paulo César da Costa Gomes. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: 1988, Ed. Nova Fronteira.

JORNAL DO COMMERCIO. **Prédio aposta no verde**. Recife: 10/02/2005, Caderno Moradia.

KEMPER, Franz-Josef. **Paisagens, textos, práticas sociais**: Caminhos da Geografia Cultural anglo-saxônica. In: Petermanns Geografische Mitteilungen, 147, 2003/2.

KLIASS, Rosa Grená. **Parques Urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993. 211p.

KROSIGK, Klaus von. **Der berliner Tiergarten**. Berlin: Ed. Berlin, 2001. 71 p.

KUHBIER, Anke. **Berlin Grün**. Berlin: 2000, 192p

LEITÃO, Lucia. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimento para intervenção em praças. Recife, Secretaria de planejamento urbano do Recife, 2002. 118p.

LEFEVBRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo, Moraes, 1991.

LIMONAD, Ester (org). **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003.

MATTOS, Geraldo. **Dicionário Júnior da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996. 558 p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes/Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

NOGUERA, Juli Esteban. **La Ordenation urbanística**: conceptos, herramientas y prácticas. Barcelona: Electa, 2003. 378p.

OLINTO, Antônio. **Minidicionário Antônio Olinto da Língua Portuguesa**. São Paulo, Ed. Moderna, 2000. 996 p.

PANERÁI, Phillippe. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. In: **Projeto**, n. 173. p. 78-82. São Paulo, 1994.

PORTÍANSKY, Silvia. **El Espacio Publico**. Buenos Aires
<<http://www.laplataproyectos.com>> -acessado em 24/01/2005.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Cadernos do Meio Ambiente**: Memória dos verdes urbanos do Recife usos e funções dos Parques do Recife. Recife: v.1 nº1, abr./jun. 1998. 75p.

ROCHA, Ruth; PERES, Hindenburg da Silva. **Dicionário Ruth Rocha da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Scipione, 1995. 747 p.

SCALISE, W. *Parques Urbanos – evolução, projeto, função e uso*. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v4, n.1, p. 17-4, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método** (1a. Ed,1985). 3a. Ed São Paulo, Nobel, 1992.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado** (1a. Ed., 1988). 4a. ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1a. ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro - São Paulo, Record, 2000.

SENATSV ERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG. **Umweltatlas**. Berlin: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 1995.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: 1974 ed. Difel. 288 p.

VERAS, Lúcia M. de S. C. **De Apé-puc a Apipucos: Numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano.** Recife: Bagaço, 1999. 358p.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade:** na história e na literatura.
São Paulo: Ed. Swarcz, 1990. 439 p.

www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/ambulantes.html. Acesso: 20/10/2005

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone A. **Os Espaços Livres Públicos: Uma Abordagem Geográfica**. Recife: Monografia de Bacharelado em Geografia – UFPE, 2005.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone A.; GOMES, Edvânia; SOBRAL, Maria do Carmo. **Relações entre Circuitos e Redes no Espaço das Calçadas: Arborização e Abastecimento de Energia Elétrica na Cidade do Recife**. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geografia. Goiás, UFG, 2004.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone A.; GOMES, Edvânia. **Análise comparativa dos arranjos territoriais e dos dilemas da gestão sócio-espacial em Parques Urbanos situados em metrópoles: Particularidades e generalizações entre o Tiergarten – Berlim-Alemanha e 13 de Maio – Recife-Brasil**. Anais do Seminário A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas. Brasília, UNB, 2004.

BERINGUIER, C.; BERINGUIER, P. **Manieres Paysageres une Methode D’Etude des Pratiques**. Toulouse: Universite de Toulouse, 1991. 85 p.

BRANDÃO, Maria A. (org). **Milton Santos e Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 320 p.

BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKHER BAU- UND WOHNUNGSWESEN.

Bundeshauptstadt Berlin. Berlin: Bundesbaugesellschaft Berlin, 2002. 77p.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas:** o exemplo da área central do Recife. IN: GEOUSP, Espaço e Tempo. São Paulo: DG/ FFLCH/ USP, junho/2002.

CARLOS, Ana F. A.; LEMOS, Amália I. G. (orgs). **Dilemas Urbanos:** Novas Abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. **The Relationship between park design, functios and uses:** A case study in Recife, Brazil. Oxford Brookes University, maio 1996. Tese de doutorado.

CASTRO, Iná Elias de (org.). **Geografia Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1986. 96p.

_____. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1995. 96p.

LAZER, Nathan; LILLA, Mark. **The Public Face of Architecture:** Civil Culture and Public Spaces. London/ New York: The Free Press/ Collier Publishrs. 1987.

LYNCH, Kevin. **La Buena Forma de la Ciudad**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1981.

RADEISEN, Marita. **Bauordnung für Berlin**. Berlin: Rehbau, 2002. 434 p.

ROCHA, Y.T. e CAVALHEIRO, F. **Unidades de Paisagem do Jardim Botânico de São Paulo**. IN: GEOUSP, Espaço e Tempo. São Paulo: DG/ FFLCH/ USP, nº 7, junho/2000. p. 91-116.

SOBRAL E GOMES, et all. **Estudo dos aspectos ambientais na atividade de distribuição de energia elétrica relacionado ao manejo da arborização urbana das vias públicas da região metropolitana do Recife**. Projeto ANEEL-CELPE. Recife, 2004.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. 257 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992. 239 p.

www.yasou.org/ancient/sites2.htm Acesso: 15/03/2004

www.escolas.trendnet.com.br/ftelles/temp/roma.htm Acesso:15/03/2004

www.oftalmo.com Acesso: 15/03/2004

www.colmagno.com.br/cassiana/imagem7.htm Acesso: 18/03/2004

www.hanser.ceat.okstate.edu Acesso: 18/03/2004

www.berkaweb.com/world_cultures/chapter12.asp Acesso: 21/03/2004

www.ellopos.net/gallery/19en/copper_england2.html Acesso: 21/03/2004

www.en.wikipedia.org/wiki/Image:VillaPetraia.gif Acesso: 21/03/2004

www.millikin.edu/history/frenchrevolution/photo5.html Acesso: 21/03/2004

www.georgianlife.homestead.com/Files/garden/Gardens.html Acesso: 25/03/2004

www.tbheritage.com/Breeders/Grafton/Grafton2.html Acesso: 25/03/2004

www.cyberium.co.uk/parkhistory Acesso: 03/07/2005

www.nycgovparks.org/ Acesso: 03/07/2005

www.ucpress.edu/books/pages/8995/8995.plate46.jpg Acesso: 03/07/2005

www.recife.pe.gov.br Acesso: 28/10/2005

www.camara.recife.pe.gov.br Acesso: 28/10/2005

www.stadtentwicklung.berlin.de Acesso: 11/11/2005

www.mars.acnet.wnec.edu/~grempe/courses/berlin/maps/berlin_1920.jpg
Acesso: 20/11/2005

www.wall-berlin.org/ciel_tex12.htm Acesso: 20/11/2005

www.antiqupaper.de/images/big/berlintiergartenmaedchen.jpg Acesso: 20/11/2005

www.ann.ledoux.free.fr Acesso: 20/11/2005

www.dana.ucc.nau.edu/~cae22/Bilder%20PP.htm Acesso: 20/11/2005

www.survey.tu-berlin.de/Gif-Bilder/uni_2.jpg Acesso: 20/11/2005

³¹ MELLO, José Antonio Gonsalves. Op. Cit. 1987. p. 73-74.